



Academia Militar

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

**O Contributo do Exército Português na Prevenção e
Combate à Ameaça Terrorista**

Aluno – Aspirante Aluno de Infantaria Rui Pedro Passos Monteiro

Orientador – Tenente-Coronel de Infantaria António José Pires Mendes

Co-Orientador – Major de Infantaria Ricardo Alexandre Almeida Gomes Cristo

Lisboa, Setembro de 2009



Academia Militar

Direcção de Ensino

Curso de Infantaria

Trabalho de Investigação Aplicada

**O Contributo do Exército Português na Prevenção e
Combate à Ameaça Terrorista**

Aluno – Aspirante Aluno de Infantaria Rui Pedro Passos Monteiro

Orientador – Tenente-Coronel de Infantaria António José Pires Mendes

Co-Orientador – Major de Infantaria Ricardo Alexandre Almeida Gomes Cristo

Lisboa, Setembro de 2009

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais

AGRADECIMENTOS

Como em tudo na vida, aquilo que constitui o nosso ser é um conjunto de situações experiências e acima de tudo interacção com outros. A realização deste trabalho não poderia ter sido feita sem o apoio de determinadas pessoas, como tal gostaria de lhes prestar os meus agradecimentos.

Ao meu Orientador e Co-Orientador, pela sua disponibilidade e dedicação, que sem qualquer limitação sempre se dispuseram a ajudar.

Ao Tenente-Coronel Gamito Torres e Tenente-Coronel Sousa Monteiro pelos esclarecimentos facultados e pelo seu tempo dispendido.

À minha Mãe, Anabela Monteiro e à minha Tia, Isabel Monteiro pelo apoio na revisão do trabalho.

A todos os entrevistados que despendendo de tempo pessoal, me ajudaram na obtenção de conhecimentos que de outra forma não teria tido acesso, assim como a forma excepcional que me receberam nas suas unidades.

A todos Muito Obrigado

RESUMO

No actual Ambiente Operacional, o terrorismo irrompe como uma das principais ameaças. A crescente influência que as acções terroristas têm vindo a exercer no processo de tomada de decisão do Comandante é uma condição que requer avaliação. Na sequência desta situação, torna-se relevante uma pesquisa das valências necessárias para prevenir e combater esta ameaça. Constituindo-se assim como objectivo deste estudo a análise das capacidades militares existentes, assim como as que devem ser desenvolvidas no Exército Português de modo a conferir-lhe capacidade para fazer face a esta ameaça. Na prossecução deste objectivo, foi utilizada uma metodologia de investigação científica, especificamente o método dedutivo, fundamentado numa pesquisa bibliográfica e complementado por um conjunto de entrevistas orientadas.

O presente trabalho divide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo é realizado um enquadramento legal em termos nacionais, seguido de uma decomposição da forma como o terrorismo é percepcionado ao nível de determinadas Organizações Internacionais. Pretendemos com o segundo capítulo analisar como se constituiu o fenómeno do terrorismo, de forma a compreender como actua. No terceiro capítulo, realizamos uma análise do modo como o terrorismo se insere no Ambiente Operacional e qual o tipo de operações para o prevenir e combater, efectuando no fim deste capítulo um estudo de caso do emprego de forças portuguesas num Teatro de Operações onde esta ameaça é mais vigente. Por fim, no quarto capítulo, conjugando os conhecimentos recolhidos ao longo do trabalho com a informação extraída das entrevistas, é efectuada uma análise das capacidades militares presentes no Exército Português que mais se adequam ao combate desta ameaça.

Foi possível concluir que o Exército Português possui Forças com capacidades específicas que permitem a realização de operações num cenário onde a ameaça terrorista esteja presente, existindo, no entanto, em termos dos vectores da Prontidão, Modernização e Sustentação, necessidades que, em determinadas situações, limitam a acção e necessitam de ser colmatadas.

Palavras-chave: Terrorismo, Organizações Internacionais, Capacidades Militares; Exército Português, *International Security Assistance Force*.

ABSTRACT

In the current Operational Environment, terrorism arises as one of its main threats. The growing influence that terrorist actions have been applying onto the Commander in Chief's decision-making process should be analyzed. Derived from this particular circumstance, it becomes particularly important to research on the specific needs that could be important to prevent and fight this threat. As such, the analysis of the current military capabilities and the ones that should be developed within the Portuguese Army to face this threat becomes the goal of this study. Striving to achieve this goal, we used a scientific research method, specifically the deductive method, through bibliographic research complemented with a set of interviews.

The current work is divided into five chapters. The first chapter focuses on a legal framing of terrorism and on how International Organizations perceive it. In the second chapter, we intend to analyze how terrorism emerges, so that we may understand how it acts. On the third chapter we analyze how terrorism inserts into the Operational Environment, which type of operation is used to fight and prevent it. In the end of this chapter, we analyze the participation of Portuguese forces on a Theater of Operations where terrorism is an underlying threat. On the fourth chapter, combining the knowledge gathered throughout the study with the information drawn from the interviews, we analyzed the Portuguese Army's Military Capabilities that best fit into the fight against this threat.

Upon the analysis above, we have concluded that the Portuguese Army includes Forces that are provided with the specific capabilities required for operations taking place in a setting where the threat of terrorism is present. Concerning the Readiness, Modernization and Sustainability components, however, some needs still require to be addressed.

Key words: Terrorism, International Organizations; Military Capabilities, Portuguese Army, International Security Assistance Force.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VII
ÍNDICE DE TABELAS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	X
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO	4
1.1. Enquadramento Conceptual da Percepção do Terrorismo.....	4
1.1.1. Organização do Tratado do Atlântico Norte	4
1.1.2. União Europeia	6
1.1.3. Organização das Nações Unidas.....	9
1.1.4. EUA.....	10
1.2. Enquadramento Legal	14
1.2.1. Situação Nacional.....	14
1.2.2. Constituição da República Portuguesa	15
1.2.3. Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas	16
1.2.4. Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República	16
1.2.5. Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003	17
1.2.6. Conceito Estratégico Militar 2003.....	18
1.2.7. Missões Específicas das Forças Armadas 2004	19
1.2.8. Directiva Ministerial da Defesa Militar 2002	19
1.2.9. Plano Médio Longo Prazo do Exército (2007-2024).....	20
1.2.10. Programa do XVII Governo Constitucional.....	21
1.2.11. Sistema de Forças Nacional 2004 - Componente Operacional	21

CAPÍTULO II - TERRORISMO	23
2.1. Evolução Histórica.....	24
2.2. Grupos Terroristas.....	29
CAPÍTULO III - O TERRORISMO NO AMBIENTE OPERACIONAL.....	34
3.1. O Ambiente Operacional.....	34
3.2. Tipos de Operações	36
3.3. Forças Portuguesas na ISAF.....	38
CAPÍTULO IV - VECTORES DA CAPACIDADE MILITAR.....	43
4.1. Estrutura da Força.....	43
4.2. Modernização	45
4.3. Prontidão da Força	47
4.4. Sustentação da Força.....	48
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES.....	49
GLOSSÁRIO DE TERMOS E DEFINIÇÕES	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
APÊNDICES.....	62
APÊNDICE A - TÁCTICAS EMPREGUES POR TERRORISTAS.....	63
APÊNDICE B - ENTREVISTA AO TCOR SOARES.....	66
APÊNDICE C - ENTREVISTA AO TCOR CORREIA	76
APÊNDICE D - ENTREVISTA AO TCOR SERRA PEDRO.....	86
APÊNDICE E - ENTREVISTA AO MAJOR CAMPINHA HENRIQUES.....	93
APÊNDICE F - ENTREVISTA AO MAJOR FERREIRA.....	101
ANEXOS	106
ANEXO A – DADOS ESTATÍSTICOS DE INCIDENTES TERRORISTAS ENTRE 1968 E 2008	107

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Armas Utilizadas em Incidentes Terroristas de 1968-2008.....	107
Gráfico 2: Regiões Utilizadas para Incidentes Terroristas entre 1968-2008.....	108
Gráfico 3: Tácticas Utilizadas entre 1968-2008.....	109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Armas Utilizadas em Incidentes Terroristas de 1968-2008.	107
Tabela 2: Regiões Utilizadas para Incidentes Terroristas entre 1968-2008	108
Tabela 3: Táticas Utilizadas entre 1968-2008.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS

cit.	citado
et al.(et alie)	e outros (para pessoas)
etc (et cetera)	e outros (para coisas)
i.e. (id est)	isto é
ibidem	no mesmo lugar
id	o mesmo
in	citado em
p.	página
pp.	páginas
sic	assim (in correcções no texto citado)
vol.	volume

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADM	Armas de Destruição Maciça
ANA	<i>Afghan National Army</i> (Exército Nacional Afegão)
AOO	<i>Area of Operations</i> (Área de Operações)
ATA	Autoridade de Transição Afegã
BRR	Brigada de Reacção Rápida
C4	Comando Controlo, Comunicações, Computadores.
CAS	<i>Close Air Support</i> (Apoio Aéreo Próximo)
CIED	<i>Counter Improvised Explosive Devices</i> (Defesa Contra Engenhos Explosivos Improvisados)
CJSOR	<i>Combined Joint Statement of Requirements</i> (Requisitos de Forças Conjuntas e Combinadas)
COIN	<i>Counter Insurgency (Contra-Insurreição)</i>
COMISAF	Comandante das Forças Conjuntas da ISAF
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRP	Constituição da República Portuguesa
EFP	<i>Explosively Formed Projectile</i> (Dispositivos Explosivos formados a partir de Projécteis)
EME	Estado-Maior do Exército
EOD	<i>Explosive Ordnance Disposal</i> (Inactivação de Engenhos Explosivos)
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
FOEsp	Forças de Operações Especiais
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
GM	Guerra Mundial
HMMWV	<i>High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle</i> (Veículo de Rodas de Alta Mobilidade)
IED	<i>Improvised Explosive Devices</i> (Engenhos Explosivos Improvisados)
IEDD	<i>Improvised Explosive Devices Disposal</i> (Inactivação de Engenhos Explosivos Improvisados)
INFOOPS	<i>Information Operations</i> (Operações de Informação)
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
ISTAR	<i>Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance</i> (Informações, Vigilância, Aquisição de Objectivos e Reconhecimento)

LPM	Lei de Programação Militar
MEDEVAC	<i>Medical Evacuation</i> (Evacuação Sanitária)
NBQR	Nuclear Biológico Químico e Radiológico
NEP	Normas de Execução Permanente
NRF	<i>NATO Response Force</i>
NSS	<i>National Security Strategy</i> (Estratégia de Segurança Nacional)
NTM	<i>Notice to Move</i> (Tempo de Prontidão)
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAR	Protecção da Área da Retaguarda
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PGV	Programa do Governo Constitucional
PMLP	Plano Médio e Longo Prazo
PRT	<i>Provincial Reconstruction Teams</i> (Equipas de Reconstrução)
PSYOPS	<i>Psychological Operations</i> (Operações Psicológicas)
QRF	<i>Quick Reaction Force</i> (Força de Reacção Rápida)
RCIED	<i>Remote Controlled Improvised Explosive Device</i> (Engenhos Explosivos Improvisados de Controlo Remoto)
SAR	Segurança da Área da Retaguarda
SATCOM	<i>Sattelite Communications</i> (Comunicações via satélite)
SFN	Sistema de Forças Nacional
TACON	<i>Tactical Control</i> (Controlo Tático)
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i> (Equipa de Controlo Aéreo Tático)
TO	Teatro de Operações
TRADOC	<i>US Army Training and Doctrine Command</i> (Comando de Treino e Doutrina do Exército dos EUA)
TTP	Técnicas Táticas e Procedimentos
UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i> (Aeronave Não Tripulada)
UE	União Europeia
UEC	Unidade Escalão Companhia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VCB	Vigilância do Campo de Batalha

INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, observámos um conjunto de situações que alteraram drasticamente a percepção de segurança internacional por parte da sociedade ocidental, desde a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) até aos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA), e aos mais recentes atentados de 11 de Março de 2004, em Madrid, e de 7 de Julho de 2005, em Londres. Testemunhámos o desaparecimento de um adversário com forças constituídas e identificáveis, procurando atingir situações dissimétricas em ambiente de guerra convencional, até ao aparecimento de uma ameaça invisível, com capacidade de se projectar ao nível internacional, que evita o confronto directo, que foca alvos sem capacidade de se defenderem, na prossecução de implementação de ideologias políticas, religiosas ou sociais.

Após a invasão Americana do Iraque, torna-se perceptível que doravante a “...prevenção e combate à ameaça terrorista”¹ deverá ser executada com forças conjuntas no âmbito de Organizações Internacionais, pois somente nesta configuração será possível criar uma oposição forte. Advém assim a necessidade de percebermos como Portugal, e por inerência as Forças Armadas, se integram no actual sistema político internacional e como poderão contribuir para a destruição da ameaça terrorista. A adaptação da Defesa Nacional a esta ameaça realizou-se em 2003, conduzindo à elaboração de um conjunto de documentos estratégicos tendo como propósito a melhor preparação das nossas forças. Estes documentos dão testemunho de umas Forças Armadas em processo de transformação, com vista à defesa militar da República contra ameaças ou agressões provenientes de um agente externo.

Justificação do tema

O terrorismo, enquanto fenómeno, encontra-se presente na sociedade desde os primórdios dos tempos. Actualmente, e pela abrangência geográfica, social, política e doutrinária que este fenómeno adoptou, torna-se relevante a sua análise, conducente a um melhor entendimento deste fenómeno e da melhor forma de o reduzir e eliminar. A crescente presença da ameaça terrorista nos Teatros de Operações (TO) em que as Forças Armadas são empregues reforça a ideia de que as nossas forças se devem encontrar preparadas para o confronto contra ameaças de uma natureza assimétrica. A melhor forma de aplicação das capacidades e meios que o Exército Português possui é uma meta que se deve constantemente procurar atingir.

¹ - Expressão utilizada pela primeira vez no Conceito Estratégico de Defesa Militar de 2003 e posteriormente nos demais documentos estratégicos ao nível nacional.

Definição do objectivo de investigação

No decurso deste trabalho é desenvolvido o tema “*O contributo do Exército Português na Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista*”, através do qual pretendemos perceber e clarificar como a presença desta ameaça afecta o emprego dos meios e das capacidades presentes no nosso Exército e qual a melhor forma de a reduzir e eliminar.

Delimitação do estudo

O presente trabalho procura realizar um estudo às capacidades militares² existentes no Exército Português, que se apliquem à Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista. Considerando, não só a realidade do nosso país e a sua emergente integração em Organizações Internacionais, mas também tendo em conta a complexidade e amplitude deste fenómeno, este trabalho encontra-se delimitado:

- Ao nível tático, nomeadamente de Companhia, tendo em conta a sua inserção no Batalhão.
- Na aplicação do Exército Português, no plano externo, em missões ao nível da Organização da Tratado do Atlântico Norte (OTAN), nomeadamente a *International Security Assistance Force* (ISAF) no TO do Afeganistão.
- No conjunto de missões de Prevenção e Combate à ameaça terrorista propostas pela OTAN³ (Protecção da Força, Anti-terrorismo, Contra-terrorismo, Gestão das Consequências e Cooperação Militar).

Metodologia

Devido à natureza deste trabalho, foi utilizada uma metodologia de investigação científica, designadamente o método dedutivo, apoiado numa pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema. A pesquisa bibliográfica baseou-se na análise de um conjunto de livros e documentos de autores de referência e de organizações nacionais e internacionais, assim como vários artigos e trabalhos que se prendiam com a temática do terrorismo. A fim de complementar a pesquisa bibliográfica, realizámos um conjunto de entrevistas orientadas com militares que desempenharam funções de comando em Forças Nacionais Destacadas (FND), nomeadamente no Teatro de Operações (TO) do Afeganistão.

A questão central deste trabalho é “*Quais as capacidades militares da Componente Operacional do Exército Português para o cumprimento das missões de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista, no âmbito das Organizações Internacionais a que Portugal pertence?*”.

² - Segundo o JP 1-02 (2001), entende-se por capacidade militar, a aptidão par alcançar um objectivo de guerra específico. Esta capacidade divide-se em quatro vectores: estrutura da força; modernização; prontidão operacional; sustentação da força.

³ - NATO - **MC-472 - Military Concept For Defense Against Terrorism**. Bruxelas. (2002). p.1-5.

Da questão central decorre um conjunto de questões derivadas, que iremos clarificar ao longo do trabalho:

- Existe um enquadramento legal, a nível nacional e/ou internacional, que regule o emprego do Exército Português neste tipo de missões?
- Como se constitui a ameaça terrorista?
- De que forma se integra a ameaça terrorista no Ambiente Operacional Contemporâneo?
- Quais os tipos de missões de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista?
- Quais as capacidades militares necessárias para a Prevenção e Combate à ameaça terrorista?

Decorrentes da questão central e das questões derivadas, obtiveram-se as hipóteses do tema do trabalho:

Ho1: A aplicação do Exército Português na Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista encontra-se enquadrada em termos legais.

Ho2: A realização de missões de prevenção e combate à ameaça terrorista pelo Exército Português encontra-se enquadrada em termos doutrinários.

Ho3: O Exército Português possui as Capacidades Militares exigidas pelas Organizações Internacionais a que pertence para o cumprimento da Prevenção e Combate à ameaça terrorista.

Síntese dos Capítulos

Este trabalho encontra-se dividido em 5 capítulos. No primeiro capítulo é efectuado um enquadramento conceptual da forma como o terrorismo é encarado por certas organizações internacionais e países. É ainda realizado um estudo da situação legal nacional que rege o emprego das Forças Armadas na prevenção e combate à ameaça terrorista.

No segundo capítulo é abordado o terrorismo enquanto fenómeno e a sua evolução ao longo do tempo. É igualmente realizada uma caracterização dos grupos terroristas e das suas diversas formas de actuação.

No terceiro capítulo é descrito o Ambiente Operacional e o modo como a ameaça terrorista integra esta realidade. Neste capítulo, realizamos um estudo de caso nomeadamente das forças Portuguesas na ISAF, no TO do Afeganistão. Por fim, referimos a tipologia de missões realizadas no âmbito da Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista.

No quarto capítulo é realizada uma análise às capacidades militares das forças portuguesas empregues em missões onde a ameaça terrorista é vigente.

Por fim, no último capítulo, são apresentadas as conclusões e as recomendações obtidas no fim do trabalho.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO

1.1. Enquadramento Conceptual da Percepção do Terrorismo

Neste subcapítulo pretendemos analisar de que forma o terrorismo é percebido pelas Organizações Internacionais mais relevantes para Portugal, assim como pelos EUA que exerce considerável influência na prevenção e combate à ameaça terrorista. Actualmente, e tendo em conta o nível de segurança internacional, a integração de Portugal e, por inerência, das Forças Armadas, em determinadas Organizações Internacionais, constitui-se como um objectivo importante. Resultante desta condição, a compreensão da forma como evoluiu e se caracteriza a postura destas Organizações Internacionais relativamente à ameaça terrorista consubstancia-se como ponto fulcral do presente trabalho.

1.1.1. Organização do Tratado do Atlântico Norte

A temática do terrorismo no seio da OTAN não é recente. O próprio conceito utilizado por esta organização remonta a Setembro de 1989 “O uso ilegal ou a ameaça do uso de força ou violência contra indivíduos ou propriedade, numa tentativa de coagir ou intimidar Governos ou sociedades para atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos” (NATO, 2009, pp. 2-T-5)

Somente na Cimeira de Washington de 1999 é novamente referida, de forma relevante, a temática do terrorismo. No Conceito Estratégico de 1999 derivado desta cimeira, o terrorismo era considerado como uma “...ameaça à paz, segurança e estabilidade, que poderá ameaçar a integridade territorial dos Estados” (NATO, Washington Summit Communication: An Alliance for the 21st Century, 1999).

Só com os atentados de 11 de Setembro de 2001, a OTAN, assim como outras Organizações Internacionais e países, se lançou realmente na luta contra o terrorismo (NATO, 2006, p. 167). Os seus fundamentos para o combate desta ameaça só foram aprovados na Cimeira de Praga em 2002, dando origem ao documento MC-472 *Defence Against Terrorism*. Neste documento são estabelecidas quatro formas de combate ao terrorismo: Contra-Terrorismo, Anti-Terrorismo, Cooperação Militar e Controlo das Consequências, considerando sempre a Protecção da Força como missão mais importante. O conjunto de medidas adoptadas na cimeira de Praga teve como principal objectivo adaptar a NATO à ameaça terrorista. Além do MC-472, houve também outro conjunto de medidas importantes para o combate ao terrorismo, como o *Partnership Action Plan on*

Terrorism, onde é estabelecido um plano para a cooperação internacional no combate ao terrorismo, nomeadamente na definição dos papéis e instrumentos para o combate a esta ameaça. Este plano aborda áreas como a partilha de informações, exercícios, apoio a estados-membros no combate ao terrorismo, medidas de controlo do financiamento do terrorismo e cooperação com outras Organizações Internacionais.

De novo na cimeira de Istambul, em Junho de 2004, é reafirmada a importância do combate ao terrorismo, tendo sido constituídas determinadas medidas anti-terroristas, tais como, melhorar a capacidade da OTAN para responder mais rapidamente a pedidos de assistência, em resposta a ataques terroristas; ajudar à constituição de protecção durante eventos importantes; melhorar a contribuição de operações de combate ao terrorismo lideradas pela OTAN no Mediterrâneo, nos Balcãs e no Afeganistão, através de uma estreita colaboração com as Organizações; e, ainda, melhorar capacidades importantes (NATO, 2006, p. 172).

No mês de Maio de 2004, realizou-se a Conferência dos Directores Gerais de Armamento (CNAD), que consiste numa reunião dos principais responsáveis da defesa da OTAN e respectivos países membros, cujo objectivo é avaliar os aspectos políticos, técnicos e económicos do desenvolvimento e pesquisa do equipamento das Forças da OTAN. Nesta conferência, foi desenvolvido especificamente o plano de desenvolvimento de Capacidades militares de Defesa contra o terrorismo (DAT POW). Este plano de desenvolvimento, que abordou essencialmente capacidades de protecção da força, estabeleceu dez áreas de desenvolvimento. São estas: melhorar a capacidade *Counter Improvised Explosive Devices* (CIED); reduzir a vulnerabilidade da população civil e de aeronaves militares relativamente a mísseis transportáveis de defesa e protecção; reduzir a vulnerabilidade de helicópteros relativamente a Lança-Granadas Foguete (LGF); protecção de portos contra mergulhadores e lanchas rápidas equipados com explosivos; detecção, protecção e destruição das capacidades Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico (NBQR); melhorar a capacidade *Explosive Ordnance Disposal* (EOD); melhorar a tecnologia de infiltração aérea para equipas de forças especiais e o seu equipamento; melhorar capacidades de recolha de informações, vigilância, aquisição de alvos e reconhecimento de terroristas⁴; protecção de infra-estruturas críticas; tecnologia para defesa contra ataques de morteiros (NATO, 2006, pp. 172-173).

Além dos esforços referidos anteriormente no sentido de combater a ameaça terrorista, é importante referir a criação das *NATO Response Forces* (NRF). Foi decidida a criação destas forças na Cimeira de Praga, com um empenho dos Estados-Membros, o protótipo desta força estava pronto em Outubro de 2003. O conceito NRF consiste numa força combinada com elementos terrestres, aéreos e marítimos, que se adaptam a missões

⁴ - *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance* (ISTAR), com o objectivo de avisar previamente as NF relativamente a actividade terrorista.

específicas e possuem uma elevada prontidão podendo ser enviados para onde o Conselho do Atlântico Norte decidir. É uma força cujas características incluem flexibilidade, interoperabilidade, avançada tecnologicamente, capacidade de projectar as suas forças no prazo de 5 dias e capacidade de se auto-sustentar por trinta dias. Não é uma força permanente, na medida em que é constituída por diferentes forças de diferentes países, que são treinadas e certificadas juntamente, mas que se encontram em rotação por determinados períodos de tempo (NATO, 2006, p. 177).

Vários autores consideram a OTAN como a entidade de maior importância em termos militares no combate a esta ameaça. Consideram-na mesmo "...a única entidade política, diplomática e militar com a capacidade de tornar conseqüente qualquer operação contra uma ameaça errática" (Romana, 2004, p. 262) e ainda "...como o único instrumento operacional capaz de influenciar outros subsistemas políticos" (Romana, 2004, p. 262). Em consonância com estas opiniões, surgem os documentos que regem a actuação das Forças Armadas (FA) no estrangeiro e a importância que estas conferem à participação de Portugal em missões internacionais como força integrada em Organizações Internacionais.

1.1.2. União Europeia

Paralelamente a várias Organizações Internacionais e países, os ataques do 11 de Setembro serviram como um despertar para o problema do terrorismo. No caso da União Europeia (UE), reflectiu-se desde logo por um apoio e uma solidariedade patentes em vários títulos de jornais por toda a Europa, mas sobretudo no Conselho Europeu Extraordinário de 20 de Setembro de 2001. Neste documento, o combate ao terrorismo passa a ser considerado um objectivo prioritário da UE; de igual forma são referidas algumas "...medidas de carácter legislativo e operacional" (Teixeira, 2003), estando as primeiras relacionadas com a cooperação judicial no âmbito penal e as segundas com a cooperação dos Serviços responsáveis pelo combate ao terrorismo no plano interno.

Ao nível de relações transatlânticas, especificamente entre os EUA e a UE, os atentados do 11 de Setembro de 2001 suscitaram opiniões divergentes tanto dos EUA relativamente à UE, como de países dentro da própria UE. Como refere Lousada (2007) "A Al-Qaeda conseguiu com um só golpe aquilo que a URSS foi incapaz de alcançar em quatro décadas de guerra-fria". Além da solidariedade e cooperação da UE, referida anteriormente, proveio da Europa uma resposta pouco clara e divergente entre alguns países. Esta situação decorreu do facto de a UE não possuir uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC), nem uma presença internacional (Teixeira, 2003). Esta atitude, conjugada com a

multilateralidade não formal, baseada em coligações flutuantes⁵ por parte dos EUA, gerou um afastamento nas relações transatlânticas.

No ano de 2002, o Conselho Europeu (2002) redige uma Decisão-Quadro relativa à Luta contra o Terrorismo, onde são estabelecidas uma conjunto de transgressões - actos terroristas - que:

“...pela sua natureza ou pelo contexto em que foram cometidos, sejam susceptíveis de afectar gravemente um país ou uma organização internacional, quando o seu autor os pratique com o objectivo de: Intimidar gravemente uma população ou; Constranger indevidamente os poderes públicos, ou uma organização internacional, a praticar ou a abster-se de praticar qualquer acto, ou; Desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país, ou de uma organização internacional”

Este documento define grupo terrorista como “...a associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e actua de forma concertada, com o objectivo de cometer infracções terroristas” (Conselho da União Europeia, 2002, p. 4). A Decisão-Quadro do Conselho relativa à luta contra o terrorismo tem como principal objectivo a aproximação dos Estados-Membros à definição de terrorismo, assim como as respectivas sanções, de modo a que não “...haja regimes jurídicos mais “leves” do que outros, evitando que alguns Estados-membros se tornem mais apetecíveis para o estabelecimento de células terroristas” (Aleixo, 2005, p. 204). A lei que actualmente regula as actividades terroristas em Portugal, Lei n.º52/2003, decorre da Decisão-Quadro anteriormente referida.

Após a ofensiva lançada sobre o Iraque, e de certa forma como resposta à adopção de uma nova estratégia dos EUA no Combate ao Terrorismo⁶, a UE apresenta, a 12 de Dezembro de 2003, a nova Estratégia Europeia em matéria de Segurança⁷, onde são determinadas as principais ameaças para a Europa, dentro das quais se destacam o Terrorismo e os “Estados Fracassados” e a proliferação das armas de destruição massiva.

No ano de 2004, foram perpetrados os atentados de 11 de Março, na cidade de Madrid. Se a comunidade Europeia se encontrava marcada pelos acontecimentos de 11 de Setembro, neste momento apercebeu-se do perigo da ameaça terrorista. A 25 de Março do mesmo ano, o Conselho Europeu emite uma Declaração sobre a luta contra o terrorismo; esta surge como uma forma de aumentar a coordenação e cooperação no combate a tal ameaça. Neste documento, é exposto um conjunto de elementos essenciais, tais como medidas destinadas a prevenir o financiamento do terrorismo, assim como a criação do lugar de Coordenador Europeu de Luta Contra o Terrorismo. São ainda determinados sete

⁵ - “Um modelo inovador, segundo o qual os aliados seriam escolhidos *à la carte*, de acordo com a sua capacidade de intervir nos diferentes teatros e nas múltiplas dimensões das etapas sucessivas da campanha anti-terrorista” (Lousada, 2007, p. 40).

⁶ - No ano de 2002 foi definida uma nova *National Security Strategy of The United States of America* (NSS), que aborda os objectivos para o combate ao terrorismo e estratégias criadas para o atingir

⁷ - Este documento foi intitulado de “Uma Europa Segura num Mundo melhor”.

objectivos estratégicos⁸ em matéria de luta contra o terrorismo, a integrar num Plano de Acção da UE.

A 30 de Novembro de 2005, a UE apresenta uma Estratégia de Defesa contra o Terrorismo. Esta surge após uma altura em que a vulnerabilidade da Europa é de novo demonstrada nos atentados terroristas em Londres, a 7 de Julho de 2005. A Estratégia de Defesa contra o Terrorismo é enquadrada pelas conclusões e objectivos delineados na Declaração sobre a luta contra o terrorismo e Estratégia Europeia em matéria de Segurança. A Estratégia de Defesa contra o Terrorismo é desenvolvida em torno de um compromisso estratégico assumido pela UE: “Combater o terrorismo em todo o mundo, no pleno respeito pelos direitos humanos, e tornar a Europa mais segura, para que os seus cidadãos possam viver num espaço de liberdade, segurança e justiça” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 6), tendo ficado determinado que a luta contra o terrorismo assentava em quatro pilares: Prevenir; Responder; Perseguir; Proteger⁹.

Avaliando a forma de reagir da UE perante terrorismo, é perceptível que esta é bastante divergente da intervenção de outras Organizações Internacionais, assim como de alguns países. A UE, no combate a este fenómeno, tem como “...objectivo-alvo (...) as populações carenciadas e ignoradas, cuja acção humanitária constitui o melhor caminho para negar aos terroristas a sua razão de ser, reservando a força das armas para situações limite” (Lousada, 2007, p. 47), procurando implementar um conjunto de medidas políticas, económicas e sociais nos Estados em Fracasso¹⁰ pois são essencialmente estes estados que se encontram associados ao terrorismo. A forma de actuar perante o terrorismo escolhida pela UE, contrariamente aos EUA, caracteriza-se por ter o seu máximo efeito a longo prazo, levando a que combate armado seja prevenido. Contrariamente aos EUA, a UE

⁸ - Os objectivos estratégicos são os seguintes: Aprofundar o consenso internacional e intensificar os esforços internacionais de luta contra o terrorismo; Reduzir o acesso dos terroristas a recursos financeiros e outros recursos económicos; Optimizar a capacidade dos organismos da UE e dos Estados-Membros para detectar, investigar e perseguir terroristas e prevenir atentados terroristas; Proteger a segurança dos transportes internacionais e assegurar a existência de sistemas eficazes de controlo das fronteiras; Reforçar a capacidade dos Estados-Membros para fazer face às consequências de um atentado terrorista; Enfrentar os factores que contribuem para o apoio ao terrorismo e o recrutamento para o mesmo; Direcção acções no âmbito das relações externas da UE para países terceiros prioritários, nos quais exista a necessidade de reforçar a capacidade de luta anti-terrorista ou o empenhamento no combate ao terrorismo.

⁹ - “Prevenir: Evitar o recurso ao terrorismo, combatendo os factores ou causas profundas que podem conduzir à radicalização e ao recrutamento, na Europa e no resto do mundo; Proteger: Proteger os cidadãos e as infra-estruturas e reduzir a nossa vulnerabilidade a atentados, melhorando designadamente a segurança das fronteiras, dos transportes e das infra-estruturas essenciais; Perseguir: Perseguir e investigar os terroristas através das nossas fronteiras e em todo o mundo; impedir o planeamento, as deslocações e as comunicações; desmantelar as redes de apoio; pôr termo ao financiamento e ao acesso a material utilizável em atentados, e entregar os terroristas à justiça; Responder: Prepararmo-nos solidariamente para gerir e minimizar as consequências dos atentados terroristas, tornando-nos mais capazes de fazer face à fase de rescaldo à coordenação da, resposta e às necessidades das vítimas.” (Conselho da União Europeia, 2005, p. 3).

¹⁰ - Enquanto nos referirmos à doutrina da UE, iremos designar este tipo de Estados por Estados Fracassados.

optou por actuar perante o terrorismo de uma forma que se caracteriza por exercer o seu máximo efeito a longo prazo, favorecendo a prevenção do combate armado.

1.1.3. Organização das Nações Unidas

O problema que envolve a Organização das Nações Unidas (ONU) no que concerne o combate a este fenómeno passa pela ausência de uma definição de terrorismo aceite por todos os Estados membros. Desde de 1963 até a actualidade foram realizadas 13 Convenções e Protocolos que abordam determinados acções relacionadas com terrorismo assim como determinados actos terroristas. Analisando as referidas convenções é possível apercebermo-nos que em alguns casos estas são meramente reactivas a determinadas situações, que até então não eram consideradas instrumentos a serem utilizados num acto terrorista¹¹. Alguns autores a chegam mesmo a considerar que envolvimento da ONU no combate ao terrorismo transnacional revelou alguma impotência (Borges, 2006, p. 195).

A 12 de Setembro de 2001, após os atentados a Nova Iorque, é convocada uma reunião extraordinária, onde é tomada uma decisão sem precedentes. Nesta reunião onde todos os membros se mostram solidários com os EUA e repudiam o terrorismo em todas as suas formas, é reconhecido o direito de auto-defesa colectiva ou individual por parte dos EUA tendo como base legal o Artigo 51º da Carta das Nações Unidas.

Até a actualidade a ONU tem-se debatido com a falta de uma definição para o terrorismo, sendo um ponto referido em todas as resoluções que estão relacionadas com esta temática. A ausência desta definição é explicada essencialmente por duas situações. A primeira prende-se com o facto de o terrorista ser alguém cuja caracterização se confunde com a da população de determinado local. No entanto, a ONU não considera que integrar numa definição a possibilidade de os Estados utilizarem Forças Armadas para realizarem ataques às populações em geral, seja de alguma forma justificável. Na segunda razão, é referido o direito inerente de todas as populações de se defenderem contra ocupações por parte de forças estrangeiras. As duas razões apresentadas têm em comum que em situação alguma de ocupação deve ser utilizada força contra a população civil (ONU, 2004, p.48).

Kofi Annan, na qualidade de Secretário-Geral da ONU em 2004, requisitou a um conjunto de especialistas na Área do terrorismo que se juntassem e formassem o Alto Júri de Ameaças, Desafios e Mudanças. No relatório elaborado por este júri concluiu-se que uma futura definição do terrorismo deveria ter por base: que o uso de violência contra civis se encontra regulado pela Convenção de Genebra; que as acções presentes nas Convenções

¹¹ - 1 De Maio de 1961, primeira aeronave a ser desviada e em 1963 por parte da ONU a Convenção Referente às Infracções e a Certos outros Actos Cometidos a Bordo de Aeronaves. 4 De Setembro de 1972 situações de Reféns de jogos Olímpicos de Berlim e em 1979 por parte da ONU Convenção Internacional contra Tomada de Reféns.

e Protocolos relativas ao terrorismo são consideradas actos terroristas. Este júri referiu ainda uma descrição do terrorismo presente na resolução do conselho de Segurança 1566, que o caracteriza como "...os actos criminosos, inclusive aqueles contra civis, que visem matar, ferir seriamente ou fazer reféns com o objectivo final de causar terror ao público em geral, a um grupo de pessoas, intimidar uma população, coagir a forma de actuar de um governo ou uma Organizações Internacionais".

No dia 8 de Setembro de 2006 foi aceite pelos membros da ONU a Estratégia Global de Contra-Terrorismo. Pelo simples facto de ter sido aceite por todos os membros é perceptível o sucesso do esforço exercido por esta organização, assim como a importância deste documento como um avanço significativo da sua posição na luta contra o terrorismo. A estratégia delineada pela ONU assenta em quatro conjuntos de medidas¹². É importante relevar o facto de a responsabilidade de implementar a estratégia ser dever dos Estados excepto determinadas situações onde a ONU oferece o seu apoio. No que concerne às medidas presentes na estratégia, é referida a importância de melhorar o controlo nas fronteiras dos países membros de modo a evitar o tráfico de armamento; a possibilidade da criação de um centro internacional para o combate ao terrorismo; a importância da cooperação e coordenação no âmbito das informações entre os Estados membros.

Até à data e apesar de a ONU já ter discutido a problemática do terrorismo, ainda não foi possível obter uma definição que seja aceite por todos os Estados Membros. Como já foi referido anteriormente o mais próximo de uma definição que se conseguiu obter foi o conjunto de pontos que devem estar incluídos numa possível definição. No entanto, observando a actuação recente da ONU é possível constatar o esforço realizado nesta área, nomeadamente pela criação de uma estratégia global contra o terrorismo.

1.1.4. EUA

No que diz respeito à luta contra o terrorismo, a posição dos EUA sofreu grandes alterações desde os terríveis atentados de 11 de Setembro de 2001. Nos anos seguintes ao atentado, verificou-se um aumento de conceitos estratégicos que, ao contrário daquilo que se verifica na maioria dos países europeus, inclusive Portugal, não dispunham de um ciclo de planeamento estratégico (Borges, 2006, pp.198-199). Vieira Borges (2009) considera que a "Grande Estratégia" desenvolvida após o 11 de Setembro, nos EUA, teve duas fases: uma primeira, criada por conservadores e com uma atitude baseada no isolacionismo, que durou até 2005 e cuja acção estratégica se encontrava condicionada pelo sentimento de vingança.

¹² - Medidas Relacionadas com as condições que contribuem para a disseminação do terrorismo; Medidas para prevenir e combater o Terrorismo; Medidas para melhorar a capacidade dos Estados para prevenir e Combater o terrorismo e reforçar o emprego da ONU nesta matéria; Medidas para garantir o respeito dos Direitos Humanos e o seguimento da lei como bases fundamentais na luta contra o terrorismo.

A segunda fase, desenvolvida por indivíduos mais realistas, dava mais ênfase à cooperação entre Aliados, essencial para o combate a este fenómeno. Esta alteração de postura em termos estratégicos é devida essencialmente à mudança dos elementos no Departamento de Estado dos EUA, particularmente com a entrada da Secretária de Estado Condoleeza Rice em 2004.

No mês de Julho de 2002, é divulgado o primeiro de vários conceitos estratégicos, o *National Strategy for Homeland Security*, que abrange os actos terroristas realizados em território nacional dos EUA. Tem como principais missões prevenir estes actos terroristas, reduzir a vulnerabilidade dos EUA e os danos e recuperar de eventuais ataques terroristas. Neste documento, o terrorismo é definido como “...qualquer acto premeditado e ilegal que coloque em perigo a vida humana ou o bem público e que tenha como objectivo intimidar ou coagir a população ou governos” (2002, p. 2).

Somente no mês de Outubro do mesmo ano, surge a *National Security Strategy* (NSS) que, segundo alguns autores, “...é claramente a estratégia nacional orientadora em termos de Segurança Nacional (*Grand Strategy*)” (Borges, 2006, p. 218). Esta estratégia surge numa altura em que ainda se encontrava vigente uma determinação na luta contra o terrorismo, através da acção militar mais interventiva e directa. Como móbil para o desenvolvimento deste documento, surgem essencialmente dois factores:

“O primeiro foi um sentido de urgência, reflectido nas palavras «o tempo não está do nosso lado». O segundo foi o facto de o perigo ser igual criado pelas Armas de Destruição Maciça (ADM) requerer que os Estados Unidos estivessem preparados para agir de forma rápida, decisiva e preventiva” (Lieber, 2007, p. 65).

São abordadas neste documento diferentes formas de actuação e conceitos, como: a escolha da unilateralidade em determinados casos, a abrangência da acção preventiva e preemptiva, a introdução do conceito de Estados-Pária¹³ e da sua influência. No que concerne ao unilateralismo, é referido ao longo de todo o documento que os EUA irão procurar o apoio de Organizações Internacionais na detecção e destruição das ameaças terroristas antes que estas sejam concretizadas, afirmando, porém que “...não hesitaremos em actuar sozinhos” (Presidente dos EUA, 2002, p. 6). No entanto, cientes de que, agindo sozinhos, não obteriam resultados eficazes, referem a hipótese de constituição de coligações flutuantes, ou de vontade. Segundo o NSS, os Estados-Pária constituem, juntamente com o terrorismo e as armas de destruição maciça (ADM), as principais ameaças. Os Estados-Pária caracterizam-se pela sua determinação em possuírem ADM, brutalizarem as suas populações, rejeitarem os valores humanos básicos e apoiarem o terrorismo. A acção preventiva surge como uma acção ofensiva dirigida a uma ameaça identificada (potencial) antes de se tornar uma ameaça iminente; por sua vez, o ataque

¹³ - A terminologia empregue neste documento para designar este tipo de estados é de, Estados-Pária.

preemptivo¹⁴ (ou preempção) consiste em atacar primeiro com o objectivo de destruir uma ameaça existente, cuja acção está iminente (Gray, 2003). O NSS prevê a possibilidade de, em algumas situações, se empregar a acção preemptiva no âmbito da acção preventiva, ou seja, quando a ameaça ainda não foi sequer constituída.

Nos anos seguintes à publicação do NSS, surgem vários conceitos estratégicos que perpetuam a nova forma de actuar defendida por este documento, a destacar, a *National Strategy for Combating Terrorism*¹⁵, a *National Military Strategy of the United States of America*, a *National Defense Strategy of the United States of America*.

Somente a 1 de Fevereiro de 2006, com a divulgação do *National Military Strategic Plan for the War on Terrorism*, se verifica uma alteração na caracterização do terrorismo e, em consequência, na forma de actuar na eliminação desta ameaça. O documento em questão provém de um trabalho conjunto do Secretário da Defesa e do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, baseados nas lições aprendidas nos últimos anos da Guerra contra o terrorismo. Neste documento é identificada a principal ameaça como o Extremismo violento contra os EUA e seus interesses e referida a diferença entre extremistas e moderados¹⁶. É estabelecida uma relação entre os extremistas e a forma como estes usam o terrorismo para coagir ou intimidar Estados e as suas populações para atingir objectivos políticos. Outro ponto, que marca a ruptura deste documento com o pensamento anterior, é a diferença do principal inimigo identificado, sendo este o:

“Movimento transnacional de organizações extremistas, redes ou indivíduos – e os seus apoiantes estatais ou não estatais – que tem em comum o facto de explorarem o Islão e usarem o terrorismo para fins ideológicos” (Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA, 2006).

Este documento introduz ainda um conjunto de definições de Terrorismo Extremista, Terrorista Transnacional e Terrorismo. A definição do último é:

“O uso calculado de violência ilegal ou a ameaça de violência ilegal para induzir o medo; para coagir ou intimidar governos ou sociedades, procurando atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos. O termo “terrorista” refere-se àqueles que realizam actos terroristas” (Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA, 2006)

¹⁴ - “A diferença entre os dois conceitos é simplesmente o tempo (ou o timing). Um ataque Preventivo entende-se como, uma acção ofensiva contra uma ameaça identificada (potencial) antes de se tornar uma ameaça iminente.” (Gray, 2003).

¹⁵ - Este conceito é estabelecido com base numa estratégia “4D (*Defeat, Deny, Diminish and Defend*)” (Conselho de Segurança Nacional dos EUA, 2003, p. 15), especificamente derrotar terroristas e as suas organizações, negar todo o tipo de apoio aos terroristas, diminuir as condições necessárias para que os terroristas desenvolvam a sua actividade, defender a população dos EUA e os interesses dentro e fora do seu território.

¹⁶ - Extremistas – indivíduos que se opõem ao direito que as populações têm em escolher o modo como vivem e a forma como são organizadas as sociedades, caracterizam-se também por apoiarem o assassinio para obter ideologias extremistas. Moderados – indivíduos que não apoiam os extremistas, nem com o assassinio de civis.

A definição de Terrorismo avançada pelo Departamento da Defesa, juntamente com a definição na *National Strategy for Homeland Security* e a definição do departamento de Estado¹⁷, formam o conjunto de definições de terrorismo utilizadas pelos EUA.

O *National Military Strategic Plan for the War on Terrorism* torna-se o documento segundo o qual os EUA dão início à segunda fase de planeamento da “Grande Estratégia”. Nesta fase, procede-se a um conjunto de actualizações de conceitos, como o NSS (2006), a *National Strategy for Combating Terrorism* (2006), a *National Strategy for Homeland Security* (2007) e, mais recentemente, a *National Defense Strategy* (2008).

Como referido anteriormente, o documento com maior importância em termos estratégicos é o NSS, onde, no final de cada capítulo, é realizada uma análise aos avanços obtidos nos objectivos propostos no anterior NSS, com especial atenção ao Iraque e Afeganistão. Transparece neste documento a diferença da estratégia aplicada pela primeira Administração de George W. Bush, nomeadamente na introdução do destaque dado à tirania¹⁸ como parte das ameaças. Os objectivos a atingir são alargados e passam a incluir a erradicação da tirania e a promoção de democracias efectivas (Presidente dos EUA, 2006, p.3). Nas conclusões, é possível perceber que o unilateralismo defendido no último NSS é deixado de parte, presumindo-se, inclusivamente, que os EUA nunca conhecerão a paz, segurança e prosperidade ao afastarem-se do mundo (Presidente dos EUA, 2006, p.49). Assim, é proposto neste documento que os EUA passem a liderar pelo exemplo das suas acções.

Como se pode constatar, numa fase posterior aos ataques do 11 de Setembro de 2001, os EUA desenvolveram um conjunto de conceitos estratégicos que assentavam numa forma de actuação que foi alvo de largas críticas. Com modificações na Administração, surgiram novos conceitos que, baseados em lições aprendidas, divulgavam uma outra e melhor forma de actuar. Pode constatar-se também que os principais órgãos estaduais dos EUA possuem a sua própria definição de terrorismo, o que levanta a questão da falta de consenso e união no combate ao terrorismo. Se os principais órgãos estaduais avaliam o terrorismo de formas diferentes, umas mais abrangentes que outras, torna-se difícil chegarem a uma forma de trabalho conjunta.

¹⁷ - “Violência premeditada e motivada por fins políticos, realizada contra alvos não-combatentes por grupos sub-nacionais ou agentes clandestinos com o objectivo de influenciar uma determinada audiência” (*Patterns of Global Terrorism*, 2004, p. XII).

¹⁸ - “Combinação de brutalidade, pobreza, instabilidade, corrupção e sofrimento desenvolvidos por déspotas ou sistemas déspotas” (*National Security Strategy*, 2006, p.3).

1.2. Enquadramento Legal

A posição nacional não é recente no que se refere à questão do terrorismo, quer em termos de enquadramento legal, quer na prossecução de uma definição. Nos manuais dedicados à subversão e contra-subversão, é apresentada uma definição de terrorismo,

“Conjunto de acções violentas levadas a efeito por elementos subversivos, com a finalidade de criar na população um clima de medo, entravar certas actividades e serviços essenciais e suprimir determinados individuos. Manifesta-se por atentados contra pessoas, individual ou colectivamente, e por sabotagens” (EME, 1963, vol. I, p. Anx – 33).

Hoje em dia, devido aos vários acontecimentos que entretanto mudaram a forma como percebemos o mundo (i.e. queda do muro de Berlim e o 11 de Setembro) e tendo em conta o conjunto de fenómenos associados ao terrorismo esta definição encontra-se incompleta e desactualizada pela sua ambiguidade.

Respeitando a linha de orientação do presente trabalho, iremos abordar a questão do enquadramento legal sob dois aspectos. Primeiro, fazendo referência à evolução da prevenção e combate ao terrorismo em Portugal, em termos legais, com especial incidência na Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto. Segundo, analisando a forma como o Exército se vai integrar na situação de prevenção e combate à ameaça terrorista. Ambas as situações sofreram as suas principais alterações após o atentado do 11 de Setembro.

1.2.1. Situação Nacional

Como principal documento a regular o combate ao terrorismo na UE temos a Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho de 13 de Junho de 2002. Como referido anteriormente, este documento procura unir todos os Estados-Membros no combate ao terrorismo, no sentido de “...serem estabelecidas regras jurisdicionais para garantir que a infracção terrorista possa ser objecto de uma incriminação eficaz” (Conselho da União Europeia, 2002, p. 5). Em resposta a este documento foi aprovada uma lei a 22 de Agosto a Lei n.º52/2003.

Até então, na lei portuguesa, os crimes de terrorismo eram regulados pelo Código Penal, especificamente nos seus artigos 300º, cujo nº 2 define grupo terrorista, e 301º. As alterações presentes na Lei n.º 52/2003 para estes artigos do Código Penal, ocorrem a 2 níveis:

“...ao nível dos factos incriminados, através nomeadamente de um desdobramento entre terrorismo com um âmbito exclusivamente nacional e terrorismo internacional, e da complexificação das previsões anteriores; e ao nível dos agentes passíveis de serem responsabilizados penalmente, com a criação de uma norma especial de responsabilidade penal das pessoas colectiva.” (Silveira, Romão, 2005, p.235)(Silveira & Romão, 2005, p. 235).

Ao contrário de alguns países, nomeadamente os EUA, em Portugal não se encontra na legislação uma definição de terrorismo, mas antes daquilo que se consideram grupos terroristas, mediante um conjunto de actos terroristas. Este tipo de actuação vai também ao

encontro da Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho de 13 de Junho de 2002. Esta tipificação dos actos terroristas torna-os deveras abrangentes "...o elenco de crimes que cabem na noção de terrorismo é muito compreensivo [sic], abrangendo, por exemplo, as ofensas simples à integridade física e quaisquer ameaças" (Pereira, 2006, p.49).

A Lei n.º 52/2003, define os grupos terroristas como sendo:

"Grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral" (Lei nº52/2003, 2002, p.5398).

Nesta definição encontram-se expostos os actos terroristas referidos anteriormente. No documento em questão, a punição do terrorismo ocorre em quatro níveis: "Organizações Terroristas", "outras Organizações Terroristas", "Terrorismo", "Terrorismo internacional" (Silveira & Romão, 2005, p. 235). É de salientar que, exceptuando algumas situações específicas, se forem capturados elementos que tenham efectuado acções terroristas contra outros Estados que não o Português, é possível aplicar as sanções punitivas descritas na lei.

1.2.2. Constituição da República Portuguesa

Antes de avançar para a aplicação do Exército Português em missões de Combate ao Terrorismo, devemos primeiro compreender como a Defesa Nacional, e em consequência as Forças Armadas (FA), se integram em Portugal.

Como descrito no nº2 do 273º da Constituição da República Portuguesa (CRP), a Defesa Nacional tem por objectivo manter a "...independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa". Este artigo destaca em particular a utilização das FA essencialmente num plano externo, contrariamente à anterior Constituição, que incluía a aplicação das FA no plano interno.

À parte da sua principal missão, "Defesa Militar da República" (CRP, nº1 do 275º), é descrita no nº5, do 275º da CRP uma função secundária das FA, que consiste em "...satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte".

1.2.3. Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas

Como referido anteriormente, e em conformidade com a CRP, a Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas (LDNFA) refere a aplicação das FA num plano essencialmente externo, nunca deixando de parte a possibilidade de actuação dentro do território, como demonstrado pelo nº2 do artigo 2º: “Portugal actua pelos meios legítimos adequados para defesa dos interesses nacionais, dentro ou fora do seu território, da zona económica exclusiva ou dos fundos marinhos contíguos e ainda do espaço aéreo sob responsabilidade nacional”.

Neste documento são também discriminados os objectivos permanentes da política de defesa nacional, como descrito no artigo 5º da LDNFA:

- a) Garantir a independência nacional;*
- b) Assegurar a integridade do território;*
- c) Salvar a liberdade e a segurança das populações, bem como a protecção dos seus bens, e do património nacional;*
- d) Garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado;*
- e) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo a que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externas;*
- f) Assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais.”*

No nº.4 do artigo 9º da LDNFA está previsto que a actuação das FA em cumprimento de missões humanitárias e de paz, através de organizações a que Estado Português pertença, faz igualmente parte do leque de missões a desempenhar pelas FA.

À semelhança da CRP, a LDNFA não refere a participação das FA em missões de combate ao terrorismo, reforçando apenas a aplicação das FA em relação a ameaças e agressões provenientes do exterior, assim como a sua participação em missões no âmbito de organizações internacionais.

1.2.4. Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República

A procura do parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República surge em Portugal como uma primeira preocupação, após o 11 de Setembro, sobre a forma como o Exército Português seria aplicado, na eventualidade de Portugal sofrer um atentado terrorista. A questão que levou a este parecer foi:

“Se, no actual quadro legal vigente, as Forças Armadas podem ser incumbidas de colaborar em missões de prevenção de riscos colectivos e de apoio ou reforço de medidas de segurança a locais onde se situam instalações relevantes de sectores essenciais da vida nacional - designadamente importantes instalações industriais dos sectores eléctrico, de gás, de telecomunicações, ou ainda portuárias e aeroportuárias, etc. - em casos de agressão ou de ameaças externas” (Parecer 147/01, 2001, p.1).

Como sugere a própria pergunta que levou à emissão do parecer, neste documento procura-se uma forma de integrar o Exército Português em operações de luta contra o terrorismo, que ocorram dentro do território Nacional. Neste sentido, a Procuradoria-Geral concluiu que, caso seja formada uma agressão ou ameaça de origem externa perfeitamente identificada, existe a possibilidade de o Exército Português ser empregue numa

“Componente externa, caracterizada pelo exercício de um direito de legítima defesa, no quadro dos compromissos internacionais e, uma componente interna, dirigida à estrita protecção dos mesmos bens jurídicos contra ameaças externas, dentro do espaço físico do território nacional” (Parecer 147/01, 2001, p.13).

No que diz respeito à intervenção do Exército Português num plano externo, além do já referido no ponto 3 das conclusões, é exposto que para tal aplicação “...a interpretação do nº 2 do artigo 273º da CRP terá de ser harmonizada com as fontes de direito internacional” (Parecer 147/01, 2001, p.9).

1.2.5. Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003

Com a recorrente necessidade de adaptar as FA ao novo Ambiente Operacional e de modo a poder fazer face a um conjunto de novas ameaças e riscos caracterizados por serem de “...concretização imprevisível e carácter multifacetado e transnacional” (CEDN 03, 2003, p. 1), surgiu a necessidade de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). Esta adaptação das FA levou à realização de um Conselho Estratégico Militar, através do qual foram definidas as Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA), assim como o Sistema de Forças Nacional (SFN) (CEDN 03, 2003, p. 1)

Neste CEDN de 2003, em substituição do CEDN de 1994, o terrorismo transnacional é definido como uma “...ameaça externa e, quando concretizado, como uma agressão externa, pelo que a sua prevenção e combate se inserem claramente na missão das Forças Armadas” (CEDN 03, 2003, p. 2) e à qual todos os Estados devem responder prontamente. Considerando o Espaço Estratégico de Interesse Conjuntural definido neste documento, determinadas espaços encontram-se vulneráveis “...a ameaças ligadas ao terrorismo, ao narcotráfico, ao tráfico de pessoas e ao crime organizado.” (CEDN 03, 2003, p. 2). Daí se referir no ponto 3 do CEDN 03 que “...o novo ambiente estratégico global afecta, directa e indirectamente, Portugal”, pelo que se torna necessária uma adequação dos conceitos e dos instrumentos de Segurança e Defesa.

No âmbito das novas ameaças relevantes estabelecidas no presente documento, especificamente o terrorismo, caberá ao Estado participar na prevenção do terrorismo, enquadrado com as organizações internacionais a que pertence e com os seus aliados, quer no vector militar quer no campo das informações de carácter estratégico e operacional e, ainda, implementar medidas no campo da política e da economia. Investido destas funções, deve: estruturar e fornecer os meios necessários à Defesa Nacional para combater o

fenómeno do terrorismo e ainda implementar o Planeamento Civil de Emergência e um Sistema de Gestão de Crises eficazes (CEDN 03, 2003, p. 8)

Com o objectivo de combater as novas ameaças, as FA devem ser dotadas da capacidade de desencorajar ameaças, da capacidade de resposta rápida, desde que justificada, tanto dentro como fora do território nacional. Devem ainda procurar manter uma estreita relação com os Aliados para, no plano externo, prevenir e combater as ameaças anteriormente referidas (CEDN 03, 2003, p. 10).

O documento em questão salienta a importância da preparação das FA para o combate ao terrorismo num plano externo, integrado em organizações internacionais e em colaboração com os aliados e parceiros. Como já referido, deste documento derivou um conjunto de documentos que especificam como deveriam ser empregues as FA.

1.2.6. Conceito Estratégico Militar 2003

O Conceito Estratégico Militar (CEM) surge na consequência do CEDN e, como tal, tem o objectivo de desenvolver as orientações presentes no CEDN que sejam relativas à componente militar, ou seja, as formas de actuação das FA e orientações para o seu emprego e preparação (CEM, 2003, p.1).

Tal como no CEDN, o CEM estabelece o terrorismo transnacional como fenómeno preocupante, no sentido em que este se torna uma ameaça quer para as operações militares fora do território, quer para os interesses no território nacional. É referido no CEM que em determinadas situações há necessidade de alterar a dinâmica das FA, nomeadamente uma aproximação entre a Segurança e Defesa e, ainda, o facto de as FA estarem a actuar como forças de segurança interna noutros países. Este documento denota uma chamada de atenção para o facto de Portugal assumir determinados compromissos, quer com Organizações Internacionais quer com outros países aliados, que implicam determinadas responsabilidades, como, por exemplo, o acompanhamento no desenvolvimento de tecnologias, conceitos e sistemas de armas.

No presente documento emerge a necessidade de o modelo das FA ter uma maior dinâmica, com o objectivo de tornar a sua resposta mais flexível, pois as ameaças são indeterminadas na forma e nos objectivos pretendidos.

No que concerne a oposição às ameaças, é referida a importância das informações da República e a forma como estas se devem integrar nas FA.

No CEM, em conformidade com os documentos até aqui analisados, não é exposta nenhuma forma actuação das FA em missões de combate ao terrorismo, apesar de se referir a importância e o perigo que o terrorismo transnacional representa e o novo tipo de ameaça imprevisível que compõe o actual cenário internacional.

1.2.7. Missões Específicas das Forças Armadas 2004

As Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA) 2004, como já referido, são criadas tendo por base o CEDN e os objectivos específicos delineados no CEM. No que concerne o nosso trabalho, é de particular importância o referido nos pontos das missões comuns das FA que estão incluídos na temática da Prevenção e Combate às novas Ameaças. Nestes pontos, é destacada a importância de empregar as FA nesta tipologia de missões, tendo em atenção a estreita relação que deve ser criada com as Forças de Segurança no plano interno. Por sua vez, no plano externo dever-se-ia procurar uma cooperação com os países aliados, complementando as operações de cariz militar com uma preocupação de reduzir o crime organizado transnacional e de combate à proliferação de ADM.

À semelhança dos documentos anteriormente analisados, é referida a importância do sector das informações e da inseparável colaboração que deveria existir com outros vectores, além do militar, da Defesa Nacional. Destaca-se ainda a importância do cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

1.2.8. Directiva Ministerial da Defesa Militar 2002

Relativamente à prevenção e combate à ameaça terrorista, a DMDM destaca, como anteriormente referido, o facto de esta ameaça se enquadrar, pelas suas características e por se apresentar como externa, na missão principal da FA (DMDM, 2002, p.5). O que implica que haja a necessidade de desenvolver determinadas áreas, como reequipamento e reestruturação. Em termos de reequipamento para fazer face ao novo conjunto de ameaças, são de salientar os seguintes: Dotar os Sistemas de Controlo, Comando, Comunicações e Computadores (C4) de elevada capacidade e flexibilidade; aumentar a Capacidade de Informação, Vigilância e Reconhecimento, Aumentar as capacidades de mobilidade táctica, protecção, combate e sustentação das forças ligeiras (DMDM, 2002, p.8).

O presente documento inclui recomendações para o CEM. Neste ponto e na questão da prevenção e combate à ameaça terrorista, refere que o emprego das FA deve ter em conta:

“O emprego cada vez mais frequente das Forças Armadas em cenários de intervenção interna, quer no âmbito das missões de interesse público quer em acções de prevenção e combate ao terrorismo transnacional, defesa de infra-estruturas críticas e outras acções em reforço e complemento das Forças de Segurança e dos Órgãos de Protecção Civil” (DMDM, 2002, p.9)

Na directiva é dedicado um ponto à revisão da Lei de Programação Militar (LPM), onde é dada relevância às informações, respectivamente a aquisição de equipamentos para a recolha da mesma em matéria de detecção de ameaças terroristas (DMDM, 2002, p.15).

1.2.9. Plano Médio Longo Prazo do Exército (2007-2024)

No Plano Médio Longo Prazo (PMLP) estão reunidos os aspectos mais relevantes do SFN, assim como o CEM, CEDN e MIFA. Neste documento é realizada uma avaliação onde são definidos os Objectivos de Força do Exército, enquadrados os projectos de reequipamento a incluir na LPM e ainda orientados os compromissos a nível das Organizações Internacionais assumidos em particular pelo Exército Português (PMLP, 2007, p.3). Para o efeito, são determinadas neste documento tarefas a serem executadas pelo Exército Português no âmbito das áreas anteriormente referidas, baseadas nos documentos anteriormente indicados.

No segundo Capítulo, são mencionadas as tarefas referidas no último parágrafo, nomeadamente aquelas que têm por base as MIFA. No que concerne a Prevenção e Combate às Novas Ameaças, é referida a importância do emprego no Plano Interno do Exército Português, tirando o máximo partido das suas capacidades e meios, de modo a complementar as componentes de ordem interna (PMLP, 2007, p.10). Neste ponto também é referida a aplicação do Exército Português no Plano Externo, enquadrado em missões das Organizações Internacionais (PMLP, 2007, p.10). É igualmente destacada a colaboração na “Defesa de áreas e pontos sensíveis do TN”, “Na capacidade de resposta às ameaças do terrorismo transnacional” e “Garantir a Segurança de Informação Militar relativamente a acções hostis de ataque a redes informáticas” (PMLP, 2007, p.10). Em consonância com missões específicas das FA nesta área, é indicada a participação do Exército Português na prevenção e combate ao crime transnacional e, ainda, colaborando com outros países na proliferação de ADM.

Uma vez que a integração do Exército Português nas Organizações Internacionais é considerada de enorme importância, no PLMP é considerada tarefa do Exército Português a integração de forças na defesa colectiva terrestre no âmbito da OTAN e em operações terrestres que visem preservar a paz e a segurança nacional e internacional, realizadas no âmbito da ONU, UE e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (PMLP, 2007, p.11).

O terceiro Capítulo, que trata das linhas de orientação para a transformação e Estrutura do Sistema de Forças, menciona que a transformação do SFN se encontra condicionada por diversos factores, nomeadamente “Natureza, requisitos e estruturas das forças necessárias para dar resposta aos compromissos internacionais, em particular no âmbito da OTAN e EU” (PMLP, 2007, p.15).

1.2.10. Programa do XVII Governo Constitucional

No Programa do XVII Governo Constitucional (PGV), é declarada a importância que as FA têm na contribuição para a estabilidade internacional em missões no âmbito das Organizações Internacionais, de modo que a sua necessária modernização deveria ser influenciada pela tipologia das missões que executa (PGV, 2004, p.155). Tendo em conta o ambiente internacional, a Defesa Nacional deverá procurar ter uma participação mais activa na segurança internacional (PGV, 2004, p.159), o que implica uma "...concepção mais larga da Segurança e uma concepção mais integrada da política de defesa" (PGV, 2004, p.159). Daí a importância da participação numa segurança cooperativa que inclui os compromissos com a OTAN, nomeadamente NRF, e na participação em missões militares sob o Comando da UE. São também referidas as relações com aliados, em especial com os EUA, com quem existe um Acordo de Cooperação e Defesa (PGV, 2004, p.160).

As propostas das missões das Forças Armadas que se encontram neste documento são decorrentes das "...áreas de interesse estratégico nacional e as Organizações Internacionais e sistemas e Alianças a que Portugal pertence" (PGV, 2004, p.160). Pelo que é incumbido às FA "assumir a sua parte nas missões de luta contra ao terrorismo transnacional em quadro legal próprio e em coordenação com os instrumentos internos para esse combate, nomeadamente as Forças e Serviços de Segurança." (PGV, 2004, p.160). Para melhorar a capacidade nacional de combate a esta ameaça, é proposta como medida governativa a:

"Definição de formas de coordenação e de articulação nas áreas de Segurança e Defesa, tendo em vista a coordenação de meios nacionais de luta anti-terrorista e a gestão de situações de catástrofe e de crise, potenciando designadamente a partilhar o uso comum de informações estratégicas e operacionais" (PGV, 2004, p.162).

1.2.11. Sistema de Forças Nacional 2004 - Componente Operacional

O SFN decorre de determinados documentos, dos quais importa salientar o CEM e as MIFA. Somente após a avaliação destes documentos, que determinam numa primeira fase as prioridades e orientações gerais das capacidades militares e posteriormente as Missões Específicas de cada Ramo das FA, é que se torna possível deduzir o SFN.

No que concerne a Prevenção e Combate à ameaça terrorista é mencionada apenas nas finalidades de uma das Brigadas actuais, nomeadamente a Brigada de Reacção Rápida (BRR), a capacidade de projectar e empenhar forças de Escalão Batalhão capazes de participar em missões de combate ao terrorismo. As unidades de manobra existentes na BRR são 2 Batalhões de Infantaria Pára-quedista, 2 Companhias de Comandos e uma força de Operações Especiais. Refere paralelamente que a BRR, a partir de 2008, deveria estar apta a efectuar missões de elevada prontidão. Relativamente às Capacidades Gerais das

três Brigadas, é de igual forma exigida a contribuição dos compromissos das FA no âmbito das Organizações Internacionais que Portugal pertence. De igual forma é mencionada contribuição para a defesa os interesses nacionais nomeadamente o Espaço Estratégico de Interesse Nacional e apoio à política externa do Estado.

No que diz respeito às capacidades de Apoio Geral, faz-se ainda referência às Equipas de Inativação de Engenhos Explosivos (EOD) como uma força a empregar no apoio a agentes do Estado no combate ao terrorismo. Todavia, a aquisição de material e a prioridade de levantamento deste tipo de unidades surgem em último lugar no âmbito das capacidades de Apoio Geral.

Depreende-se deste documento a importância da integração da Componente terrestre na prevenção e combate à ameaça terrorista, sendo designada uma Brigada para esta tipologia de missões e ainda uma proposta do desenvolvimento de uma capacidade importante para o combate a esta ameaça.

CAPÍTULO II - TERRORISMO

“*One man’s terrorist is another man’s freedom fighter*” (Autor desconhecido). Este axioma, assumido pela nossa sociedade, estabelece desde logo a enorme dificuldade em empregar uma definição de terrorismo aceite por todos os Estados. Como referiu Townshend, a dificuldade provém do facto de terem sido raras as situações em que algum grupo assumiu, voluntariamente, a condição de terrorista (Townshend, 2002, p. 9). Este autor determina ainda que

“Os esforços, tanto políticos como académicos, no sentido de lutar contra o terrorismo ficaram muitas vezes adiados por causa do obstáculo da definição do termo e da respectiva distinção entre terrorismo violência criminosa ou acção militar” (Townshend, 2002, p. 9).

A solução actualmente procurada por Estados e Organizações Internacionais (nomeadamente a UE) passa pela penalização de actos terroristas e da procura de determinadas armas e não o terrorismo em si.

Como observámos nas definições anteriormente fornecidas, é possível encontrar alguns pontos em comum que permitem compilar um conjunto de características do terrorismo que passamos a referir.

Nos atentados, qualquer que seja a sua natureza, verifica-se uma primeira característica: o envolvimento de violência ou a ameaça de recurso à mesma, pois sem a presença desta dificilmente será possível cumprir o objectivo do terrorismo.

Como característica que define o terrorismo, observamos a existência de um objectivo, o que implica que o terrorismo não passe de um meio para atingir um fim, muitas vezes descrito como “...método ou táctica de actuação, envolve a utilização de combatentes não cobertos pela lei internacional (tanto processos como combatentes), atacando civis” (Santos, 2006, p. 39). A natureza deste objectivo pode variar entre

“...um objectivo separatista e/ou nacionalista; um objectivo político ideológico (radical de direita, de esquerda); um objectivo político ideológico/religioso; um objectivo político limitado; uma combinação de objectivos diversos.” (Silva, 2005).

O terrorismo caracteriza-se também pelo facto de ser uma acção premeditada, que se dirige a um determinado conjunto de “...alvos escolhidos, geralmente de forma aleatória, os chamados «alvos de oportunidade», ou então pessoas ou instituições emblemáticas.” (Barbosa, 2006, p. 21). Os designados alvos tanto podem ser “...beligerantes e neutros, combatentes e não combatentes, legítimos e não legítimos” (Townshend, 2002, p. 12), mas em termos práticos, estes devem ser indefesos (Townshend, 2002).

Apesar de o terrorismo se dirigir a um determinado conjunto de indivíduos, previamente referidos, exerce um impacto a uma escala deveras abrangente, o que leva a outra

característica do terrorismo contemporâneo - a utilização dos meios de comunicação para obter um maior impacto na sociedade (Barbosa, 2006). Esta capacidade leva a um efeito psicológico devastador, mais vigente nas sociedades que não possuem controlo dos meios de comunicação.

Outra característica que distingue o terrorismo de outras formas do mero recurso à violência, prende-se com o facto de este, pela sua natureza, negar o combate e o seu ataque ser realizado "...de uma forma que inibe (ou melhor, proíbe) a auto-defesa" (Townshend, 2002, p. 12).

2.1. Evolução Histórica

A utilização do terror e da violência como forma de coacção, é algo cujos registos remontam à antiguidade clássica. Referimo-nos aos Sicários, um grupo de fariseus extremistas que, por volta de 66 a 135 d.C.¹⁹ actuavam na província da Judeia, opondo-se à sua ocupação pelo império Romano (Sinclair, 2003, p. 18). Anteriormente à sua época de maior actividade, este grupo de radicais recorria ao assassinato de legionários e de colaboradores judeus (Silva, 2005, p. 437), sendo considerado por muitos autores como um dos primeiros grupos que utilizou a violência como forma de induzir o terror.

A organização que a seguir se tornou conhecida pelos seus métodos violentos associados ao terror, designada por "Assassinos", destaca-se noutro conflito, especificamente "...entre os poderes Sunitas e o movimento Xiita Ismaelita que teve lugar no período de 1090 ao séc. XIII" (Silva, 2005, p. 204). Esta seita fomentava os assassinatos selectivos, tendo como alvos califas, sultões, altos funcionários e líderes religiosos importantes (Silva, 2005, p. 205). Muitos dos assassinatos podiam envolver a morte dos "Assassinos", que de bom grado a aceitavam, assumindo-a como um acto de sacrifício pela causa ismaelita (Silva, 2005, p. 205). Já nessa altura era possível observar algumas das características presentes no terrorismo islâmico moderno, como prometer recompensas divinas aos assassinos fanáticos.

Do mesmo modo, é possível observar na Europa a utilização do terror como forma de atingir objectivos ideológicos religiosos; referimo-nos aqui às Cruzadas. Desde a primeira cruzada, em 1096, foi cometido por toda a Europa um conjunto de atrocidades, como os genocídios e os massacres, o dizimar de cidades completas, tudo pela cristianização e a intolerância religiosa.

¹⁹ - Esta foi a época onde a resistência aumentou de intensidade, levando a três grandes revoltas. "A primeira teve lugar entre 66 e 73 d.C., resultando na destruição do Templo de Jerusalém no ano de 70 d.C.; a cidade foi destruída e milhares de pessoas foram mortas, reduzidas à escravatura ou refugiaram-se noutras cidades da Palestina e da Mesopotâmia. A segunda teve lugar entre 115 e 117. (revolta do Kitos), e a terceira entre 132 e 135 (revolta de Bar Kotcha)" (Silva, 2005, p. 438).

Apesar de já existir a aplicação do terror na prossecução de determinados objectivos, como refere Sinclair (2003, p.74), “Até à Revolução Francesa, o terror fora indefinido”. É a partir deste momento que o terror segue outro rumo, pois difere dos anteriores, exactamente pelo seu planeamento e ideologia. O Regime Revolucionário, liderado por Maximilien Robespierre²⁰, e que em 1793 subiu ao poder, punia severamente aqueles que se opusessem ao governo revolucionário. Os elementos que se encontravam no poder favoreciam as atrocidades realizadas, com o objectivo de manter vigente o governo revolucionário e induzir o medo no povo, com o intuito de atingir objectivos políticos (Sinclair, 2003). Há mesmo autores que sugerem que o conceito de terrorismo terá surgido durante a Revolução Francesa (Bessa, 2006, p. 1217).

Baseando-nos na divisão proposta por David C. Rapoport, o terrorismo moderno, enquanto fenómeno internacional, encontra-se dividido em quatro vagas: a vaga anarquista, a vaga anti-colonial, a vaga de Nova Esquerda e a vaga religiosa.

Na primeira vaga, os elementos envolvidos no terrorismo anarquista entendiam que a sociedade continha grandes reservas de ambivalência e hostilidade, e que possuía convenções que misturavam os conceitos de culpa e criavam soluções de justiça incompatíveis. Na sequência desta análise, os anarquistas consideravam válida a utilização do terror, como a forma mais rápida e eficaz de combater esta sociedade (Rapoport, 2004, p. 50). Rapoport também descreve que os anarquistas utilizavam a dinamite, o que em muitos casos poderia levar à morte do próprio terrorista, razão pela qual não se consideravam criminosos. Os anarquistas intitulavam-se terroristas, essencialmente devido ao facto de considerarem que o terrorismo era uma tática e de os seus praticantes unirem as duas facetas de mártir e de herói (Rapoport, 2004, p. 50). Como observa Silva, já é possível identificar componentes do terrorismo moderno como a ideologia que justifica os assassinatos com vista à destruição do sistema, assim como o manifesto e os meios através dos quais praticam o terrorismo (Silva, 2005, p. 50).

Este tipo de terrorismo espalhou-se a partir da Alemanha (onde se encontravam os seus principais teóricos²¹) até à Rússia, França, Balcãs, Itália, Polónia, Espanha e Índia, prolongando-se até aos anos trinta. Este movimento, que atingiu o seu pico por volta de 1890, tinha por alvos essencialmente monarcas, ministros e presidentes. É interessante referir que os Estados atingidos pediram ajuda internacional, não obtendo, contudo, qualquer resposta por parte da comunidade internacional, apesar de a sua necessidade ser evidente. A falta de resposta deveu-se essencialmente a interesses divergentes. Como principais atentados desta época, podemos referir: o assassino do Czar Alexandre II, por engenhos explosivos, em 1881, e ainda o atentado com maiores repercussões até então, o assassinato do príncipe do Império Austro-húngaro, Francisco Fernando, pelo anarquista

²⁰ - Este considerava que “ O terror era apenas justiça, pronta, severa e inflexível” (Sinclair, 2003, p. 76).

²¹ - Edgar Bauer, Johann Most, Karl Heizen.

sérvio Príncipe Graville, catalisando assim o início da 1ª Guerra Mundial (Lousada, 2007, p. 27).

É então que se dá início à segunda Vaga do terrorismo moderno - o Terrorismo Anti-colonial. O tratado de *Versailles* é indicado por Rapoport como o ponto de partida desta nova Vaga de terrorismo. Como consequência deste tratado, os Aliados forçaram a desagregação de determinados países, atitude que foi repetida mais tarde na 2ª Guerra Mundial (GM). Na 1ª GM os territórios cedidos ficaram sob a responsabilidade de alguns países aliados, o que levou à criação de movimentos de cariz separatista, que viriam a manifestar-se apenas após a 2ª GM. Nesta vaga, os principais movimentos ocorreram na Irlanda (*Irish Republican Army*), Israel, Argélia, Indochina, Chipre, China. Este tipo de terrorismo de cariz nacionalista, como já referido anteriormente, era também ideológico, baseado na filosofia Marxista e nos anarquistas russos (Lousada, 2007, p. 28). Contudo, também se diferenciava do anterior tipo de terrorismo noutras áreas, nomeadamente no facto de ocorrer em territórios específicos, no afastamento da designação de terrorista devido à sua conotação negativa mas, sobretudo, nas tácticas utilizadas. Como lição aprendida do antecedente, os alvos individualizados e circunscritos não atingiam os objectivos pretendidos, chegando mesmo a ser contra-producentes. Nesta vaga procuravam atingir as forças de segurança e posteriormente as forças militares, chegando, em algumas situações, a utilizar tácticas de guerrilha, como o ataque e fuga (Rapoport, 2004, p. 54). De notar que alguns grupos, ao contrário do que acontece actualmente, desenvolviam um esforço por emitir avisos de modo a diminuir as baixas civis. Enquanto esta fase progredia, encontrava-se em desenvolvimento outra característica - a "organização supranacional" (Rapoport, 2004, p. 55) - especificamente na sequência da saída do Reino Unido da Palestina e a constituição do Estado de Israel, em 1948, o que levou à perpetuação do conflito israelo-árabe e cuja violência tem aumentado significativamente, sendo hoje palco do terrorismo de matriz islâmica.

O terrorismo político designado por "Nova-Esquerda" iria marcar a década de 1960 até ao final da década de 70. O início da terceira vaga teve a sua génese nos movimentos estudantis que ocorreram em França e na Alemanha (Lousada, 2007), numa altura em que a comunidade internacional se encontrava politicamente marcada pela Guerra do Vietname e, no caso português, pelas Guerras de África de 1961 a 1974. Como consequência destas guerras, verificou-se o desenvolvimento deste tipo de grupos em países do terceiro mundo e, por vezes, no seio das sociedades Ocidentais, muitas vezes encorajados e suportados pela União Soviética (Rapoport, 2004, p. 56). Com o fim destas guerras, os grupos terroristas com tendências de Nova-Esquerda, passam a assumir maior protagonismo.

No terrorismo praticado nesta vaga, não obstante diferenciar-se do anterior, verificava-se uma aproximação à primeira vaga, no que se refere à combinação do radicalismo e do

nacionalismo²². O facto de nesta vaga se voltar a recorrer a alvos que suscitavam maior propaganda, como o desvio de aviões, raptos, assassinatos de indivíduos com cargos importantes e, ainda, a inclusão de mulheres nestes movimentos, era algo que não se tinha verificado na segunda vaga. No entanto, era possível assinalar características diferentes, como: a utilização de meios mais sofisticados; o patrocínio de alguns movimentos por Estados, com o intuito de controlar determinados factores que os poderiam influenciar; os assassinatos que agora eram realizados como punição (Rapoport, 2004); o facto de os atentados poderem atingir inocentes, o que contribuiu para a sua mediatização; e, mais do que nunca, a internacionalização dos atentados²³, cerca de um terço dos quais envolvia cidadãos dos EUA (Rapoport, 2004, p. 58).

Distinguiram-se na terceira Vaga vários grupos extremistas como: o *Action Direkte* e o terrorista Carlos, o “Chacal”, em França; as *Brigate Rosse* (Brigadas Vermelhas), em Itália; o *Baader Meinhoff*, na Alemanha Federal; o 17 de Novembro, na Grécia; o *Ustacha*, na Jugoslávia; as FP-25, em Portugal; a *Denv Gec*, na Turquia; o Exército Vermelho, no Japão; o Exército Simbiótico e o *Patty Heanst*, nos EUA; o Exército Revolucionário do Povo, na Argentina; o Movimento de Esquerda Revolucionário, no Chile; o Exército de Libertação Revolucionário, na Bolívia; e as várias facções palestinas, com um forte carácter religioso (Lousada, 2007, pp. 28-29). No princípio da década de 70, observamos o início dos atentados, sendo os mais marcantes: o assalto ao aeroporto da Líbia pela Frente Nacional de Libertação da Palestina, que levou à morte de 72 pessoas; a situação de reféns nos Jogos Olímpicos em 1972, perpetrada pelo grupo Palestino Setembro Negro; o rapto e assassinato do Primeiro-Ministro Italiano, Aldo Moro, em 1978, pelas Brigadas Vermelhas; o assassinato do Primeiro-Ministro Espanhol pela *Euskadi ta Askatasuna* (ETA). Os grupos terroristas relacionados com a terceira Vaga foram desaparecendo²⁴ ao longo da década 80, quer por serem eliminados quer pelas suas ideologias e objectivos se irem perdendo, perante o facto de o sistema político internacional assentar numa bipolaridade decorrente da Guerra Fria.

Na fase de declínio da terceira Vaga, já se encontravam em desenvolvimento os movimentos terroristas com bases religiosas. Este tipo de motivação religiosa, presente noutros movimentos característicos de vagas anteriores, tornava-se um factor característico da esmagadora maioria dos movimentos da vaga, que teve o seu início na década de 1980 e que até hoje ainda nos assombra. Não obstante o facto de existirem movimentos desta

²² - Como se podia evidenciar nos conflitos desenvolvidos por Bascos, Curdos e Irlandeses (Rapoport, 2004).

²³ - Até esta altura atentados poderiam ocorrer fora dos Estados a que os Terroristas pertenciam, como o assassinato de Francisco Fernando, príncipe do Império Austro-húngaro. No entanto é importante referir que estes atentados, de cariz nacionalista, diferem daqueles que são calculados de forma a atingir a comunidade internacional (Townshend, 2002, p. 33).

²⁴ - À excepção da ETA e do IRA.

época com influências religiosas cristãs, podemos considerar que o Islão se encontra na base da maioria dos grupos terroristas característicos desta época.

O autor Rapoport considera que foram três os eventos que despoletaram o terrorismo de cariz islâmico: o primeiro foi a Revolução Iraniana que ocorreu em 1979, tornando perceptível que a religião, mais do que nas anteriores vagas, possuía interesse político, devido ao facto de indivíduos de igual religião partilharem opiniões extremamente divergentes. Esta revolução levou a uma separação do mundo islâmico, que se reflectiu nos movimentos terroristas desenvolvidos pelos muçulmanos Xiitas. Estes movimentos, apoiados pelos iranianos, foram responsáveis pela introdução dos bombistas-suicidas, elevando-os a mártires, como séculos antes acontecera com os “Assassinos”.

O segundo evento considerado pelo autor ocorre em 1979, que marcava a entrada no novo século Islâmico. No passado, esta transição já tinha levado a situações violentas, e este caso não foi excepção. Em vários locais em que existiam populações muçulmanas houve evidências de terrorismo Sunita, mas foi em Meca que teve lugar o mais marcante: a Grande Mesquita foi ocupada por fundamentalistas que criaram uma situação de reféns que resultou em cerca de 10.000 feridos (Rapoport, 2004, p. 62).

O terceiro e último evento foi a invasão do Afeganistão pela União Soviética, em 1979. Decorrendo da invasão, foi criada uma resistência que unificou os Sunitas e Xiitas. De referir que esta resistência era apoiada por Forças dos EUA. Em 1989, as forças da União Soviética saíram do Afeganistão. Mais tarde, ocorreu a desintegração da União Soviética, cuja população era constituída por uma quantidade significativa de muçulmanos, que uma vez independentes (ou ainda na tentativa de obterem a independência), se tornaram campos de treino e focos de terrorismo de matriz islâmica. É aqui que ocorre um dos maiores erros por parte da Administração dos EUA, pois estes abandonam por completo o Afeganistão, logo após a saída da URSS deste território. Este abandono e a subsequente guerra civil permitem uma intervenção por parte do Paquistão e da Arábia Saudita, que colocam no poder os talibã (Bauer & Raufer, 2002, p. 74). Ocorre então aquilo que Bauer e Raufer designaram por parêntesis histórico de 1989-2001, em que houve uma desvinculação da comunidade relativamente à eventual realidade terrorista²⁵.

Segundo Rapoport, nesta vaga foi também possível verificar uma redução significativa do número de grupos terroristas, de cerca de 200 para 40, pois uma comunidade islâmica abrange uma população mais vasta do que uma nação, acrescendo o facto de grande parte dos anteriores grupos serem provenientes de países Cristãos, o que, comparativamente à religião islâmica, conduzia a mais separações ideológicas. É importante também referir que estes grupos islâmicos têm uma natureza mais duradoura que os das anteriores vagas. Destes grupos destaca-se a Al-Qaeda, responsável pelos mais devastadores atentados

²⁵ - Estes autores consideram que houve uma despreocupação relativamente aos dois elementos da corrente terrorista. O local de onde poderia esta poder rebentar, o Afeganistão, e o próprio sistema que o criou e contava controlá-lo (poder saudita) (Bauer & Raufer, 2002).

desta vaga, o 11 de Setembro de 2001. De notar que, apesar de não ter sido estabelecida nenhuma ligação entre a Al-Qaeda e os atentados de 11 de Março de 2004 em Madrid e de 7 de Julho de 2005 em Londres, as investigações oficiais determinaram, no primeiro caso, que a organização que havia realizado os atentados não fora a Al-Qaeda, mas era constituída por fundamentalistas islâmicos com possíveis ligações a esta (Julgamento dos Atentados de 11 de Março de 2005, 2006). Por sua vez, os atentados de Londres foram reivindicados pela Al-Qaeda, tendo essas reivindicações sido mais tarde consideradas falsas pelo Governo Inglês.

Como anteriormente referido, encontramos-nos ainda na quarta vaga, pelo que seria prematuro fazer quaisquer referências à sua duração.

2.2. Grupos Terroristas

Constatámos no anterior capítulo que, em determinados períodos da história da humanidade, que Rapoport designou por vagas, ocorreram fenómenos associados ao terrorismo com características semelhantes e com determinadas situações comuns que se reflectiam no sistema internacional da altura, como situações sociais, políticas, económicas e, até, ideológicas.

Ao longo da história, é possível identificar nos grupos terroristas um conjunto de características comuns, como: o uso da violência, a capacidade de operarem em qualquer tipo de terreno e operarem a coberto. Geralmente encontram-se bem organizados, agem deliberadamente, possuem alta mobilidade e estão dependentes da comunicação social (Nance, 2008, pp. 67-68), assim como do apoio da população.

Ao longo deste subcapítulo, iremos proceder à divisão dos grupos terroristas nas categorias que consideramos mais importantes, consoante critérios baseados nas suas disparidades, nomeadamente: as motivações, as ideologias, a actuação em termos geográficos e as diferentes fontes de apoio²⁶.

Iremos ainda abordar neste capítulo, em termos gerais, as estruturas organizacionais que podem ser adoptadas por estes grupos.

Os grupos terroristas, ao longo dos tempos, partilharam fins e objectivos comuns. Na sua base podemos encontrar motivações semelhantes que iremos dividir pelas seguintes categorias (TRADOC, 2007, p. 2-5): grupos separatistas, grupos étnicos, grupos nacionalistas, grupos revolucionários.

²⁶ - As presentes divisões são baseadas nas divisões existentes em: COMMAND, US Army Training and Doctrine. (2007). *A Military Guide to Terrorism in the Twenty-First Century*. Fort Leavenworth - Kansas. US Army Training and Doctrine Command; e NANCE, Malcolm W. (2008). *The Terrorism Recognition Handbook: A Practitioner's Manual for Predicting and Identifying Terrorist Activities*. Nova Iorque. CRC Press.

Os grupos separatistas têm como objectivo a separação das entidades existentes, através da independência religiosa, autonomia política ou a simples independência. Procuram resistir à conquista ou ocupação de um poder estrangeiro e defendem ideologias como a igualdade social e o anti-imperialismo.

Os grupos étnicos consideram que a raça é a característica que define uma sociedade enquanto pilar da sua coesão. Alguns grupos podem promover a ideia que uma raça é superior a outra, por possuir determinadas características.

Os grupos nacionalistas caracterizam-se pela sua devoção e dedicação a uma nação, colocando os interesses desta acima dos de outras nações e estabelecendo objectivos como: a criação de uma nação, a separação de um Estado já existente, podendo ou não ter em vista a associação a outro Estado que partilhe da mesma ideologia.

Por fim, os grupos revolucionários têm apenas como objectivo derrubar um determinado governo, ou a ordem estabelecida, de modo a implementarem novos ideais políticos ou diferentes estruturas sociais. Em geral, encontram-se associados a ideologias comunistas, podendo utilizar métodos revolucionários para atingir os seus objectivos.

Os diferentes grupos terroristas encontram-se associados a determinadas ideologias que conduzem a sua acção na prossecução dos seus objectivos. A ideologia serve dois propósitos: para alguns grupos, é o farol que os guia no cumprimento dos seus objectivos; para outros, é uma mera justificação dos actos que praticam. Em termos ideológicos, os grupos podem ter uma orientação política, religiosa ou social (TRADOC, 2007, p. 2-7).

Os grupos que seguem uma ideologia política procuram alterar a estrutura política e económica do governo ou das comunidades a que pertencem. Em termos políticos, os grupos terroristas podem ainda dividir-se em anarquistas, com tendências de esquerda ou de direita. Os que tendem para a direita encontram-se associados à facção conservadora ou reaccionária do meio político, chegando por vezes ao fascismo ou até ao neo-nazismo. Os grupos que tendem para a esquerda encontram-se associados ao socialismo revolucionário ou às diferentes variantes do comunismo, podendo, em determinados casos, aproximar-se do pensamento anarquista. Os anarquistas revelam-se contra a existência de governo ou autoridade, apoiando a liberdade individual e promovendo a associação de grupos cooperativos.

Como é possível depreender do último subcapítulo, o terrorismo religioso é um fenómeno que acompanha a sociedade desde sempre e, por conseguinte, algumas motivações religiosas podem estar ligadas com determinada etnia ou nação. Este género particular de terrorismo caracteriza-se por tentar impor as suas próprias crenças a outros indivíduos. O terrorismo religioso tem aumentado significativamente desde o início da década de 1980. Desde então, apesar de terem existido outros tipos de terrorismo religioso, o terrorismo de

raiz islâmica²⁷ é aquele que se tem destacado, tanto pelas suas acções mais recentes como pelas anteriores. O aparecimento deste terrorismo deriva, segundo alguns autores, como Anes (2006), da violência presente em vários textos religiosos. O regresso do terrorismo religioso encontra-se associado a um ressurgimento global da cultura e religião, uma vez que tanto a religião como a cultura são os principais elos de identidade sociocultural dos grupos e comunidades (Anes, 2006, p. 86). Existem ainda determinados grupos que defendem causas sociais, como direitos dos animais, defesa do ambiente, particularidades relativamente a etnias, raças ou direitos de minorias. Por vezes, a crenças destes grupos podem levar à prática de actos terroristas (TRADOC, 2007, p. 2-9).

Recentemente, foi possível observar a internacionalização de um fenómeno que se manifestava maioritariamente ao nível Estatal. Agora mais do que nunca, os grupos terroristas são "...uma entidade biológica: um protoplasma flexível, amorfo, imóvel, transnacional (globalizada, mesmo) e desterritorializado, dinâmico e imprevisível." (Bauer & Raufer, 2002, p. 106). De acordo com Nance (2008), é possível dividir os grupos terroristas segundo a sua área de actuação: terrorismo local, terrorismo nacional, terrorismo transnacional e terrorismo internacional.

O terrorismo local caracteriza-se por ser geralmente realizado por nacionais que operam ao nível de uma pequena localidade ou região e contra a sua própria localidade. Já o terrorismo nacional difere do anterior, no sentido em que opera dentro das fronteiras da própria nação.

O terrorismo internacional realiza operações em vários locais do mundo, mas as suas acções são orientadas para cumprir objectivos no seu local de origem. Por sua vez, o terrorismo transnacional²⁸ opera de igual forma em vários locais do mundo (por vezes caracterizado por atravessar uma ou mais fronteiras para actuar), mas as suas acções procuram obter um impacto global com objectivos operacionais ou estratégicos (TRADOC, 2007, p. 2-10).

Podemos perceber que os actos terroristas são motivados por razões de vária ordem, consoante a área de actuação, e procuram atingir diversos objectivos. Ainda assim, é possível fazer a distinção relativamente à origem do seu apoio. Nance (2008) refere que esta distinção ocorre segundo quatro critérios: governamental, apoiado pelo Estado, financiado pelo Estado e independente.

O terrorismo governamental consiste no uso de Forças de Segurança, Serviços de Informação e outras agências oficiais para realizar actos terroristas contra nações

²⁷ - Segundo Bruce Hofmann (1998) citado pelo TRADOC, (2007) de 1980 a 1995 o terrorismo associado a grupos com motivações religiosas aumentou 43 por cento.

²⁸ - Para distinguir o terrorismo internacional do transnacional é por vezes dado o exemplo do *Hezbollah* como um terrorismo internacional que actua ao nível internacional, mas os seus objectivos visam somente atingir a estrutura política da região do Líbano e Israel. Para designar o terrorismo transnacional é dado como exemplo a *Al-Qaeda*, no sentido que actuam ao nível internacional, mas a suas visões almejam obter resultados a um nível global (TRADOC, 2007).

estrangeiras, contra o seu próprio povo ou dissidentes estrangeiros. Estas acções têm como objectivo a repressão e controlo da população. A simples alteração de leis pode tornar legal, e encorajar, a tortura, assassinatos e a destruição de propriedade, para cumprimento de objectivos políticos. Este tipo de terrorismo verificou-se na Alemanha Nazi, que procurava a destruição e intimidação de outras Nações (Nance, 2008).

O terrorismo apoiado pelo Estado ocorre quando um Estado tem controlo sobre um grupo terrorista e o utiliza como ferramenta para atingir determinados objectivos (Nance, 2008, p. 69). Neste tipo de terrorismo, o Estado fornece aos grupos, para além dos mais diversos tipos de apoio, como financeiro e logístico (locais de treino, víveres, armas), assim como protecção diplomática e treino dos seus membros (TRADOC, 2007, p. 1-10).

Segundo Nance (2008), o terrorismo financiado pelo Estado difere do anterior, uma vez que fornece o mesmo tipo de apoios, mas os grupos são independentes relativamente ao Estado. O Estado não condena estas organizações mas, não possuindo o controlo das suas acções, dificilmente as pode condicionar.

Por fim, as organizações terroristas independentes não se encontram afiliadas a nenhum Estado, no sentido em que não servem nenhum propósito que favoreça unicamente um Estado. Ainda assim, estes grupos podem beneficiar de algum apoio por parte de actores estatais, desde que não procurem influenciar a condução das suas acções. Como não estão sujeitos a pressões políticas, são potencialmente os mais perigosos. Um exemplo deste tipo de organizações é a Al-Qaeda.

Em seguida, iremos analisar dois modelos de estrutura organizacional propostos pelo *US Army Training and Doctrine Command (TRADOC)* (2007), a estrutura em rede e a estrutura hierarquizada. De referir que, para ambos os modelos, a célula é a estrutura táctica mais pequena.

A estrutura hierarquizada consiste numa cadeia vertical de comando, controlo e responsabilidade, perfeitamente definida e, geralmente, encontra-se associada a uma actividade política ou organização, sendo disto exemplo a ETA, o *Irish Republican Army* (IRA) e as Brigadas Vermelhas na Itália. As organizações terroristas optam pela estrutura hierárquica quando têm um conjunto previamente delineado de objectivos e características que constituem a sua organização (tendências políticas, sociais, religiosas, áreas de actuação). Este modelo de estrutura facilita a coordenação dos actos a nível de: informação, que parte das células até aos cargos hierárquicos mais elevados, e vice-versa; apoio logístico, em que as células também se encontram dependentes da organização, procurando especializar-se numa função, enquanto células de informação, apoio ou de realização da acção principal. Este modelo apresenta como maior dificuldade a integração de todas as células numa acção, devido ao facto de estas existirem em grande número. Actualmente, o modelo estrutural em rede é o modelo adoptado pelo maior número de organizações terroristas. Estas organizações, geralmente de cariz religioso, não possuem

objectivos tão claros, o que lhes permite criar células com maior independência. Como são determinados apenas alvos e objectivos gerais, as células são dotadas de iniciativa e flexibilidade para realizarem acções, que vão ao encontro da concretização desses objectivos. A independência das células ocorre tanto ao nível das informações que são recolhidas localmente, em termos de comando e controlo (quando uma célula planeia uma acção, esta não realiza coordenações com outras células), como em termos logísticos, uma vez que ainda se encontram ligeiramente dependentes da organização. Esta independência pode ter certas desvantagens, como as células seguirem objectivos diferentes da organização, chegando mesmo a revelar-se contra-producentes. Para este tipo de modelo organizacional funcionar devidamente, é necessário que as células partilhem ideais, interesses e objectivos comuns. Este modelo organizacional pode possuir vários tipos de estrutura, como: em cadeia, em estrela, todos ligados e afiliação ideológica (TRADOC, 2007).

CAPÍTULO III - O TERRORISMO NO AMBIENTE OPERACIONAL

3.1. O Ambiente Operacional

O ambiente operacional contemporâneo é considerado pelos EUA (2008) como “O conjunto de condições, circunstâncias e influências que afectam o emprego das capacidades e são parte integrante nas decisões do comandante” (Department of the US Army, 2008, p. 1-1). Este conceito deve integrar as preocupações do Comandante, no sentido em que esta noção irá influir no local onde este emprega os seus meios. O Regulamento de Campanha (2005) refere que este ambiente se caracteriza por

“...ameaças e riscos difusos, multi-facetados e multi-direccionais, apresenta como tendências principais a globalização, a proliferação de manifestações regionais associadas a alastramento de nacionalismos, radicalismos e a crescente vulnerabilidade dos Estados”.

As constantes mutações das características do ambiente operacional implicam uma doutrina que acompanhe estas mudanças. O Regulamento de Campanha (2005) especifica vários factores que influenciam e condicionam o ambiente operacional, como: os objectivos militares, a ameaça, a Área De Operações (AOO), a tecnologia, a unidade de esforço e a informação.

Os objectivos militares são determinados pela estratégia e enquadrados pela doutrina. O espectro da guerra, onde se inserem as operações militares, encerra três categorias: a paz, a crise e a guerra. Considerando cada uma destas categorias, a forma de emprego das forças será executada de diferente maneira, uma vez que os objectivos que procura atingir e a coacção decorrente da situação diferem entre si. Actualmente, e face à nossa participação na OTAN²⁹, adoptámos uma tipologia de operações, criada no tratado de Washington; referimo-nos aqui às operações que se realizam no âmbito da defesa colectiva (Artigo 5º) e às operações de Resposta à Crise (Não Artigo 5º).

A ameaça é entendida como o conjunto de Estados, organizações, pessoas, grupos, condições ou até fenómenos naturais com a capacidade de ferir ou destruir populações, recursos vitais ou instituições (Department of the US Army, 2008, pp. 1-4). De modo a contrariar esta ameaça, torna-se essencial o empenhamento de todas as vertentes da estratégia nacional³⁰. A ameaça pode enquadrar-se em quatro categorias: tradicional, irregular, catastrófica e perturbadora (*id.*, p. 1-4). A ameaça tradicional é aquela que é

²⁹ - Que como já foi referido em capítulos anteriores é aquela que maior relevância tem em termos militares.

³⁰ - Estratégia Gerais (Charneira) – Política; Económica; Psicológica e Militar.

aplicada por Estados que empregam forças e capacidades militares sob formas convencionais de conflito militar. A ameaça irregular constitui-se quando um oponente utiliza métodos e táticas não convencionais e assimétricos, podendo incluir o terrorismo e técnicas de guerrilha, de modo a inutilizar os métodos empregues por forças regulares. Uma ameaça passa a ser catastrófica a partir do momento que o oponente esteja na posse, adquira ou use armas de natureza biológica, química, radiológica ou de destruição maciça. Por fim, as ameaças perturbadoras implicam a utilização de tecnologias que reduzam as capacidades e nítidas vantagens das nossas forças. Os conflitos, onde se manifestam estas ameaças, podem ser de dois tipos: simétricos e assimétricos. O primeiro ocorre quando a forças que se opõem possuem uma natureza similar, quer em termos de capacidades militares, quer doutrinários; no segundo, podem opor-se forças, convencionais ou não e cujas capacidades militares e doutrina difiram substancialmente.

A AOO onde se pretende que a força actue é um factor que influencia de forma bastante vincada o Ambiente Operacional. Se até aqui tratámos do que se pretende atingir e o que podemos esperar por parte do oponente, este factor vai definir a melhor forma de aplicar as Nossas Forças (NF) e meios, especificamente, qual o tipo de força a empregar e onde a aplicar melhor.

As informações constituem o factor que desde sempre se encontrou presente nas operações militares, relevando-se influentes na decisão do comandante. São o produto de notícias presentes no campo de batalha, decorrentes do nosso conhecimento e compreensão das actividades, capacidades e intenções do inimigo (Exército Português, 2005, p. Parte III). Somente depois de devidamente processadas, podem ser incluídas no Processo de tomada de Decisão. Segundo o Regulamento de Campanha (2005), a importância da informação pode advir de três níveis de capacidade: capacidade de acedermos a esta; capacidade de a negar ao adversário; capacidade em disponibilizar ao adversário a informação que nos interessa que ele obtenha.

Outro dos factores que influenciam e condicionam o ambiente operacional é o actual desafio da tecnologia, que pode ser compreendido, simultaneamente, como uma vantagem e uma desvantagem. Vantagem, no sentido em que o constante evoluir da tecnologia permite melhorar a qualidade de vida das sociedades, assim como, a nível militar, dotar os sistemas operacionais de capacidades que os beneficiem, especificamente ao nível do Comando e Controlo. Contudo, também se estabelece como desvantagem, uma vez que o adversário pode tirar partido da dependência criada pela tecnologia nas nossas sociedades (Department of the US Army, 2008, p. 1-1). A tecnologia torna-se importante no processo de tomada de decisão, pelo que requer uma avaliação da dimensão da tecnologia utilizada por ambos os contendores (Exército Português, 2005, Parte I).

A unidade de esforço torna-se uma necessidade face ao actual ambiente operacional, que implica que as forças sejam empregues privilegiando a conjugação de esforços. Daí a

importância da integração em Organizações Internacionais e conseqüentes operações conjuntas em determinados TO.

É ainda referido no FM3-0 (2008) que no ambiente operacional contemporâneo existe um conjunto de tendências que poderão influenciar as operações das forças terrestres, nomeadamente: a globalização; as alterações demográficas; a crescente urbanização; a procura de recursos básicos; as alterações do clima e desastres naturais; a proliferação das ADM; e os Estados Falhados³¹ ou em risco. Estas tendências, ao evoluírem no rumo que até agora tomaram, podem levar a um aumento de conflitos, degradação das condições de vida, situações onde as populações poderão recorrer a radicalismos. Os Estados Falhados, ou que se encontram em risco, são os locais onde pelas suas condições sociais, económicas, políticas existe uma maior probabilidade de estas tendências se manifestarem.

3.2. Tipos de Operações

No que concerne as missões típicas de defesa contra o terrorismo, iremos seguir a tipologia de missões propostas pela OTAN. Em resposta aos atentados realizados a 11 de Setembro de 2001, a OTAN elaborou, em Dezembro de 2002, um documento decorrente de uma análise às suas estruturas e capacidades, onde é identificado um conjunto de vulnerabilidades e ameaças³² a que a organização se encontra sujeita. Consequentemente, propôs uma tipologia de missões de defesa contra o terrorismo: missões de Anti-terrorismo, missões de Contra-terrorismo, Gestão de Consequências, Cooperação Militar. Neste documento, é referida a protecção da força como missão transversal e presente em todas as tipologias citadas anteriormente. O Conceito Militar em questão surge como resposta a estas ameaças e como tentativa de colmatar as vulnerabilidades (NATO, 2002).

A Protecção da Força, segundo este documento, deve ser uma parte integrante de todo o tipo de missões, capaz de fornecer defesa e protecção contra todo o tipo de ameaças³³ e, também, deter possíveis agressores, nomeadamente terroristas. É da responsabilidade de todos os Comandantes, no sentido em que estes devem ser capazes de identificar possíveis ameaças e tomar as devidas medidas, para garantir a sobrevivência da sua força.

No MC-472 é ainda feita referência à importância das Operações de Informação (INFO OPS) e Operações Psicológicas (PSYOPS). A aplicação deste tipo de missões facilita as operações da OTAN no terreno, uma vez que visam melhorar o consentimento da força e procuram obter informações que auxiliam o processo de decisão por parte do Comandante. O nível de ameaça presente neste tipo de operações desempenha uma função relevante,

³¹ - Neste documento este tipo de estados são denominados Estados Falhados ou em vias de falhar.

³² - O terrorismo, e as várias formas que pode ser empregue, é considerado a ameaça mais perigosa.

³³ - Ver Apêndice A e Anexo A.

podendo ser utilizado para influenciar os grupos terroristas, assim como as populações que os apoiam.

O Anti-terrorismo³⁴ é definido como o uso de medidas defensivas para reduzir a vulnerabilidade das forças, indivíduos e bens relativamente ao terrorismo (NATO, 2002, p.6). É da responsabilidade de um determinado Estado ou Comandante de força a defesa dos seus bens e população contra qualquer tipo de ameaça; a OTAN limita a sua actuação ao apoio aos Estados que requeiram tais valências. As medidas adoptadas pelo Estado ou Comandante em questão são essencialmente medidas passivas, podendo ou não ser de natureza preventiva³⁵. A OTAN contribui com capacidades que o Estado não possui e colabora para o esforço de identificação de vulnerabilidades.

O Contra-terrorismo consiste no uso de medidas ofensivas que visam reduzir a vulnerabilidade das forças, indivíduos e bens, relativamente ao terrorismo, podendo incluir operações contra-ofensivas e de contenção da expansão desta ameaça, por forças militares e agências civis. Os grupos terroristas quando realizam estas operações (como já referimos em capítulos anteriores) evitam o empenhamento dos seus elementos em combate próximo, caracterizando-se os seus métodos de ataque mais comuns pela assimetria e pelo impedimento da auto-defesa imediata (o que coloca a população civil sob riscos acrescidos). Devido à sua estrutura organizacional, é difícil atingir os responsáveis pelo planeamento dos atentados. A OTAN realiza este tipo de operações integrado em forças conjuntas, podendo desempenhar o seu papel enquanto se encontra no comando (*NATO in lead*) e quando presta apoio (*NATO in support*). Em ambas as situações, a OTAN, por experiência anterior, recorre a unidades com especialização nesta área, nomeadamente Forças de Operações Especiais³⁶ (FOEsp) (NATO, 2002, p. 9). Na situação específica de a OTAN se encontrar no comando da operação, a força conjunta deverá possuir um conjunto de capacidades, a saber: sistemas de comando e controlo flexíveis, interoperáveis e com capacidade de serem projectados; estruturas de recolha de informações; e, ainda, forças treinadas, com elevado nível de prontidão. A OTAN considera situações pontuais as operações em que se encontra no apoio de outras forças, nomeadamente apoios materiais e de capacidades para apoiar determinadas operações. Estas operações serão efectuadas em apoio de Organizações Internacionais, como a UE, ou coligações que envolvam membros da OTAN. Neste tipo de missões a necessidade de obtenção de informações ocupa um lugar de destaque.

A Gestão de Consequências é um tipo de missão que se aplica após a realização de um atentado terrorista, tendo por isso uma natureza reactiva, com o objectivo de minimizar os

³⁴ - Segundo Nance (2008), as medidas anti-terroristas podem incluir instalar sistemas de segurança física; fornecer e analisar informação referente aos grupos terroristas; e treinar para a resposta em situações de actos terroristas.

³⁵ - A doutrina empregue pelos EUA considera que as operações de Anti-terrorismo possuem duas fases: uma proactiva e outra reactiva (Joint Publication 3-7-02, 1998).

³⁶ - Segundo Nance (2008), as operações de Contra-Terrorismo podem incluir o uso de forças clandestinas para neutralizar terroristas e a sua logística, resgatar reféns e recolher dados e informações dos terroristas.

efeitos provocados pelo atentado. No que concerne a este tipo de missões, a OTAN salienta que há uma elevada probabilidade de ocorrência de ataques de natureza NBQR. Surge, então, a necessidade de possuir capacidades que reduzam o impacto deste tipo de ataques como: estruturas de comando e controlo, meios logísticos, meios de engenharia, capacidades médicas, capacidades de descontaminação, EOD e polícia militar. A responsabilidade de prover uma resposta adequada aos efeitos de um atentado terrorista, recai mais uma vez sobre o Estado afectado; a OTAN só intervém nestas situações com apoios em áreas que estes Estados não consigam assegurar.

As missões de cooperação militar encontram-se relacionadas com a necessidade de se complementarem com outras, como iniciativas diplomáticas sociais e do foro legal. Nestas missões, a OTAN tem como objectivo o desenvolvimento e implementação de medidas que complementem outras já existentes, de modo a harmonizar a prevenção e combate à ameaça terrorista. Para tal, a OTAN deve procurar interagir com Organizações Internacionais e Estados, no sentido de complementar os esforços destes na protecção da sua população, embora a responsabilidade de garantir a segurança dos cidadãos, dependa primariamente das autoridades civis.

As Operações de Combate ao Terrorismo são referidas em termos da doutrina Nacional, uma vez que a possibilidade de ameaça terrorista, segundo o Regulamento de Campanha (2005), é especialmente iminente na Área da Retaguarda³⁷ e está incluída nas ameaças de Nível I. Devido a esta ameaça, é referido o Combate ao Terrorismo como parte integrante das Operações de Protecção da Área da Retaguarda³⁸ (PAR), especificamente nas operações de Segurança da Área da Retaguarda³⁹ (SAR). O Combate ao Terrorismo, na doutrina Nacional, inclui dois tipos de resposta: Antiterrorismo (medidas defensivas) e Contra-terrorismo (medidas ofensivas), sendo que estas operações na Área da Retaguarda são remetidas, em casos excepcionais, para as FOEsp. (Regulamento de Campanha, 2005, Parte IV, p.9-21). O recurso a PSYOPS é igualmente incluído no Combate ao Terrorismo.

3.3. Forças Portuguesas na ISAF

Dos anteriores capítulos são inúmeras as referências à importância da integração de Portugal, especificamente o Exército Português, em missões de defesa colectiva nas Organizações Internacionais. A OTAN surge como a Organização Internacional que tem a capacidade em termos políticos, diplomáticos e militares de fazer face a uma ameaça

³⁷ - Segundo o RC (2005), existem três níveis de ameaças à Área da Retaguarda.

³⁸ - Este tipo de Operações ocorre essencialmente a dois níveis, Segurança da Área da Retaguarda e Controlo de Danos.

³⁹ - "A finalidade da SAR é salvaguardar instalações e áreas importantes de serem afectadas pelo inimigo e manter o controlo da área da retaguarda para preservar a liberdade de acção do comandante táctico." (Regulamento de Campanha, 2005, Parte IV, p.9-7).

assimétrica, pelo que se infere ser uma das mais importantes. A construção deste subcapítulo decorre de um conjunto de entrevistas realizadas a Comandantes das FND empregues como *Quick Reaction Force*⁴⁰ (QRF) da ISAF no TO do Afeganistão. Para a construção deste capítulo, baseámo-nos também no *Combined Joint Statement of Requirements* (CJSOR) da ISAF. Descreveremos o empenhamento das forças da OTAN no TO do Afeganistão, especificamente da QRF/FND.

Como foi abordado no primeiro capítulo, após os atentados do 11 de Setembro houve um esforço conjunto das Organizações Internacionais e Estados para minimizar e combater a ameaça terrorista. No caso particular do Afeganistão, o esforço verificou-se quando, a 5 de Dezembro de 2001, se realizou a Convenção de Bona, que consistiu na reunião dos partidos Afegãos. Nesta Convenção, os partidos concordaram com a formação de uma nova estrutura governamental e aceitaram o apoio da comunidade internacional na reconstrução do país. Até à constituição de um governo de carácter permanente, surge a Autoridade de Transição Afegã (ATA). No sentido de permitir que a ATA, assim como as demais Organizações Internacionais presentes no país, pudessem operar num ambiente seguro, surgiu a necessidade da constituição de uma força de Segurança. No mês de Dezembro de 2001, ao abrigo das Resoluções 1386, 1413 e 1444 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é criada a ISAF. Esta Força possuía como principais missões manter a segurança na capital, Kabul, e nas suas imediações e ainda, conjuntamente com as “Nações do G8 - *Security Sector Reform* (SSR) prestar treino às Autoridades Afegãs no treino de Forças Armadas e de Segurança no Afeganistão” (Directiva nº 170/CEME/07, 2007). O papel desempenhado pelas forças da ISAF contribui para a estabilização do país e para a criação de condições que permitam que o Governo Afegão, a longo prazo, consiga manter a paz. Podemos considerar que estas forças são parte integrante do combate ao terrorismo da OTAN, uma vez que os seus objectivos e o cumprimento das missões por parte das forças da ISAF, contribui, ainda que indirectamente, para pôr termo à actividade terrorista no território Afegão (NATO, 2006, p. 170). Segundo Soares (2009) “...contributo do Exército na ameaça contra o terrorismo é o cumprimento de todas as nossas missões”.

Actualmente, ainda se encontram presentes no TO do Afeganistão duas forças multinacionais, a ISAF e as forças da coligação do *Combined Forces Command* – AFG (CFC-A) (Directiva nº 170/CEME/07, 2007).

Numa fase inicial, a ISAF esteve sob o comando do Reino Unido, mas só em Fevereiro de 2003 foi pedido apoio à OTAN. No mês de Agosto do mesmo ano, a OTAN assumiu a liderança da ISAF, até à presente data. Com o novo comando da ISAF, foi permitido, através da Resolução 1510 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o alargamento da AOO da OTAN para todo o território do Afeganistão. Este processo encontrava-se dividido em 4 fases, tendo já sido realizadas.

⁴⁰ - Força de Reacção Rápida.

Deste alargamento surge uma nova força essencial para o processo de reconstrução do Afeganistão - as *Provincial Reconstruction Teams* (PRT). Estas equipas são responsáveis por contribuir para o alargamento da autoridade do Governo Afegão, assim como para o aumento da segurança (NATO, 2006, p. 156).

Actualmente, e desde Agosto de 2006, a Estrutura da ISAF no TO do Afeganistão é composta por cinco comandos regionais: o *REGIONAL COMMAND CAPITAL* (RC-C), cuja responsabilidade é a AO de Cabul; *AREA NORTH REGIONAL COMMAND* (RC-N), responsável pela AO Norte; o *AREA WEST REGIONAL COMMAND* (RC-W), responsável pela AO Oeste; o *AREA SOUTH REGIONAL COMMAND* (RC-S), responsável pela AO Sul; o *AREA EAST REGIONAL COMMAND* (RC-E), responsável pela AO Este) (Directiva nº 170/CEME/07, 2007).

Portugal só viria a destacar forças portuguesas para o Afeganistão, sob o comando da ISAF, em 2005. No período de Agosto de 2005 a Agosto de 2008, estiveram destacadas no TO do Afeganistão seis forças portuguesas⁴¹. Estas foram empregues com a missão de QRF, que dependia directamente do COMISAF (Comandante das Forças Conjuntas da ISAF), mas era atribuída em Controlo Tático (TACON) ao RC-C.

A OTAN impunha um conjunto de capacidades que considerava essenciais para que a QRF cumprisse a sua missão. Portugal cumpria quase todos esses requisitos. Os requisitos exigidos pela OTAN eram⁴²:

- Ao nível de operações: actuar em apoio de eventos e actividades do SSR, como patrulhas, apoio a eventos do Governo, vigilância e reconhecimento das áreas urbanas e rurais da região de Kabul. Além disso, ter a capacidade de realizar operações de controlo de tumultos.
- Ao nível das capacidades: mobilidade terrestre; estar equipada com sistema anti-carro e morteiros, *Long Range Optics*; *Tactical Air Control Party* (TACP) para *Close Air Support* (CAS) de aeronaves de asa fixa e de asa móvel (capacidade assegurada por sete elementos da Força Aérea); *Sattelite Communications* (SATCOM – Comunicações Via Satélite) orgânico até ao nível pelotão; comando e controlo descentralizado; treino aeromóvel; capacidade *EOD/Improvised Explosive Device Disposal* (IEDD); protecção contra *Remote Controlled Improvised Explosive Device* (RCIED); ROLE 1; Comando e Controlo descentralizado até ao nível pelotão; ser auto-sustentável por 72 horas. Em caso de necessidade, a força podia ser reatribuída ao COMISAF, tendo um pelotão com *Notice to Move* (NTM) de 60 minutos e a Unidade Escalão Companhia (-) (UEC) com NTM de 90 a 120 minutos.

⁴¹ -Duas forças constituídas por Companhias de atiradores Pára-quedistas e quatro Companhia de Comandos.

⁴² - Os requisitos para a QRF encontram-se no CJSOR ISAF e na Directiva nº 170/CEME/07.

À parte dos requisitos da OTAN, foi ainda determinado pelo CEME (Chefe de Estado-Maior)⁴³ que as FND deveriam possuir valências como:

- Em termos de estrutura: possuir uma Estrutura Orgânica de Pessoal (EOP) inferior a 150 militares, que deveriam ser articulados em: Comando e Secção de Comando, Destacamento de Apoio de Serviços, Companhia de Atiradores (Comando e Secção de Comando, Três Pelotões/Grupos de Comandos, Secção Anti-Carro).
- Em termos de Capacidades, deve: conduzir operações em todo o espectro das operações militares; planeamento e controlo de operações de escalão Companhia; conduzir operações de reserva através dos meios terrestres orgânicos ou aéreos da componente aérea da ISAF (C-130), dentro e fora da AO do RC-C; reforçar os PRT; executar operações de Evacuação de Não-Combatentes; conduzir patrulhamentos montados ou apeados; efectuar múltiplas tarefas, como missões de vigilância, reconhecimento, escoltas, *checkpoints* e demonstrações de força; deve encontrar-se dotada de material orgânico específico para tarefas de Controlo de Tumultos, em quantidade suficiente para equipar a UEC; fornecer apoio Administrativo-Logístico à Força, bem como aos restantes elementos destacados no TO; deve ser auto-suficiente em termos de comunicações e segurança, ao nível do TO; apoiar as Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais dentro dos seus meios e capacidades;

Relativamente aos requisitos presentes no CJSOR da ISAF, foi somente imposto um caveat⁴⁴, para que, durante os meses de Inverno, a força fosse capaz de:

- Operar em terreno montanhoso, em condições atmosféricas adversas; Incluir peritos meteorologistas (METEO) (neve e avalanche); dispor de serviço médico adaptado a essas condições; por fim, possuir veículos para a neve com capacidade de transporte de um pelotão.

No período em que a responsabilidade da QRF recaía sobre o Exército Português, é importante referir que as exigências por parte da OTAN, assim como as limitações impostas pelo nosso país, se mantiveram as mesmas ao longo das seis missões realizadas.

Foi-nos possível através das entrevistas realizadas aos Comandantes da QRF/FND/ISAF e aos respectivos Comandantes de Companhia determinar um conjunto de missões que eram desempenhadas mais regularmente por esta força. Enquanto QRF, as FND realizavam essencialmente Patrulhas de Reconhecimento e Segurança no âmbito de Operações planeadas pelo RC-C e pelo ISAF HQ, em apoio a outros Comandos Regionais (Ferreira,

⁴³ - A determinação destas valências decorrem da ameaça presente no TO do Afeganistão e a especificidade do “ambiente multinacional onde se inserem as FND acarreta alguns requisitos particulares que não podem deixar de ser considerados num quadro de Aprontamento e preparação das Forças.” (Directiva nº 170/CEME/07, 2007).

⁴⁴ - Limitações impostas por um país relativamente à actuação de uma força no estrangeiro.

2009). As patrulhas eram geralmente em áreas urbanas e poderiam ser apeadas, motorizadas ou mistas, sendo que só de noite eram realizadas patrulhas apeadas (Pedro, 2009). De referir que a QRF/FND/ISAF, nas primeiras missões em que foi projectada⁴⁵, realizava as operações de patrulhamento na área dos *Battlegroups* da KBM. As áreas específicas que patrulhavam eram definidas pelos *Battlegroups*, mas os horários eram definidos pela KBM, o que levava a que a actuação da QRF/FND/ISAF com os *Battlegroups* fosse confusa (Soares, 2009). Procedeu-se então a uma mudança nesta forma de actuar, passando a QRF/FND/ISAF a actuar em coordenação directa com os *Battlegroups* e em áreas determinadas pela QRF/FND/ISAF (Soares, 2009).

Enquanto a QRF/FND/ISAF actuou no Afeganistão, efectuou outras missões, como escoltas a movimentos logísticos, escolta de segurança a entidades, operações de segurança a itinerários, acções de demonstração de força, colocação de forças no terreno para manutenção de segurança na altura das eleições. De entre estas missões, é importante destacar o emprego da QRF/FND/ISAF na defesa de um ponto sensível - *Kandahar Airfield* - e a sua participação em três operações de Cerco e Busca⁴⁶ em conjunto com forças do *Afghan National Army*⁴⁷ (ANA) (Henriques, 2009).

Como referiu Ferreira (2009), a QRF/FND/ISAF realiza operações que se aproximam de *Counter Insurgency* (COIN)⁴⁸, pois aquilo que se observa no Afeganistão é uma tentativa de tomada de poder pelos talibã que, não possuindo forças convencionais, actuam de formas não convencionais. É possível perceber que a QRF/FND/ISAF, embora não realizasse operações específicas de combate ao terrorismo⁴⁹, no cômputo geral, as suas acções contribuem para a redução da ameaça terrorista no TO do Afeganistão. Neste TO, as principais ameaças provinham, especificamente em Cabul, dos *Improvised Explosive Devices* (IED) (Correia, 2009) e da possibilidade de sofrer uma emboscada.

⁴⁵ - Nas primeiras missões a estrutura da ISAF no TO do Afeganistão era diferente da actual, uma vez que o processo de alargamento só ficou terminado, em traços gerais em 2006. Era constituída pela *ISAF Headquarters, Kabul Afghan International Aripport e a Kabul Multinational Brigade (KMB)* (que se encontrava dividida em áreas atribuídas a *Battlegroups*). (NATO, 2006).

⁴⁶ - Neste tipo de operações QRF/FND/ISAF realizava o cerco exterior e as forças do ANA realizavam a busca (Henriques, 2009).

⁴⁷ - Exército Afegão.

⁴⁸ - Segundo doutrina OTAN, explanado no AJP 3.4.4 (2008), entende-se por *COIN* o conjunto de acções políticas, económicas, sociais, militares, civis, psicológicas e de imposição da lei, necessárias para derrotar os insurgentes.

⁴⁹ - A sua participação em operações de Cerco e Busca, limitava-se à realização do cerco.

CAPÍTULO IV - VECTORES DA CAPACIDADE MILITAR

Pretendemos avaliar neste capítulo os vectores da Capacidade Militar, baseando-nos nas entrevistas e na pesquisa documental realizadas. Com esta avaliação às nossas forças, especificamente aquelas empregues no TO do Afeganistão, iremos determinar em que aspectos a Capacidade militar destas forças afectam o cumprimento das suas missões.

Entendemos por capacidade militar

“...competência para atingir determinado objectivo em tempo de guerra (ganhar uma batalha, destruir um determinado alvo). É constituída por quatro vectores: Estrutura da Força, Modernização, Prontidão da Força e Sustentação.” (Joint Chiefs Of Staff, 2009, p. 342).

4.1. Estrutura da Força

O conceito de Estrutura da Força utilizado para realizar este trabalho é baseado na presente *Joint Publication* (JP) 1-02 (2009), que a define como a composição, em termos de efectivos e tamanho, das forças integrantes na componente de defesa militar de um país. Neste subcapítulo iremos analisar as forças com a capacidade de realizar missões de combate ao terrorismo e as forças que constituíram a QRF/FND/ISAF.

Como é possível observar no CJSOR da ISAF e na Directiva nº 170/CEME/07, são exigidas determinadas capacidades à Força que ocupar o lugar da QRF. Destacam-se entre estas capacidades: a necessidade de C2 descentralizado até ao nível pelotão, capacidade de planeamento e controlo de operações até ao nível Companhia; capacidade de conduzir operações em todo o espectro das operações militares; ser dotada de mobilidade terrestre; ser auto-sustentável por 72 horas; auto-suficiente de comunicações e segurança no TO; e, ainda, ter NTM de 60 minutos para um Pelotão e de 90 a 120 minutos para a Companhia. Estas capacidades exigem uma força com alta mobilidade, independência e prontidão para actuar em qualquer situação.

Decorrente do SFN (2004), a única Brigada da Força Operacional Permanente do Exército (FOPE) onde é referido o combate às ameaças terroristas é a BRR. São parte integrante desta Brigada, como já foi referido anteriormente, as Forças Pára-quedistas, Forças Comando e FOEsp, sendo estas designadas por Forças Especiais⁵⁰ e constituindo as unidades de manobra da BRR.

⁵⁰ - Estas são "Forças organizadas, treinadas e equipadas para conduzir operações especiais com ênfase nas capacidades de guerra não-convencional." (Joint Chiefs Of Staff 1-02, 2009, p. 510).

Tendo por base o SFN (2004), são aprovados em 2005 os novos Quadros Orgânicos de Pessoal para a FOPE. Neste documento são referidas, como possibilidades de emprego dos três tipos de Forças Especiais, a participação em operações de combate ao terrorismo e de redução de ameaças assimétricas e, como possibilidade das Forças Comando, a participação em operações em ambiente de contra-insurreição, enquanto força de intervenção.

A 28 de Outubro de 2007, foi realizado um estudo pela Divisão de Planeamento de Forças do Estado-Maior do Exército (EME), onde se focava o âmbito de actuação, missões e tarefas das unidades de Tropas Especiais. Este estudo procura "...clarificar e delimitar as capacidades destas forças no contexto do SFN 04-COP, nomeadamente nas áreas da organização, formação e emprego operacional" (EME, 2008). É referido o conceito de emprego de cada uma das Forças Especiais, ou seja, como estas devem ser empregues, de modo a tirar todo o partido das suas capacidades, sem se desviarem das suas missões principais.

No conceito de emprego relativamente às FOEsp⁵¹, o estudo do EME (2008) refere que estas são preferencialmente empregues em operações com pequeno efectivo para cumprir as suas missões específicas⁵². Contudo, podem ser utilizadas, como já referimos, em Operações de Combate ao Terrorismo, especificamente de Contra-terrorismo.

É importante referir que, segundo o EME (*id*), as Forças Comando possuem a capacidade de projecção imediata e encontram-se vocacionadas para se constituírem como unidades de intervenção. O emprego destas forças foi avaliado na tipologia de Operações OTAN no âmbito do Artigo 5º e Não Artigo 5º. De destacar que, no contexto de Operações OTAN no âmbito Artigo 5º, estas forças podem serem empregues em situações onde a possibilidade de ameaça terrorista, guerrilhas ou tropas especiais inimigas seja vigente, designadamente na SAR (tanto em Operações Defensivas como Ofensivas), na Defesa de Pontos Sensíveis e, ainda, em Operações de "Marcha para o Contacto, nomeadamente nas Operações de "Busca e Ataque" (vulgo "nomadização"), no contexto de contra-guerrilha, num ambiente de Contra-Insurreição." (EME, 2008).

As Forças Pára-Quedistas, assim como as Forças Comando, foram avaliadas segundo a tipologia de Operações OTAN no âmbito do Artigo 5º e Não Artigo 5º. No conceito de emprego a que o EME (2008) chegou, e ao contrário das anteriores forças, não há referência específica de actuação em situações onde estejam presentes ameaças terroristas ou de forças guerrilha. No que concerne às Operações no Âmbito do Artigo 5º, encontram-

⁵¹ - De referir que no Centro de Tropas de Operações Especiais existe um curso de Prevenção e Combate à Ameaça terrorista. Este é orientado para Oficiais e Sargentos do QP e tem como objectivo final o desempenhar de funções de Comando e EM, no âmbito da Prevenção e Combate a Ameaças Terroristas, de acordo com as missões específicas que lhe venham a ser atribuídas, dentro do enquadramento legislativo em vigor.

⁵² - As missões específicas das FOEsp são: Reconhecimento Especial e Vigilância; Acção Directa; Assistência Militar; Acção Indirecta.

se primariamente vocacionadas para a realização de Operações Aerotransportadas (*id*). Em termos de Operações Ofensivas, são preferencialmente empregues em Golpes de Mão, Fintas e Demonstrações, apoio a Contra-Ataques e Ataques Deliberados. Relativamente a Operações Defensivas e de Transição, estas forças encontram-se aptas para efectuar qualquer tipo de missões de forças de Infantaria Ligeira.

Observámos no capítulo anterior qual o tipo de missões que a QRF/FND/ISAF realizava no TO do Afeganistão e a forma como contribuía para o Combate ao terrorismo. As Forças Especiais que foram empregues enquanto QRF/FND/ISAF⁵³ possuem capacidades e formas de emprego diferentes. As possibilidades presentes nos Quadros Orgânicos de Pessoal destas unidades tornam possível o cumprimento das missões atribuídas enquanto QRF/FND/ISAF. No entanto, e baseando-nos no estudo realizado pelo EME (2008), as especificidades das forças Comando aplicam-se melhor ao ambiente presente no TO do Afeganistão.

4.2. Modernização

No presente trabalho, procurámos avaliar os vectores da capacidade militar dos quais a modernização faz parte, entendendo-se por modernização "...a sofisticação das forças, unidades, sistemas de armas e equipamentos" (Joint Chiefs Of Staff, 2009, p. 342).

Neste subcapítulo, baseando-nos no CJSOR da ISAF, na Estrutura Orgânica de Material (EOM) da ISAF e nas entrevistas realizadas, pretendemos analisar o equipamento requerido pela OTAN, o equipamento que acompanhou a QRF/FND/ISAF e o que poderia ter equipado a Força e facilitado o cumprimento da missão.

Como foi referido no capítulo anterior, a QRF/FND/ISAF possuía como limitação a condução de operações em alta montanha, tornando desnecessário o conjunto de material decorrente destas operações.

Os requerimentos por parte da OTAN, em termos de equipamento, focavam essencialmente as capacidades de protecção da força e de comunicações. Podemos constatar nestes requerimentos a necessidade de as nossas forças possuírem protecção contra RCIED, que era garantida pelos quatro inibidores de frequência (*jammers*) que equipavam as viaturas *High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle* (HMMWV). Em termos de comunicações, era requerida pela OTAN a necessidade da existência de SATCOM; no entanto, esta capacidade existia apenas nos elementos do TACP. Em termos de sistemas de armas, a OTAN requeria que a força estivesse equipada com sistema anti-carro e morteiros, que no caso da QRF/FND/ISAF era assegurado pelo Canhão Sem Recuo 84mm Carl Gustaf M2, pelo Sistema Lança Míssil MILAN e pelo Morteirete 60mm M/68 FBP.

⁵³ - Duas companhias de Pára-Quedistas e quatro de Companhias de Comandos.

Entre outras capacidades presentes no CJSOR ISAF, torna-se necessário referir que o ROLE 1, até ao momento, não possui uma viatura pronto-socorro blindada e, ainda, que esta capacidade só foi completada, em termos de pessoal, a partir da QRF/FND/ISAF realizada pela vigésima segunda Companhia de Pára-Quedistas; até então, esta capacidade não era assegurada por um médico, mas por um enfermeiro.

Nas entrevistas aos Comandantes da QRF/FND/ISAF e respectivos Comandantes de Companhia, foi possível notar que, quando questionados acerca dos equipamentos e capacidades que consideravam essenciais para a sua actuação no TO, as suas respostas referiam os mesmos pontos. Dos equipamentos referidos surgem como pontos comuns nas entrevistas a importância do Lança Granadas Automático (LGA) 40mm/SB-M1 (Santa Bárbara) na criação de uma barreira de fogo, a utilidade prática do Morteirete 60mm M/68 FBP, a utilidade dos aparelhos de Visão Noturna, a capacidade de TACP e os inibidores de frequência. Em termos de capacidades, é relevante a importância de atiradores especiais integrados nas secções, pois confere um nível superior de protecção da força.

Decorrente da ameaça presente no TO do Afeganistão, é importante a referência aos equipamentos que poderiam ter facilitado o cumprimento da missão enquanto QRF/FND/ISAF e constituído uma mais-valia para a Força. Para tal, é preciso ter em consideração qual a missão da QRF enquanto reserva táctica do COMISAF e onde esta se encontra integrada no TO. Apesar de alguns dos equipamentos a seguir referidos não fazerem parte dos requisitos da OTAN para a QRF/FND/ISAF, a sua integração em futuras missões no TO do Afeganistão, segundo o que extraímos das entrevistas, teria sido um contributo positivo para a actuação da força:

- Ao nível da Vigilância do Campo Batalha (VCB): os *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV) ligeiros e médios; decorrente da capacidade UAV⁵⁴, uma equipa dedicada à VCB;
- Ao nível de comunicações: a existência de SATCOM em todas as viaturas; a atribuição de rádios ao maior número de elementos da força;
- Ao nível de Capacidades: a importância de existir uma equipa especializada em EOD/IEDD e CIED⁵⁵, esta capacidade, uma vez que não é exigida pela OTAN, poderia ser assegurada por elementos que possuíssem conhecimentos nesta área, sem constituírem uma equipa especializada; é de igual forma referida por alguns comandantes a utilização de binómios cinotécnicos⁵⁶; no que concerne o transporte táctico das unidades de logística, existe uma lacuna no sentido em que as viaturas de transporte geral não são blindadas.

⁵⁴ - A aquisição desta capacidade já é referida no SFN 04. Esta capacidade seria integrada numa unidade de veículos aéreos não tripulados tácticos.

⁵⁵ - Capacidades, ao nível de tecnologia e conhecimento, que permitem identificarem possíveis IED

⁵⁶ - Entende-se por binómio cinotécnico a utilização de cães em actividades como, controlo de tumultos e identificação de engenhos de explosivos.

4.3. Prontidão da Força

Entende-se por Prontidão da Força a

“...aptidão para fornecer as capacidades exigidas pelos Comandantes Operacionais para cumprir as missões que lhe são atribuídas. Esta capacidade deriva da aptidão que cada unidade possui para cumprir os objectivos para os quais foi constituída” (Joint Chiefs Of Staff, 2009, p.349).

A aptidão a que se refere este vector da capacidade militar encontra-se relacionada com o treino e preparação de determinada unidade de modo a que consiga cumprir com os seus desígnios. Neste subcapítulo, baseando-nos nas entrevistas realizadas a Comandantes da QRF/FND/ISAF e respectivos Comandantes de Companhia, iremos analisar a prontidão operacional das forças empregues no TO do Afeganistão.

Como já foi mencionado, são as Forças Especiais que se encontram mais aptas a cumprir missões, com o nível de ameaça presente no TO do Afeganistão. De referir que em situações específicas, como as Operações de Cerco e Busca, a forma de actuação utilizada foi baseada em tipos de operações que eram desenvolvidas na Guerra de África de 1961 a 1974 por forças portuguesas (operações de nomadização) (Henriques, 2009)⁵⁷. Este conjunto de conhecimentos ainda hoje continua a ser actual, pois a ameaça que encontrávamos em África de 1961 a 1974 era proveniente de forças de guerrilha e bandos armados que possuíam características como “...clandestinidade; carácter local; rusticidade; mobilidade” (EME, 1963, p. I-3) e actuavam utilizando acções de terrorismo, golpes de mão, emboscadas e acções de flagelação (EME, 1963, p. I-3). Esta ameaça assemelha-se àquela encontrada no TO onde exista a possibilidade de ameaças terroristas. Daí que a doutrina desenvolvida durante a Guerra de África de 1961 a 1974 constiu uma mais-valia para a actuação das nossas forças no novo Ambiente Operacional. No entanto, existe uma grande necessidade de complementar estes conhecimentos com as lições identificadas nos TO onde esta ameaça é vigente, de modo a se poder evoluir no âmbito da doutrina tornando as nossas forças mais aptas a actuar no novo Ambiente Operacional. No caso do TO do Afeganistão, a evolução das Técnicas, Tácticas e Procedimentos (TTP) empregues deve ser baseada nos manuais decorrentes da Guerra de África de 1961 a 1974 e nas Normas de Execução Permanentes (NEP) desenvolvidas pela experiência no TO (Henriques, 2009).

Observando a actuação das nossas forças, enquanto QRF/FND/ISAF e decorrente das entrevistas realizadas, é possível considerar que a prontidão da força, adquirida tanto no Aprontamento, como no treino operacional das forças, era a adequada para fazer face à ameaça existente no TO. No entanto, existem algumas situações onde o treino das forças poderia ter sido mais aprofundado. Resultante do número de viaturas HMMWV presentes para o Aprontamento, o treino de algumas situações foi reduzido, nomeadamente o estágio de viaturas HMMWV para os condutores, reacção a emboscadas com HMMWV e tiro de

⁵⁷ - O suporte teórico destas operações encontra-se em Estado-Maior Do Exército. (1963). *Operações do Exército na Guerra Subversiva: Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas*.

combate com HMMWV. Decorrente desta evidente falta de viaturas, verificou-se no aprontamento de uma força uma falta de familiarização com os sistemas inibidores de frequências. No que concerne às transmissões, no Aprontamento o treino era realizado com o rádio táctico P/PRC – 525 e a montagem que se encontrava nas viaturas do TO era diferente. Foi ainda referida a necessidade de participação em exercícios, de modo a existir um maior treino de TTP.

4.4. Sustentação da Força

O vector de Sustentação da Força consiste na

“...aptidão para manter o nível necessário e a duração da actividade operacional, de modo a atingir objectivos militares. A sustentação consiste no fornecimento e manutenção dos níveis de forças, materiais e consumíveis necessários para a esforço militar” (Joint Chiefs Of Staff, 2009, p.349).

Este subcapítulo aborda a vertente de apoio logístico da QRF/FND/ISAF.

O CJSOR da ISAF, relativamente a esta área, requeria que as forças empregues enquanto QRF/ISAF tivessem a capacidade de ser auto-sustentáveis até 72 horas e tivessem a capacidade de ROLE 1. Ambas as capacidades foram cumpridas, exceptuando o facto de só nas duas últimas missões ter havido a presença de um médico. As Forças que foram empregues no TO do Afeganistão possuem a capacidade de actuar sem reabastecimentos ou re completamentos até um período de 3 dias, no caso das Forças Pára-Quedistas e até um período de 5 dias, no caso de Forças Comando.

Na estrutura orgânica da QRF/FND/ISAF existia um destacamento de apoio de serviços, sendo da sua responsabilidade a sustentação da força no decurso da operação (Directiva nº 170/CEME/07, 2007).

Em termos doutrinários, o Exército Português inclui as possibilidades de operações de combate ao terrorismo nas operações de SAR (Regulamento de Campanha, 2005). Tendo em conta a tipologia de acções terroristas, e como já foi referido anteriormente, os alvos dos grupos terroristas são os mais vulneráveis e não possuem capacidades de se proteger e defender da melhor forma. Daí que a SAR deva ser alvo de especial atenção, pelo que a falta de blindagem em viaturas de serviços gerais, como foi observado no TO do Afeganistão, constitui uma vulnerabilidade que se deve ter em conta.

CAPÍTULO V - CONCLUSÕES

Este trabalho foi desenvolvido em torno do tema “*Quais as capacidades militares da Componente Operacional do Exército Português para o cumprimento das missões de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista, no âmbito das Organizações Internacionais a que Portugal pertence?*”. Com o intuito de alcançar o objectivo a que nos propusemos, seguiu-se uma metodologia científica, nomeadamente o método dedutivo, apoiado numa pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, que foi complementado com um conjunto de entrevistas realizadas a comandantes em FND. Ao longo do nosso trabalho, analisou-se como se constitui a ameaça terrorista e de que forma afecta o emprego dos meios e capacidades do Exército Português. Como tal, decompôs-se a posição que determinadas Organizações Internacionais e países adoptam face a esta ameaça. Expôs-se em particular a importância que esta nova ameaça tem vindo a assumir em termos legais e de planeamento estratégico em Portugal, para que fosse possível perceber como a Prevenção e Combate a esta ameaça se integra nos objectivos das Forças Armadas. Realizou-se uma análise em termos históricos e sociais à forma de actuar dos grupos terroristas. Considerou-se importante abordar o impacto que a ameaça terrorista exerce no Ambiente Operacional em que actuam as nossas Forças.

No início do presente trabalho, considerámos um conjunto de cinco perguntas derivadas, que deram origem a três hipóteses. Compete-nos agora realizar uma confirmação dos fundamentos utilizados, em função dos conhecimentos obtidos ao longo do trabalho.

Ho1: *A aplicação do Exército Português na Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista encontra-se enquadrada em termos legais.* Verificou-se que, no período que se seguiu aos atentados de 11 de Setembro de 2001, a globalização da ameaça terrorista se tornou mais perceptível, gerando um sentimento de insegurança internacional. Aos Estados e Organizações Internacionais impõe-se a necessidade de utilizar todas as ferramentas disponíveis para procurar combater esta ameaça. No âmbito da defesa militar em Portugal, surge um conjunto de documentos como o CEDN (2003), o CEM (2003), as MIFA (2004) e o SFN (2004), que incluem como missão integrante do vector militar da Defesa Nacional, e por inerência do Exército Português, o combate ao tipo de ameaça constituída pelo terrorismo transnacional. Para tal, referem a aplicação da defesa militar num plano externo e interno. No que diz respeito ao plano externo, a sua aplicação deve encontrar-se integrada nas acções militares das Organizações Internacionais a que Portugal pertence, nomeadamente em apoio dos países que necessitem destas capacidades. Os documentos avaliados denotam um alargamento da possibilidade de actuação das Forças Armadas no plano

interno, em resposta a ameaças que se revelem externas, como o caso do terrorismo transnacional. No entanto, surge nestes documentos apenas uma referência à necessidade de se estabelecer uma estreita relação com as Forças de Segurança, não especificando de que forma as Forças Armadas poderão intervir internamente.

Deste modo, concluímos que, face à actual situação no nosso país, esta hipótese se encontra parcialmente confirmada.

Ho2: *A realização de missões de prevenção e combate à ameaça terrorista pelo Exército Português encontra-se enquadrada em termos doutrinários.* O actual Ambiente Operacional é formado por um conjunto de Estados que, pelas condições em que se encontram, nutrem o desenvolvimento de grupos que se constituem como ameaças com características globais, imprevisíveis e que podem assumir proporções catastróficas. É inegável a influência que a ameaça terrorista exerce sobre o novo Ambiente Operacional e, conseqüentemente, o impacto que tem nas decisões do Comandante. Actualmente, observamos um crescente desenvolvimento das capacidades, assim como de novas formas de actuação por parte dos grupos terroristas, impondo que se desenvolvam as capacidades necessárias para eliminar esta ameaça. A nível internacional, organizações como a OTAN e a UE possuem documentos que prevêm o combate ao terrorismo. O Comité Militar da OTAN desenvolveu um documento⁵⁸ onde são referidos os tipos de operações de defesa contra o terrorismo.

O Exército Português possui forças com possibilidade de combater esta ameaça, não só pelas suas capacidades e equipamentos, mas também devido aos conhecimentos que reúnem. O conjunto de conhecimentos referentes à actuação em ambientes assimétricos, como referimos ao longo do trabalho, deriva em parte da experiência adquirida nos territórios ultramarinos Africanos. Ainda hoje, estes demonstram ser bastante actuais, como se constata quando as nossas forças se baseiam neles para realizar operações em TO que se caracterizam pela presença de uma ameaça terrorista e forças guerrilha. Este nosso conhecimento, contudo, aplica-se aos TO da actualidade apenas até certo ponto, o que implica que as lições que identificamos nos TO onde existe uma ameaça assimétrica, sejam compiladas e posteriormente analisadas de modo a que a actuação das nossas forças seja cada vez mais eficaz neste tipo de ambiente.

No Regulamento de Campanha (2005) é feita uma alusão à importância da ameaça terrorista na área da retaguarda. As características das operações desenvolvidas nesta área tornam as forças aí presentes num potencial alvo de ataques terroristas. No entanto, é feita apenas uma referência no Regulamento de Campanha (2005) à possibilidade de realização de missões de Contra-terrorismo e Anti-terrorismo, na SAR. Considerando o que o Exército Português já possui doutrina decorrente de conflitos anteriores, sobrevém agora a necessidade de a conjugar com as lições que vamos extraindo dos TO onde existe uma ameaça assimétrica. Como tal, consideramos esta hipótese parcialmente confirmada.

⁵⁸ - NATO - **MC-472 - Military Concept For Defense Against Terrorism**. Bruxelas.

Ho3: *O Exército Português possui as Capacidades Militares exigidas pelas Organizações Internacionais a que pertence para o cumprimento da Prevenção e Combate à ameaça terrorista.* Para conseguirmos determinar a veracidade desta hipótese, é necessário lembrar primeiro em que é que se constitui a ameaça terrorista nos TO em que Portugal se encontra e pode vir a actuar. No caso específico do TO do Afeganistão, encontramos um ambiente em que a actuação em termos militares se aproxima da situação de COIN, pois a ameaça existente traduz-se num conjunto de actividades assimétricas realizadas por insurgentes que procuram alterar o poder que se encontra instituído.

Como referimos ao longo do trabalho, são quatro os vectores que compõem a Capacidade Militar - a Estrutura, a Modernização, a Prontidão e a Sustentação da Força. Como tal, foi-nos possível concluir que, relativamente ao primeiro vector, o Exército Português possui forças com capacidades e possibilidades de intervir em cenários onde exista uma ameaça terrorista. Quando abordamos o vector da Modernização, o cenário já é ligeiramente diferente. As nossas forças, quando nos referimos à sua actuação no TO do Afeganistão, cumpriram com êxito as suas missões. No entanto, a sua actuação poderia ter sido mais facilitada, não se justificando já, no actual ambiente Operacional, a falta de certos equipamentos, nomeadamente no âmbito da VCB, das comunicações e de determinadas capacidades. Esta falta, de que é exemplo a existência em pouca quantidade de rádios com a capacidade SATCOM, limita a acção em termos de comando e controlo. Tendo em conta a actuação das nossas Forças no TO do Afeganistão, é possível constatar que o seu nível de prontidão se encontra apto para corresponder aos requisitos de determinadas Organizações Internacionais. Ainda assim, este vector não se encontra completo, pois é possível notar que no Aprontamento para este TO existem ligeiras omissões nos treinos, devido a restrições em termos de material, como a falta de viaturas HMMWV e de equipamentos de comunicação, além da inexistência de análise das lições identificadas no TO para desenvolvimento de TTP. No que concerne a Sustentação da força, e face à vulnerabilidade do tipo de forças responsáveis por esta área, surge a necessidade de melhorar a sua capacidade de protecção, em particular na situação do transporte administrativo e logístico.

Através da avaliação das Capacidades Militares, é possível constatar que o Exército Português encontra-se dotado de forças que têm capacidades, em termos de equipamento e formação, para intervirem integradas em forças conjuntas no âmbito de Organizações Internacionais em cenários onde haja uma possível ameaça terrorista. No entanto, há sempre espaço para melhorar, nomeadamente no que diz respeito à área do equipamento.

Na sequência da análise realizada ao longo do trabalho, consideramos que esta hipótese se confirma.

Realizada a validação das hipóteses propostas, tendo em conta os parâmetros entre os quais o trabalho está enquadrado e visando responder à pergunta de partida em torno da

qual desenvolvemos este trabalho, pode concluir-se que a Componente Operacional Exército Português possui, de facto, capacidades militares que contribuem para a Prevenção e Combate à ameaça terrorista. Como constatámos, a actuação em TO como o do Afeganistão exige forças preparadas para actuar em todo o espectro de operações, com alta mobilidade, independência e importantes capacidades no âmbito de protecção da força. Em termos de Estrutura das nossas forças, possuímos unidades que cumprem estas exigências, designadamente as forças Especiais, como: Forças Comando, Forças de Operações Especiais, Forças Pára-quedistas. No que concerne o vector da Modernização, existem ainda lacunas que devem ser colmatadas, nomeadamente ao nível das comunicações, de vigilância do campo de batalha e de protecção da força. Concluimos que, no âmbito do vector de prontidão, as nossas forças possuem os conhecimentos necessários, devendo contudo haver a preocupação de conjugar a nossa doutrina na área da contra-guerrilha com as lições que identificamos no TO do Afeganistão. Em termos de protecção da força, existe a necessidade de complementar as nossas forças com elementos que possuam conhecimentos mais aprofundados em capacidades como EOD e CIED. Relativamente ao vector da sustentação, foi possível concluir que existe a necessidade de desenvolvermos a capacidade de transporte logístico intra-teatro, nomeadamente ao nível de viaturas.

PROPOSTAS

Ao terminar o presente trabalho e na sequência da investigação e das entrevistas realizadas, deparámo-nos com certas situações que, em nossa opinião, poderiam ser melhoradas em determinados aspectos. Sendo assim, apresentamos as seguintes propostas:

- A criação de um manual de TTP, tendo por base as lições identificadas no TO do Afeganistão e na doutrina presente nos manuais do “Exército na Guerra Subversiva”. Este manual seria dirigido às forças que viessem a ser destacadas para TO onde existisse uma ameaça terrorista e forças guerrilha;
- A inclusão de elementos EOD e CIED em FND em TO, onde a ameaça proveniente de IED seja considerável;
- Apesar de já se encontrar prevista a aquisição de UAV, reforçamos a ideia de que este tipo de equipamento constitui, hoje em dia, uma necessidade de primeira linha;
- A inclusão da ameaça terrorista em exercícios realizados ao nível nacional, assim como a participação em exercícios a nível internacional, onde esta ameaça esteja latente, permitindo a evolução das nossas forças.

Por fim, relembramos a importância do constante desenvolvimento das nossas forças no combate a este fenómeno que, apesar de não ser recente, continua a constituir-se como uma das maiores ameaças contra a democracia, a liberdade e a abertura ideológica que caracterizam as sociedades ocidentais.

GLOSSÁRIO DE TERMOS E DEFINIÇÕES

Actores do Sistema Político Internacional – Consideram-se actores do Sistema Político Internacional: os Estados; Outros actores territoriais; as Organizações Internacionais; as Organizações Transnacionais. (Couto, 1988, p. 20).

Agressão – “O uso da força armada por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro Estado, ou de qualquer forma incompatível com a Carta das Nações Unidas, tal como decorre da presente definição” (ONU, 1974).

Ambiente Operacional – “O conjunto de condições, circunstâncias e influências que afectam o emprego das capacidades e são parte integrante nas decisões do comandante” (FM 3-0, 2008, p. 1-1).

Ameaça – “São actores de risco da cena internacional e como tal factores de ameaça e possíveis geradores de conflitos, os designados Estados-Pária, os estados com regimes ditatoriais em colapso, os estados resultantes da desagregação de regimes autoritários, os estados em disputas territoriais, as organizações terroristas, as organizações criminosas” (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2005).

Ameaça Transnacional – “a) Qualquer actividade transnacional (incluindo o terrorismo internacional, o tráfico de droga, a proliferação de ADM e os seus vectores de projecção, e o crime organizado) que ameace a segurança nacional (...); b) Qualquer indivíduo ou grupo que intervenha em actividades referidas no parágrafo anterior” (Câmara dos Representantes dos EUA, 2008, Title 50, Cap. I, artº 402).

Área de Operações – “...área definida pelo comandante das forças conjuntas para as forças terrestres e navais. Normalmente, as áreas de operações não envolvem toda a área operacional do comandante das forças conjuntas, mas devem ser suficientemente extensas para permitir aos comandantes de componente o cumprimento da missão e a protecção da força” (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2005).

Assimetria - Conceito contrário ao de dissimetria e que consiste em “...explorar todas as fraquezas do adversário para se poder ser mais nocivo” (Boniface, 2002, p.137).

Capitulação – Através da coacção levar o adversário a aceitar os nossos pontos de vista (Couto, 1988, p. 85).

Centro de Gravidade – “...as características, capacidades ou localizações, dos quais depende liberdade de acção, a força ou vontade de combater, de uma força militar” (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2005).

Conflito – “...pressupõe um choque intencional, pois, caso contrário poderá tratar-se de uma colisão como num acidente entre automóveis. A intencionalidade uma vontade hostil,

isto é, a intenção de causar danos ou prejuízos ao adversário” (Couto, 1988, p. 101). É uma interação entre seres humanos e que difere de competição.

Contra Guerrilha – “Operações e actividades que tinham como alvo as guerrilhas e que eram conduzidas por forças armadas, paramilitares, ou organizações não militares” (AAP-6, 2008).

Crise – “...é uma sequência de interações entre os governos de dois ou mais Estados, em conflito intenso, perto da iminência da Guerra, porém com a percepção do perigo que representa uma elevada probabilidade de Guerra” (Wright, 1966).

Dissimetria – “Procura de uma superioridade quantitativa/qualitativa por um dos combatentes...” (Boniface, 2002, p.137).

Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural – “...decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa, e de Defesa, os actores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos” (CEDN, 2003, p.12).

Estratégia – “Ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem ou possam suscitar a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988, p. 209).

Guerra – “Acto de violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares” (Couto, 1988, p. 148).

Guerra Subversiva – “Luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados ou reforçados ou não do exterior, contra autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a situação” (EME, 1963, vol.I - Anx - p.19).

Guerrilha – “Operações Militares e paramilitares conduzidas por forças irregulares, predominantemente indígenas, em território hostil ou na posse do inimigo” (AAP-6, 2008).

Operações de Informação (INFO OPS) – “Acções coordenadas que visam influenciar os decisores e o processo de decisão do inimigo ou terceiros, em apoio dos nossos objectivos políticos e militares, afectando os seus sistemas de Comando e Controlo e Informações (C2I) e os seus Sistemas de Informação e Comunicações (CIS), ao mesmo tempo que exploram/protegem os nossos sistemas C2I e CIS” (Exército Português, 2007).

Operações Psicológicas (PSYOPS) – “As actividades psicológicas planeadas que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas sobre audiências aprovadas de forma a influenciar atitudes, a percepção e comportamentos que contribuam para a realização de objectivos políticos e militares” (Exército Português, 2007).

Planeamento Estratégico – “...de um modo geral, o planeamento estratégico engloba conjunto de actividades de estudo e decisão, desenvolvidas nos mais altos escalões

políticos e estratégicos com vista a fixar os objectivos de guerra e estratégicos do Estado e a definir os meios e as medidas necessárias à sua realização” (Alves, 1999, p. 139).

Sistema Político Internacional – “...conjunto de centros independentes de decisões políticas que interactuam com uma certa frequência e regularidade” (Couto, 1988, p. 19).

Subversão – “Acções com o objectivo de enfraquecer as forças militares, económicos ou políticas de uma nação, através da redução da moral, confiança e lealdade do seus cidadãos” (AAP-6, 2008).

Teatro de Operações – “O teatro de operações é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate” (Exército Português, 2005).

Terrorismo Transnacional – “Organizações terroristas com uma rede operacional e de apoio em vários países e que possuem a capacidade de recrutar, planear, financiar e executar actos terroristas ao nível mundial” (Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos EUA, 2006, p. 37).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONOGRAFIAS

- ALVES, José Lopes - **Estratégia: Panorama Geral da Sua Teoria**. Lisboa, 1999. ISBN: 972-20-1527-3.
- AMARAL, Diogo Freitas do - **Do 11 de Setembro à crise do Iraque**. Viseu: Tipografia Guerra, 2003. ISBN: 972-25-1283-8.
- BAUER, Alain; RAUFER, Xavier - **A Globalização do Terrorismo**. Lisboa: Prefácio, 2002. ISBN: 972-8563-87-6.
- BONIFACE, Pascal - **Guerras do Amanhã**. Mem Martins: Editorial Inquérito, 2002. ISBN: 819517/2008.
- CHOMSKY, Noam - **Nova Iorque 11 de Setembro**. Lisboa: Editorial Caminho, 2001. ISBN: 972-21-1452-2.
- COSTA, José Martins Barrada - **O Terrorismo e as FP 25 anos depois**. Lisboa: Edições Colibri, 2004. ISBN: 972-772-478-7.
- COUTO, Abel Cabral - **Elementos de Estratégia: Volume I**. Lisboa: IAEM, 1988.
- JACQUARD, Roland - **Osama Bin Laden: A Estratégia do Terror**. Lisboa: Livros do Brasil, 2001. ISBN: 972-38-1903-1.
- KEEGAN, John - **Espionagem na Guerra: Conhecer o Inimigo da Napoleão à Al-Qaeda**. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2006. ISBN: 972-8955-04-9.
- LIEBER, Robert J. - **A Era Americana**. Lisboa: Editorial Estampa, 2007. ISBN: 978-972-33-2383-2.
- NANCE, Malcolm W. - **The Terrorism Recognition Handbook: A Practitioner's Manual for Predicting and Identifying Terrorist Activities**. Nova Iorque: CRC Press, 2008. ISBN: 9781420071832.
- NATO - **NATO Handbook**. Belgium, 2006. ISBN: 92-845-0178-4.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan - **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992. ISBN: 978-972-662-275-8.
- SANTOS, General Loureiro dos - **O Império debaixo de fogo. Ofensiva Contra a Ordem Internacional Interpolar. Reflexões sobre Estratégia V**. Lisboa: EUROPA-AMÉRICA, 2006. ISBN: 972-1-05668-5.
- SILVA, Manuel da - **Terrorismo e Guerrilha: Das Origens à Al-Qaeda**. Lisboa: Edições Sílabo, 2005. ISBN: 978-972-618-454-6.
- SINCLAIR, Andrew - **Anatomia do Terror. Uma História do Terrorismo**. Lisboa: Temas e Debates, 2003. ISBN: 972-759-655-X.

TELO, António José - **Portugal e a NATO: o reencontro da tradição Atlântica**. Lisboa: Edições Cosmos, 1996. ISBN: 972-762-002-7.

TOWNSHEND, Charles - **O Terrorismo: Compreender**. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2002. ISBN: 989-552-189-8.

CONTRIBUÇÕES EM MONOGRAFIAS

ANES, José Manuel - "O Terrorismo Religioso Contemporâneo: Uma breve introdução". In BARBOSA, Pedro Gomes, (et al). - As Teias do Terror: Novas Ameaças Globais. Lisboa: Esquilo, 2006. ISBN: 972-8605-77-3. p.83-114.

BARBOSA, Pedro Gomes - "Aproximação ao Problema do Terrorismo". In BARBOSA, Pedro Gomes, (et al). - As Teias do Terror: Novas Ameaças Globais. Lisboa: Esquilo, 2006. ISBN: 972-8605-77-3. p.13-42.

PEREIRA, Rui - "Terrorismo e Democracia". In BARBOSA, Pedro Gomes, (et al). - O Terrorismo Religioso Contemporâneo: Uma breve introdução. Lisboa: Esquilo, 2006. ISBN: 972-8605-77-3. p.43-80.

RAPOPORT, David C. - "The Four Waves of Modern Terrorism". In CRONIN, Andrew Kurth; LUDER, James M. - Attacking Terrorism: Elements of a Grand Strategy. Washington: Georgetown University Press, 2004. ISBN: 0-87840-347-7. p.42-73.

WRIGHT, Quincy - "A Study of War", 1966. Cit. por BORGES, João Vieira - Teoria Geral de Estratégia. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar, 2008.

ARTIGOS DE PUBLICAÇÕES EM SÉRIE

ALEIXO, Manuel Lopes - "A União Europeia e o Terrorismo: uma combinação improvável ou talvez não...". Europa: Novas Fronteiras Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. Nº16/17. (2005). p. 201- 207.

BESSA, João Pinto - "Nações Unidas e o Terrorismo". Revista Militar. Lisboa: EUROPRESS. ISSN: 0873-7630., Nº2458. (2006). p. 1215- 1240.

BORGES, João Vieira - "O Terrorismo e a Transformação do Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos EUA". Nação e Defesa. ISSN: 0870-0757X., Nº114. (2006). p. 193- 228.

BORGES, João Vieira - "O Terrorismo Transnacional e a Transformação do Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos EUA". Estratégia. ISSN: 1645-9083. vol. XVIII. (2009). p. 177- 188.

GARCIA, Francisco Proença - "O Fenómeno Subversivo na Actualidade. Contributos para o seu estudo". Nação e Defesa. ISSN: 0870-757X., Nº114. (2006). p. 169- 192.

GARCIA, Francisco Proença - "O Terrorismo Transnacional - Contributos para o seu entendimento". Revista Militar. Lisboa: EUROPRESS. ISSN: 0873-7630. Nº2463. (2007). p. 445- 468.

- GONÇALVES, Francisco Jorge - "O Combate ao Terrorismo Jihadista Coloca em Causa a Relação Transatlântica". Estratégia. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica. ISSN: 1645-9083. vol. XVIII. (2009). p. 95- 110.
- GRAY, Colin S. - "*Maintaining Effective Deterrence*", 2003. Cit. por ANTUNES, Paulo José da Conceição – "A Alteração do conceito de Dissuasão: Contributos para a sua conceptualização". Revista Militar. Lisboa: EUROPRESS. ISSN: 0873-7630. Nº2460. (2007)
- LOUSADA, Abílio Pires - "Revisitar o 11 de Setembro. O terrorismo e as Relações Transatlânticas". Estratégia. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica. ISSN: 1645-9083. vol. XVI. (2007). p. 17- 59.
- MONGIARDIM, Maria Regina - "Considerações sobre o fenómeno do terrorismo". INFORMAÇÕES E SEGURANÇA: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso. Lisboa: Prefácio. ISSN: 972-8816-13-8. vol. XVI. (2004). p. 411- 429.
- ROMANA, Heitor Barras - "O novo framework do terrorismo internacional de matriz islâmica: desafios ao modelo de análise em informações estratégicas". INFORMAÇÕES E SEGURANÇA: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso. Lisboa: Prefácio. ISSN: 972-8816-13-8. (2004). p. 257- 271.
- SILVEIRA, João Tiago; ROMÃO, Miguel Lopes - "Regime Jurídico do combate ao terrorismo: os Quadros Normativos Internacional, Comunitário e Português". Europa: Novas Fronteiras Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça., Nº16/17. (2005). p. 221- 240.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano - "A UE e o 11 de Setembro". Janus. (2003).

TESES

- MONTEIRO, Joaquim Sousa - O Emprego do Exército Português na Prevenção e Combate às Ameaças Terroristas: Condições de Emprego da Força, Tipos de Operações, Estrutura e Meios: Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. 2006. TILD do CEM 2004-2006
- MONTEIRO, Pina - A ESTRATÉGIA MILITAR FACE À REVISÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE CRISES DA OTAN E DA DEFESA MILITAR CONTRA O TERRORISMO: Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. 2003. TILD do CSCD 2002-2003
- RIBEIRO, Pedro Faria - O TERRORISMO E A MANOBRA SUBVERSIVA À ESCALA INTERNACIONAL. MEDIDAS DE SEGURANÇA A IMPLEMENTAR PELOS ESTADOS: Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. 2004. TILD do CEM 2002-2004
- TORRES, Jorge Gamito - A LUTA CONTRA O TERRORISMO: Organização, equipamento, e modo de emprego das Forças. O caso particular do Exército Português: Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. 2007. TILD do CEM 2005-2007

DOCUMENTOS OFICIAIS

- DEPARTMENT OF THE US ARMY - **FM 3-0 - Operations**. Publicado pelo Departamento do Exército em 2008.
- EME - **Âmbito de actuação, missões e tarefas das unidades de Tropas Especiais**. Despacho do S. Ex.a General CEME de 28 de Outubro de 2007.
- EME - **Operações do Exército na Guerra Subversiva: Volume I - Generalidades..** Aprovado pelo Ministro do Exército a 1963.
- EME - **Operações do Exército na Guerra Subversiva: Volume II - Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas**. Aprovado pelo Ministro do Exército a 9 de Fevereiro de 1963.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS - **Regulamento de Campanha. Informações**. Publicado pelo Ministério de Defesa Nacional em Agosto de 2007.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS - **Regulamento de Campanha. Operações**. Publicado pelo Ministério de Defesa Nacional em 2005.
- JOINT CHIEFS OF STAFF - **JP 1-02 - Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms**. Publicado pelo Joint Chiefs of Staff a 17 de Março de 2009.
- JOINT CHIEFS OF STAFF - **JP 3-7-02 - Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Antiterrorism**. Publicado pelo Joint Chiefs of Staff a 17 de Março de 1998.
- NATO - **AAP-6 - NATO Glossary Of Terms And Definitions**. Publicado pela NATO Standardization Agency a 1 de Abril de 2008.
- NATO - **AJP 3.4.4 - COUNTERINSURGENCY (COIN)**. Publicado pela NATO a 13 Novembro de 2008.
- NATO - **MC-472 - Military Concept For Defense Against Terrorism**. Bruxelas. Publicado em Dezembro de 2002.
- ONU - **A more secure world: our shared responsibility. Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change**. Dezembro de 2004. Disponível em WWW: <URL: <http://www.un.org/documents/resga.htm>>
- ONU - **Resolução 1566 do Conselho de Segurança da ONU**. Adoptado pela reunião 5053ª reunião do Conselho de Segurança a 8 de Outubro de 2004.
- ONU - **Resolução 3314 da Assembleia Geral da ONU - Definição de Agressão**. Adoptada pelo Plenário na sua 2314ª Reunião a 14 de Dezembro de 1974. Disponível em WWW: <URL: <http://www.un.org/documents/ga/res/29/ares29.htm>>
- TRADOC - **A Military Guide to Terrorism in the Twenty-First Century**. Fort Leavenworth - Kansas. Publicado pelo US Army Training and Doctrine Command a 1 de Fevereiro de 2007.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

- AUDIENCIA NACIONAL - **Julgamento dos Atentados de 11 de Março de 2005**. Madrid: Depoimentos do Tribunal da Audiencia Nacional, 2006. Disponível em WWW:<URL:http://www.elmundo.es/documentos/2006/04/11/autohtml/index.html?cu al=1412>.
- CEDN 03 - **Conceito Estratégico de Defesa Nacional**. Lisboa, 2004. Resolução de Conselhos de Ministros nº 6/2003. DR 16-I Série B de 20 de Janeiro de 2003.
- CEM 03 - **Conceito Estratégico Militar**. Lisboa, 2003. Aprovado por Ministro de Estado e Defesa Nacional 22 de Dezembro 2003. Confirmado em Conselho Superior de Defesa Nacional 15 de Janeiro de 2004.
- CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DOS EUA - **National Military Strategic Plan for the War on Terrorism**. 2006.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA - **Conselho da União Europeia de 30 de Novembro de 2005 relativo à estratégia da União Europeia com o objectivo de lutar contra o terrorismo**. 2005.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA - **Decisão Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa à luta contra o terrorismo (2002/475/JAI)**. 2002.
- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL DOS EUA - **National Strategy for Combating Terrorism**. 2003. Conselho de Segurança Nacional.
- DIR 170/CEME - **APRONTAMENTO DE UMA UEC DE ATIRADORES PARA QUICK REACTION FORCE (QRF) DO COMISAF (1º SEMESTRE 2008)**. Lisboa, 2007. EME.
- DMDM 02 - **Directiva Ministerial de Defesa Militar**. 2002. Lisboa: Gabinete do Ministro de Defesa Nacional.
- LEI Nº52/2003 - **Lei de Combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro nº2002/465/JAI, do Conselho, de 13 de Junho de 2002) - Décima segunda alteração ao código de Processo Penal**. Lisboa, 2003. D.R. I Série-A, 193 (03-08-02).
- MIFA 04 - **Missões Específicas das Forças Armadas**. Lisboa, 2004. Conselho Superior de Defesa Nacional.
- PGOV XVII - **PROGRAMA DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL: Portugal na Europa e no Mundo**. Lisboa, 2005.
- PMLP - **PLANO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO EXÉRCITO (2005-2023)**. Lisboa, 2005.
- PPGR 147/01 - **Parecer nº147/2001 de 9 de Novembro de 2001 da Procuradoria-Geral da República**. Lisboa, 2001. Homologado a 16 de Dezembro de 2001 pelo MDN.
- PRESIDENTE DOS EUA - **National Security for Homeland Security**. 2002. Office of Homeland Security.

PRESIDENTE DOS EUA - **The National Security Strategy of The United States of America**. 2006.

PRESIDENTE DOS EUA - **The National Security Strategy of The United States of America**. 2002.

SFN - **Sistema de Forças Nacional – Componente Operacional**. Lisboa, 2004. Definido em Conselho Superior de Defesa Nacional.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

NATO - Washington Summit Communication: An Alliance for the 21st Century. Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Washington, D.C. on 24th April 1999. Disponível em WWW:<URL: <http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-064e.htm>>.

RAND - Terrorism Incident Database Project. 2009. Disponível em WWW:<URL: <http://www.rand.org/ise/projects/terrorismdatabase/>>.

CÂMARA DOS REPRESENTANTES DOS EUA - United States Code: Title 50 - War and National Defense. 2008. Disponível em WWW:<URL: <http://www.law.cornell.edu/uscode/50/402.html>>.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TÁCTICAS EMPREGUES POR TERRORISTAS

Desde os primórdios da utilização do terror como forma de coacção, diversas foram as tácticas empregues como meio para atingir um fim específico. Desde a tribo dos “Assassinos” até à terrível e inovadora forma empregue nos atentados de 11 de Setembro de 2001, os grupos terroristas possuem a capacidade de evoluir constantemente nos meios empregues para atingir os seus objectivos, “um terrorista irá utilizar tácticas forças e armas especificamente desenhadas para uma operação específica” (TRADOC, 2007). Nance (2008) considera que os perfis de ataque terroristas podem ocorrer segundo dois métodos de início da acção: um método forte, e um método coberto. O método forte ocorre quando os terroristas desde logo utilizam as suas tácticas sobre os alvos (mísseis, assaltos á mão armada, etc). Por sua vez, na fase inicial do método coberto é procurado que os terroristas sejam infiltrados no local onde vai ser realizada acção e só depois a realizem. Em consonância com Nance (2008) e o TRADOC (2007), consideramos⁵⁹ como tácticas de terrorismo: Chantagem; fogo posto; sabotagem; atentados com bombas; raptos; situações de reféns; desvio de meios de transporte; barricadas; raides; emboscadas; assassínios; ADM; técnicas suicidas.

A aplicação da chantagem procura coagir ou impedir que um determinado individuo ou população efectua uma acção (TRADOC, 2007). Pretende-se com a chantagem que o alvo descure certos aspectos, devido à presença constante de ameaças. A chantagem pode adoptar a forma de intimidação a um nível psicológico (ameaças de bomba, de morte) ou físico (espancar indivíduos). Pode assumir a forma de extorsão que serve de suporte em termos financeiros, de informação, de material.

O fogo-posto é usado para destruir danificar, sabotar ou destruir propriedade (*id. ibidem*). Esta é uma forma simples e eficaz de atingir os objectivos a que se propõe.

A sabotagem consiste na destruição planeada de equipamento e infra-estruturas inimigas (*id. ibidem*). Esta tem como alvos infra-estruturas de apoio à população como oleodutos, hospitais, estações de tratamento de água, estações de electricidade. Pode ter como alvo instalações militares.

O recurso mais amplamente utilizado pelos grupos terroristas é o atentado à bomba⁶⁰. Estes caracterizam-se por: possuir uma grande variedade de formas de emprego; fácil fabrico, custo; fácil acesso aos produtos; mas com efeitos marcantes, quer ao nível físico

⁵⁹ - O conjunto de tácticas enunciado não abrange todas as formas de aplicar o terrorismo mas sim as suas principais.

⁶⁰ - Ver Anexo A.

como ao nível psicológico da população. O modo de emprego das bombas pode variar entre, colocação manual, activadas à distância e colocadas em veículos. Desde 2006 tem-se vindo a assistir a uma evolução na letalidade e nas técnicas dos IED, nomeadamente a introdução de Explosivos formados a partir de projecteis (Explosively Formed Projectile – EFP) (*id. ibidem*).

Os raptos são geralmente direccionados a indivíduos proeminentes por uma razão específica. Estes têm como objectivo, pedidos de resgate, pedir a libertação de um indivíduo, como meio para comunicar uma exigência ou um determinado assunto (*id. ibidem*), o mediatismo que envolve determinados raptos é uma vantagem aproveitada por estes grupos como forma de marcarem a sua posição e ainda como forma de propaganda que atinge uma maior audiência. Diversos grupos terroristas utilizam este método como forma de financiar as suas causas (*id. ibidem*).

As situações de reféns consistem na captura em local conhecido de indivíduos com o objectivo de publicitar uma causa, realizar concessões políticas, asilo político, pedidos de resgate, ou libertação de um indivíduo (*id. ibidem*). Por vezes existir a intenção dos grupos, de assassinar os reféns quando a situação atingir um determinado ponto de cobertura dos meios de comunicação (*id. ibidem*).

A captura e desvio de meios de transporte resumem-se no comando forçado de determinado veículo com vista a criar uma situação de reféns, obter determinado meio para uma fuga, ou como um meio de suicídio. Os veículos mais utilizados são as aeronaves, mas podem ser utilizados outros meios como navios, automóveis, autocarros.

O raide é uma operação com características militares, que é conduzida por forças de pequeno efectivo com o objectivo de destruir instalações, capturar armamento, desviar meios de transporte, criar situações de reféns e assaltar bancos. Este tipo de acções pode servir como fase inicial da obtenção de outros objectivos.

A emboscada é um ataque surpresa caracterizado pela sua violência, intensidade, velocidade e poder de fogo concentrado. Este tipo de ataque pode empregar armas como mísseis terra-ar, armas anti-carro, explosivos, minas direccionais, espingardas automáticas (Nance, 2008). Não tem alvos específicos e pode ter como objectivos causar o máximo de vítimas, assassinar determinado indivíduo ou interromper determinada operação de segurança.

O assassínio constitui-se como uma forma de terrorismo aparte das outras devido ao seu carácter específico do alvo a eliminar, como por exemplo, políticos cidadãos notáveis, colaboradores, determinados oficiais. Regra geral os alvos são indivíduos que os grupos terroristas não conseguem intimidar, que apoiem os inimigos dos grupos terroristas ou indivíduos com particular importância para o inimigo, podem ter como objectivo causar impacto psicológico no inimigo (TRADOC, 2007). O assassínio pode ser associada outro tipo de tácticas.

Uma forma particular de actos terroristas é o ataque suicida. Historicamente esta técnica já foi empregue por grupos não-religiosos assim como por extremistas religiosos. Segundo Nance (2008) estes ataques podem ocorrer de duas formas, ataques suicidas e ataque por mártires. A primeira forma não se encontra associada à religião, mas sim a motivações políticas, ocorre quando os indivíduos de determinado grupo, que se encontram preparados para morrer, entendem que não existe forma de sobreviver a uma operação, cometendo por isso o suicídio e se possível causar o máximo de baixas no inimigo. Os ataques por mártires são usualmente empregues por extremistas religiosos que crêem que atingirão um estatuto especial na próxima vida se estiverem dispostos a dar a própria vida enquanto tiram a vida do inimigo.

Por fim o emprego de ADM, que podem ocorrer ao nível NBQR. O emprego deste tipo de armamento pode ser empregue de diversas formas e tem consequências catastróficas.

O conjunto de tácticas empregues pelos grupos terroristas é infindável. A necessidade de documentar as tácticas empregues por estes grupos, assim como o treino das nossas forças para reagir rapidamente a estas tácticas, ou idealmente evitar que sejam constituídas é essencial. Somente com estas medidas poderemos garantir a segurança da nossa população e das nossas forças destacadas em TO onde esta ameaça seja vigente.

APÊNDICE B - ENTREVISTA AO TCOR SOARES

Guião de Entrevista Comandante QRF/FND/ISAF

1. Questões relativas à Estrutura da Força (estrutura orgânica, missões das forças)

1.1. Enquanto a FND/QRF se encontrava no TO do Afeganistão, qual era o tipo de missões que a Força desempenhava mais regularmente?

As operações que fazia: patrulhas a bases da nossa actuação, constituir reservas com NTM curtos para poder actuar, missões de reconhecimento, acções de demonstração e força e de segurança. Na altura das eleições púnhamos forças no terreno com a missão de segurança. Depois são acções que se montam normalmente de emboscada, mas são reacções de detecção de movimentos porque não montávamos uma rede de emboscada, porque eles também não actuam assim. Quando há um movimento que consegue arrancar terreno para poder dizer “temos a nossa bandeira”, o que há é uma acção violenta, um ataque convencional, planeado para acabar com esta reacção, pode ser um ataque aéreo, de companhia depende dos meios. Se eles se tentam agarrar ao terreno, eles não têm potencial de efectivos para lutar contra a ISAF, mas fazem difundir na Internet que aquela zona está controlada. É uma imagem muito forte que passa para a população afegã, que fica a achar que a força internacional é débil, que não vai ficar lá para sempre. “Se as estruturas do governo com as forças internacionais não conseguem impedir que tomem uma área, então é melhor aliarmo-nos já a eles”. Conseguem com esta acção de marketing táctico, o apoio da população. Quando tentam agarrar o terreno, há sempre uma reacção fortíssima da força de coligação ou da ISAF para anular o controlo, para passarem outra imagem à população. Por isso é que no início quem fazia estas acções era a coligação e agora cada vez mais se integra o exército afegão, até já têm aviões de ataque e começam a participar para passar uma imagem à população. É este jogo que permite que no terreno haja forças que só patrulham e noutras alturas participem em acções de força, de ataque. Tem que se estar muito preparado para os ataques de IED e às emboscadas. Para eles utilizam os ataques de IED e muitas vezes vêm as forças para flagelar. Eles tentam concentrar um potencial de combate elevado num determinado local, a uma determinada hora para executar uma acção por exemplo de emboscada nocturna. Rebentam uma coluna e a seguir diluem-se na população. Eles concentram-se para a acção e desconcentram e quando lá vamos para actuar, já lá não está ninguém. O efeito psicológico que passou quer internacionalmente, quer para a população é que eles têm força para destruir as colunas. O

efeito psicológico tem 2 objectivos: passam a imagem à população e causam baixas internacionais. Sabem que a opinião pública dos países reage muito mal e pressiona o país a tirar de lá as suas forças. Quando a minha QRF estava em Farat a actividade inimiga foi reduzida a zero, porque os americanos não saíam de noite e nós andávamos de noite. Aparecíamos nos sítios e nas direcções mais improváveis. Havia um grau de incerteza nos insurgentes da área, porque nunca se atreviam a agarrar nas armas e nas minas IED, porque nunca sabiam onde nós estávamos. Em Bascula chegámos a aparecer de madrugada (que implicava que se saísse do aquartelamento de noite) vindos do lado oposto do aquartelamento, o que era raro, e quando abandonámos a população fomos para a montanha fora de caminhos. Enquanto lá estivemos não houve registo de nada. Em períodos que a minha força patrulhou, houve uma força patrulha espanhola em que morreu um espanhol e vários ficaram feridos, houve ataques a escolas, tem a ver com a actuação da força. Eles como não são uma força constituída só atacam se tiverem condições para tal, quando não têm não arriscam ou arriscam muito menos. Quando estão nas povoações estão mais ou menos garantidos. Como a ISAF é de assistência, o governo não quer ferir susceptibilidades e não há muitas acções de grande revistas, batidas, passar as luzes ultra violetas para ver se têm pólvora nas mãos.

1.2. Em que situações de Defesa contra o Terrorismo⁶¹ era a FND/QRF utilizada?

1.3. Quando realizava missões de Defesa contra o Terrorismo qual era a estrutura (em termos de comando, força de manobra, força de apoio de combate, apoio de serviços) utilizada pela sua força?

Agora é moda aparecer nas missões de quase todas as forças de unidade o combate ao terrorismo. Para nós militares isto não existe. As forças de um país face ao que é a nova ameaça dos movimentos terroristas transnacionais desenvolveram uma série de acções para combater este fenómeno do terrorismo. Acções onde participam as forças policiais, os serviços de informação, as forças militares, as estruturas financeiras..., já houve grupos de terrorismo que agora ganharam outra dimensão. A missão no Afeganistão é uma das mais complicadas porque não é uma missão puramente militar. A ISAF tem uma missão de assistência e eu tenho de enquadrar a minha missão numa que é a força de assistência. Por exemplo quando morreu um soldado no bairro de Bragremi, eu militarmente sabia o que fazia. Fazia-lhe uma batida de uma ponta à outra, limpava o bairro, entrando a seguir com apoios às populações: construção de estradas, esgotos, campos de volley, luz, para que a população não ficasse contra mim e avisava-os: "Tornam a dar apoio a insurgentes e eu

⁶¹ - Segundo definição da NATO (MC-472, 2002, p.1-3) são as de *Counter-Terrorism, Anti-Terrorism, Consequence Management, Military Cooperation, e Force Protection*.

volto cá”. Não há acções específicas contra o que faço, as acções de táctica de pequenos escalões são: patrulhas, golpes de mão e emboscadas.

Para a força o contributo do exército na ameaça contra o terrorismo é o cumprimento de todas as nossas missões. Quando se fala nas actuações de combate ao terrorismo a nossa actuação é uma peça da engrenagem. Eu ando numa missão típica de contra guerrilha. Se formos ver ao que andámos a fazer no Afeganistão fizemos um paralelismo com o que fizemos na guerra do Ultramar, não há diferença nenhuma. Tal como lá, são indivíduos que andam não agrupados numa força militar, não fardados, não identificados que andam a tentar destabilizar o país e a atacar a nossa força. Como é que eu trabalho em ambientes de contra insurreição, de contra-guerrilha: com as acções típicas dos militares: patrulhamentos para incutir confiança nas populações e levar a que elas tenham receio dos insurgentes, não se sintam desapoiadas, mas forneçam informações que permitam capturá-los ou destruí-los. Os patrulhamentos também têm o objectivo de detecção os insurgentes. Depois pode haver uma série de acções: uma emboscada, se prevejo uma série de emboscadas, ou porque detectei uma força e quero destruí-la, monto uma emboscada ou porque detecto um acampamento de insurgentes e executo um golpe de mão, ou como a famosa operação Medusa da ISAF detecto uma zona que é bastião de insurgentes que estão a querer controlar um território e eu ataco, que foi o que a ISAF fez. Com uma série de companhias atacou uma zona que estava claramente maçada como um bastião de insurgentes. O contributo militar em termos de combate ao terrorismo é um contributo normal. Basta a nossa presença e já estamos a contribuir militarmente. Para mim como comandante de QRF, não há nenhuma tipologia de acções específica para combater o terrorismo. O que há é a minha actuação normal, tal como a actuação que lá está nas OMLT, para dar formação ao exército de ANA. Porque se atingir um nível de confiança maior da que têm, ou um nível de proficiência técnica maior, estou a criar condições para combater melhor a parte dos insurgentes, ao fazer isto estou a contribuir em termos de macro no combate ao terrorismo. Os ETT estão agora a trabalhar com a polícia, a fazer como na ONU a construir estradas, escolas, ao dar apoio. Está a fazer a mesma coisa, está a dar um contributo, ao estabelecer estes laços com a população. Leva a que esta comece a naturalmente a passar informação dos insurgentes e nós tiramos-lhe campo de manobra do apoio á população para trabalhar.

Convencionais ou não convencionais são operações militares que estão integradas. O combate ao fenómeno terrorismo transnacional é um combate ao terrorismo estratégico, ao nível da macro, todas as estratégias da defesa nacional, não se esgota na defesa militar e não sei se tem de ser a componente mais forte. Até porque uma das armas que pode ser usada pelo terrorismo transnacional é atacar os alicerces da estrada, através da informática. Se entram no sistema financeiro de um país e o destabilizam, o país foi-se. O combate ao terrorismo é do patamar da defesa nacional e não só da defesa militar, esta contribui com uma economia como contribui a agricultura, a educação. O que temos ali são

particularidades de um teatro, porque os teatros não são todos iguais, temos ali o fenómeno religioso fundamentalista aproveitado, temos coisas que noutros teatros não havia com tanta dimensão, os suicidas: mas também havia os kamikazes, os que no Vietname se faziam rebentar, para rebentar com uma força americana, até isso não é novo, na guerra do Ultramar já se utilizavam dispositivos de rebentamento. O que difere na actuação tem a ver com a missão da ISAF de assistência, que não é puramente militar. A regra normal é que actua primeiro a polícia afegã, depois o exército afegão, actua depois as forças da ISAF. Por isso é que quando há operações integrando estas forças, ou combinadas, quando fazemos operações conjuntas, quem deve avançar 1º deve ser o ANA. Claro que muitas vezes operamos sozinhos e eu preferia

1.4. A estrutura da força foi modificada ao durante o tempo que estive no TO do Afeganistão?

1.4.1. Em que aspecto?

O conceito mudei, a estrutura da força não, porque essa estava definida cá. Embora eu achasse que deveria mudar, o que é outra questão. Quando cheguei ao Afeganistão a força era QRF (é uma força para estar parado no quartel) do comandante da ISAF e não tinha meio aéreos e de projecção. Para que a força não estivesse parada, para não haver um desperdício, quem estava responsável por Cabul, que era *Cabul Multinational Brigade* (CBM), que agora se denomina de *Regional Command Capital*, fez com que a força portuguesa actuasse num TACON da CBM na região complicada de Cabul. Como é que estava organizada a CBM: tinha *Battlegroups* e toda a área de Cabul estava dividida em sectores de *Battlegroups*: italiano, alemão, turco....dentro dessa área de *Battlegroups* havia um oficial de infantaria da brigada que definia umas áreas, como sendo as mais complicadas, um oficial de operações que as transformava numas quadrículas, que dava como missão à força portuguesa. Essas áreas com horário de patrulhamento, era definido pelo escalão superior. Isto levava a que a força portuguesa andasse naquela área uma semana a 10 dias, havia confusão dos horários, não havia coordenação com os *Battlegroups*, andávamos a apanhar com aquilo que os outros não queriam, sem louros nenhum. Disse que deixava de actuar assim e que a força enquanto ISAF ia patrulhar Cabul, mas não na filosofia que estava a ser feita, mas como uma área preferencial de emprego, que não exige meios aéreos, para estar familiarizado com a área. Íamos patrulhar Cabul com horário e patrulhamento definidos por nós e coordenados pelos *Battlegroups*. Só com esta modalidade consegui: deixar de ser mandado para os sítios que ninguém queria a correr mais riscos e deixei de aborrecer os *Battlegroups* que deixaram de ter uma força a entrar na sua acção. Comecei a coordenar com eles e passámos a fazer patrulhas combinadas e a ter um excelente relacionamento com os *Battlegroups*, passei a correr

menos riscos para a minha força e passei a ter mais visibilidade, porque ao patrulhar só as áreas que queria, passei a ter mais contacto com a população, a patrulhar áreas onde os *Battlegroups* não iam e passou a população a indicar-nos áreas onde havia armamento. O que deu um grande protagonismo aos portugueses, porque apanhavam material que os *Battlegroups* na sua área não apanhavam. Quando os *Battlegroups* precisavam de apoio tinham de pedir oficialmente e transformou-se numa operação que passou a dar lucro. Isto foi a grande alteração do conceito e tem que ser o grande cuidado dos comandantes: é pensar nos seus homens, cumprir a missão no seu melhor e salvaguardar ao máximo a integridade da força.

2. Questões relativas ao Equipamento (sistemas de armas, viaturas, UAV, observação, transmissões)

2.1. Durante a fase de Aprontamento da FND/QRF, os equipamentos com que trabalhou eram os mesmos com que operou no TO?

A grande falha foi nas viaturas, pois a Força anterior tinha os HMMWV consigo no terreno e os poucos que havia estavam no processo de inserção da blindagem. O que há no terreno tem a ver com o volume de equipamento que o exército dispõe. Não há lotes de Aprontamento em quantidade suficiente. Os equipamentos que dispomos em Portugal são em nº manifestamente reduzido que não permite um treino satisfatório ou não existe.

Com as transmissões aconteceu igual. Na altura foi uma das grandes guerras. O rádio individual o PPR não faz sentido um soldado não ter um, e eu não tinha. Depois consegui meia dúzia e tive numa acção em que íamos tendo um confronto com uma patrulha, com uma força do ANA, que devia estar a trabalhar para o outro lado, e em que ia havendo fogo sobre ela, era de noite e não havia PPR para comunicações. Tem vindo a melhorar, porque as chefias já se aperceberam que é uma área crítica.

2.2. Quando se encontravam no TO e face à ameaça presente, sentiram a necessidade de utilizar equipamentos específicos.

2.2.1. Desses, quais os que utilizam mais regularmente?

2.2.2. Quais os que considera essenciais?

Havia material que utilizava regularmente e material que devia usar e não tinha. O material que usava estamos a falar de intensificadores de imagens, dos poucos PPR, dos binóculos que não eram em nº suficientes, do GPS insuficientes, o material passa por equipamentos de navegação, meios de comunicação e apoio de visão nocturna e diurna. Eram os mais utilizados, mas há poucos no exército. Equipamentos que não tínhamos e que devíamos ter: atiradores especiais integrados nas subunidade constituídas da força que têm capacidade de fazer um tiro ajustado numa distância segura. A actuação dos snipers numa

patrulha não faz sentido, porque a patrulha se é batida numa emboscada é à curta distância e o sníper não faz sentido. Não é prioritário para a acção que temos, não quer dizer que não tenha aplicação. O ideal era termos os 2 na força. O que faz um sníper não é uma arma, nem a técnica de tiro, é fundamentalmente todo o emprego do homem e toda a tática inerente a um sníper e deslocamento, de instalação. Há uma componente diferente na sua utilização. Enquanto o atirador especial é um indivíduo que vai na companhia com os outros, leva a arma normal e a outra. É um indivíduo da equipa que consegue fazer um tiro a uma distância superior, oferecendo uma segurança à equipa, até na cobertura dos deslocamentos. É uma mais-valia e temos uma proposta que apresentámos no quadro de comando. Outra ferramenta importante no terreno, que não há, são as ferramentas da parte da guerra electrónica, só as recebi na fase final, nomeadamente os inibidores de frequência e as capacidades de detecção. Faz falta uma equipa só vocacionada para detecção, com radares, equipamentos sofisticados de vigilância de campo e batalha. Os alemães usam uma viatura que é a FENEQ que é só vocacionada para isto e integra as colunas juntamente com as outras viaturas táticas e que a única coisa que faz é VCB. Já estamos a prever complementar estas viaturas, para orgânica nossa, são os UAV ligeiros e médios com capacidade de leitura no terreno, por infravermelhos, por câmara térmica ou pelo filme normal se for de dia. O UAV detectava pela câmara térmica 4,5, 6 homens paralelos à linha e já ninguém se põe à frente sem esclarecer a situação. É uma área que o exército não tem e ainda não está desenvolvida e que se está a tentar adquirir. O problema tem a ver com os recursos financeiros.

- 2.3. Durante as operações que realizavam no TO do Afeganistão alguma vez sentiu a necessidade de utilizar determinados equipamentos que a FND/QRF não possuía?
- 2.3.1. Que equipamentos eram?
- 2.3.2. Encontravam-se disponíveis através do Escalão Superior?
- a) Estavam disponíveis a tempo?
- 2.3.3. Considera importante para as próximas Forças levar estes equipamentos para o TO do Afeganistão?

Muito dificilmente o escalão superior, o ISAF não. Nem faz sentido e é preciso muito cuidado com isso, porque se joga muito com a credibilidade da nação. Uma força que chega ao terreno e vá pedir armas ao lado, leva a que se perca a credibilidade. Do produto do UAV tínhamos bom relacionamento, mas os UAV tinham capacidade limitada. Se vou patrulhar uma zona não vou pedir a um alemão um UAV, assim como os italianos me pediram um empastelador e eu disse que não cedia, porque não punha os meus homens a riscos adicionais. Se o alemão andasse com o UAV por sítios por onde eu andava, fornecia-me informação, se não, não. Nas patrulhas combinadas houve uma altura que fizemos uma patrulha com os alemães e nós tínhamos uma parte apeada na montanha. Eles disseram

que não faziam isso, iam com as nossas viaturas à frente e disseram-nos quantas pessoas estavam nas FNAQS e que o 1º atravessamento de estrada estava limpo. Nessa base aproveitávamos, como eles aproveitavam informações nossas, porque quando fazíamos patrulhas nas áreas deles, pediam-nos o feedback. Havia equipamentos específicos de comunicação para algumas alturas que a ISAF, porque tinha interesse, podia fornecer: matras, aviões ... adquirir sim, até porque punha as minhas viaturas a serem reparadas nas oficinas americanas e ia lá buscar sobresselentes para reparação, mas isto é uma prestação de serviço normal.

3. Capacidades (capacidade de transporte, apoio de combate, NBQR, apoio logístico, reconhecimento, PSYOPS, INFOOPS, CIMIC, Operações Especiais, Sniper)

- 3.1. Durante o período em que se encontrava no TO do Afeganistão, quais a(s) capacidade(s) que considerou essenciais para o cumprimento da missão?
- 3.2. Destas capacidades, quais aquelas que possuíam, ou se tinham preparado?
 - 3.2.1. Quais as que tinham de recorrer ao Escalão Superior para obter?
 - a) Estavam disponíveis a tempo?
 - 3.2.2. Considera importante desenvolver estas capacidades para as próximas Forças para o TO do Afeganistão?

As operações psicológicas são trabalhadas ao nível lá de cima. Em termos de capacidade: o transporte tático intra-teatro era da responsabilidade da ISAF. Nós tínhamos uma lacuna muito grande, que importa colmatar, que é na nossa capacidade de transporte administrativo / logístico/ tático, porque os autotanques têm que ser blindados, os TGS blindados, viaturas pronto-socorro táticas, ambulâncias táticas. Nos meios de apoio de serviço há claramente lacunas que têm de ser colmatadas. Depois o teatro pela distância que tem, há claramente dificuldades no transporte de qualquer tipo de artigos e os níveis de abastecimento não eram suficientes. Eu tinha Panhards que estavam paradas porque não tinham sobresselentes. Armas: houve um incidente com uma Browning e detectou-se que não tinha a ver com a parte normal que é verificada por bitola de arma, tinha a ver com o mecanismo interno. Há uma pessão que é transversal, já me aconteceu noutras locais e forças que é a parte da componente de apoio. É uma área que não damos muito interesse e temos que dar.

A capacidade de EOD não é responsabilidade nossa, porque há equipas definidas de EOD que constituem os *Regional Command*, têm umas *Immediate Response Team* IRT () preparadas para saírem, que têm a equipa CIED e uma equipa de protecção da força, que se desloca imediatamente. Pode haver uma detecção de engenho e avança a equipa de IRT com a EOD, ou há um rebentamento de IED e eles já usam o 2º, para ser detectado pelas equipas e um 3º engenho colocado para rebentar quando lá estiver a coluna. Esta da responsabilidade dos comandos regionais que a QRF não tem capacidade, como ela vai

sempre actuar na área de alguém são os *Battlegroups* e de um *Regional Command* são estes que têm os PRT. Senão para a operação é destacado desse *Regional Command*, onde vai acontecer a acção, equipas para constituírem as IRT ou OED e a força dá-lhes a segurança. É uma capacidade que deveríamos ter única exclusivamente para prestar apoio mais rápido. A multinacionalidade não funciona muito bem. Se a equipa de OED é francesa, e o ferido é francês, vai lá em 5 min, se é português ou italiano aparece 1 h depois. Porque a tendência é, “Se eu demorar, eles têm lá os compatriotas a sofrer e eles vão lá de qualquer maneira, e se rebentar, eu não empenho os meus homens”.

4. Prontidão Operacional (ao nível da formação, conhecimentos teóricos e práticos, treinos operacionais, participação em exercícios)

4.1. Em retrospectiva ao tempo que exerceu funções de comando no TO do Afeganistão, considera que a Prontidão Operacional da FND/QRF era a mais apropriada para fazer face à ameaça com que se deparou?

A prontidão operacional FND era claramente a mais apropriada. O nível de formação dos soldados é muito superior ao normal, tive mais problemas ao preparar a força de Timor, do que esta. A preparação dos comandos é diferente em técnica de combate, em tiro, em navegação, em transmissão, muito superior ao normal do exército. Logo á priori, tenho garantias. É claro que para a FND escolho as pessoas, já agarro num produto superior à média e agarro em pessoas para as pôr a comandar. Damos muita importância ao treino da formação, recolhendo ao máximo informação do TO, aplicando a preparação aqui. O Aprontamento não fechou um capítulo, devemos ir aproveitando o know-how do teatro para ir reorganizando as nossa TTP, que definimos com base na força anterior e aquilo era rendimento da infantaria que vinha e que depois iam sendo adaptadas cada vez que íamos tendo conhecimento do TO, é um processo dinâmico. Íamos muitas vezes fazer treino, tiro nas carreiras, TTP para alterar, nomeadamente quando apareceram os empasteladores, voltou-se a fazer treino de movimento de progressão para ter a tropa rotinada.

4.2. Durante a fase de Aprontamento, ou antes mesmo, a FND/QRF já tinha participado em exercícios que visassem a Defesa contra o Terrorismo?

4.2.1. Considera que as Nossas Forças devem participar em exercícios do género?

4.3. Qual foi o tipo de técnicas/tácticas ou procedimentos que praticaram mais durante a fase de Aprontamento?

A tudo. Um dos males das forças é elegerem uma área para lhe dar mais importância. Na fase de preparação não há mais importâncias, é como as maiores na força, a tudo. Se só dão importância à parte táctica e descuram partes como a parte psicológica, depois têm problemas emocionais. Se dão menos importância à preparação física, têm indivíduos que nas patrulhas não aguentam. A fase de preparação, é a fase para criar o bom em tudo. Todas as áreas têm que estar ao nível máximo. Nós portugueses funcionamos mal com a definição de prioridades, porque depois esquecemos o resto e não é para esquecer. Até nas áreas de estado-maior e de apoio foram trabalhadas, por exemplo a área de finanças é muito importante. Porque se não cai o dinheiro na conta do militar, ou se não foram devidamente esclarecidas as formas de pagamento, qualquer coisa que cá não tinha importância, lá tem uma dimensão muito grande. Isto vai afectar o seu rendimento operacional e o do lado, destabilizando a força toda. Se a moral está em baixo, na parte técnica não fazem nada. Por isso, as áreas de Aprontamento, todas.

Nós treinamos, temos essa vantagem. Muito do curso de comandos é treinado para a contra insurreição, para a contra guerrilha. Se for agarrar a antiga brigada ligeira de intervenção, havia militares de 20 unidades. Os regimentos não tinham capacidade, vinham homens de todos os lados. Aí sim era preocupante, porque havia pessoal que nunca tinha participado em grande parte dos exercícios internos, que temos ao nível da brigada. Somos empregues face às missões do batalhão, nestas áreas. Daí que a decisão do exército foi mandar para o Afeganistão companhias de comando. Na altura foram 2 companhias de comando e 1 de pára-quedistas, porque o esquema de rotação exige 3: uma companhia está a actuar, a que chegou está a descansar e a 3ª em Aprontamento, como nós só tínhamos 2, foi necessário ir buscar a 3ª. Não é que os Comandos sejam piores ou melhores que os outros, mas esta é claramente a missão que melhor encaixa numa companhia de comandos. Sentimos mais necessidade de fazer exercícios para a afinação de TTP e para permitir ao escalão superior fazer a supervisão/inspecção à unidade, para ter consciência do nível de proficiência técnica.

5. Lições Aprendidas

5.1. Considerando todos os pontos que abordamos até aqui e após a sua experiência em funções de comando no TO do Afeganistão, quais as principais lições que extraiu?

Houve por exemplo que o nº mínimo de viaturas a sair deve ser de 3 e não de 2 com era exigido, porque é o nº mínimo que permite a capacidade de resposta a um incidente mais comum, que é o rebentamento de um IED, porque se eu estiver com uma viatura acidentada, preciso de mais 2. Uma vocacionada para o apoio a essa viatura e outra para montar segurança, esta foi uma lição identificada no terreno.

O atirador especial que tem que estar na força; o equipar a força com um sistema de lança granadas, independente da arma, porque não é viável o uso de lança granada acoplado na rama; o uso do LG6 em detrimento do HK que é montado na arma; o uso do colete o sistema balístico e não com o sistema tático acoplado; o uso de coletes que não tenham placas de cerâmica que têm um peso que torna impraticável operar; a necessidade de equipamentos de vigilância de batalha, seja aéreos, seja terrestres; necessidade de utilização de tradutor quer nas viaturas, quer nos alojamentos. Internamente temos as lições identificadas para as estudarmos e trabalharmos quer na instrução, quer na componente operacional

Obrigado pelo tempo disponibilizado

APÊNDICE C - ENTREVISTA AO TCOR CORREIA

Guião de Entrevista Comandante QRF/FND/ISAF

1. Questões relativas à Estrutura da Força (estrutura orgânica, missões das forças)

1.1. Enquanto a FND/QRF se encontrava no TO do Afeganistão, qual era o tipo de missões que a Força desempenhava mais regularmente?

A Força em termos de reserva poderia ser empenhada em qualquer local onde o Comandante da ISAF assim o pretendesse. Enquanto fomos empregues pelo RC Capital éramos essencialmente utilizados em termos do reconhecimento do terreno, quer com os Franceses, os Turcos e os Italianos. Sendo que os Italianos foram pessoas com que trabalhámos mais tempo, e que mostravam mais vontade de trabalhar connosco. Também trabalhávamos com os franceses, mas só quando era determinado pela parte da Escalão Superior. Trabalhar com eles foi bom para a nossa Força na altura, pois deu-nos a hipótese de explorar esta área em termos de interoperabilidade. A reserva estava sempre empenhada na zona onde houvesse menos força, que era o Sul. Aí podíamos ser projectados e assim seria verdadeiramente uma missão contra a ameaça terrorista a contra os talibã.

1.2. Em que situações de Defesa contra o Terrorismo⁶² era a FND/QRF utilizada?

Acima de tudo o terrorismo está encoberto, não sabemos onde está. A nossa presença era dissuasora. Quando íamos com força, a intenção era mostrar volume, força, poder para que inibisse a ameaça a ser implementada no terreno, não nos refugiávamos, não reagíamos, mas íamos ao encontro dela. A força com que nós saíamos era uma força musculada de 3, 4 ou 5 viaturas. Tornávamo-nos numa ameaça pelo conteúdo, pela forma, pela volumetria dos meios com que levávamos e isso era inibidor para a ameaça talibã.

A ameaça na zona de Cabul constitui-se em termos de IED, não na vertente Humana, mas na vertente de ataques a viaturas e de outras metodologias mais artesanais. Podiam ser detectados na altura certa e podiam ser aniquilados. Nós íamos sempre à procura da exposição e eles accionavam os dispositivos quando podiam accionar. Quantas vezes, pelo

⁶² - Segundo definição da NATO (MC-472, 2002, p.1-3) são as de *Counter-Terrorism, Anti-Terrorism, Consequence Management, Military Cooperation, e Force Protection*.

menos 2 ou 3 vezes, depois de passarmos onde eles tinham alvos seleccionados/localizados, que podiam ter sido empregue em nós, mas não, eles queriam ou Americanos, ou Ingleses, ou Franceses. Conheciam as viaturas, e nós Portugueses tivemos alguma sorte neste aspecto, porque depois de passarmos houve 2 ou 3 detonações, que vocacionavam directamente forças específicas.

1.3. Quando realizava missões de Defesa contra o Terrorismo qual era a estrutura (em termos de comando, força de manobra, força de apoio de combate, apoio de serviços) utilizada pela sua força?

Nós tínhamos um pelotão com uma prontidão de 30 minutos. As viaturas estavam totalmente dimensionadas, carregadas para as missões do pelotão. Internamente 10 minutos era o que os homens tinham para estar prontos para sair em missão e o resto da companhia passaria toda para a parte do apoio. Tínhamos o TACP para nos dar apoio em caso de termos necessidade de aeronaves. O apoio logístico era dado pela força. Esta parte administrativa já estava carregada na viatura, todo o apoio em água, alimentação, munições. O nosso armamento estava fora. O pessoal era entrar e sair. Também havia os contentores perto e num minuto iam buscar o restante material. Em termos da força era uma força de manobra. A companhia tinha pessoal do TACP, 7 militares e módulo de apoio que era também uma dimensão para a força. Nós estávamos com a dimensão adequada para quando saíssemos. Não interessa o volume, interessa a rapidez, o meio que se leva e acima de tudo um bom conhecimento do terreno, para se chegar ao local certo no menor espaço de tempo, nas diversas variantes do terreno. Muitas vezes procurávamos não só itinerários principais, mas conhecer o máximo de itinerários secundários e até todo o terreno. O nosso potencial era percorrer o todo o terreno por zonas onde ninguém passou, a possibilidade em termos de ameaça era pouca, em termos de emboscada poderia ser azar. Mas como não passava ali ninguém, também não iam montar uma emboscada, onde não estão à espera que alguém lá passe.

1.4. A estrutura da força foi modificada ao durante o tempo que estive no TO do Afeganistão?

1.4.1. Em que aspecto?

A estrutura não foi modificada. A companhia foi estruturada nessa forma, manteve-se nessa forma. A parte Anti-carro tinha uma dupla vertente que era a protecção de altas entidades. A ameaça principal não era Anti-carro, mas tínhamos essa possibilidade. No TO podíamos utilizar se fosse necessário, mas nunca foi modificada em qualquer dos seus sectores nem em TACP, nem em módulo de apoio, nem na parte da manobra.

2. Questões relativas ao Equipamento (sistemas de armas, viaturas, UAV, observação,

2.1. Durante a fase de Aprontamento da FND/QRF, os equipamentos com que trabalhou eram os mesmos com que operou no TO?

Sim, à excepção dos «Jammers», os inibidores de frequência. Foi algo que em Portugal em termos de Aprontamento não temos grande possibilidade, a não ser o técnico, o engenheiro oficial das transmissões que teve formação em termos de «Jammers». Só no TO é que a própria força começou a ter algum conhecimento sobre com era aquilo, como é que eram os «Jammers». Como é que se podiam reprogramar. Em termos de frequência os insurgentes podiam utilizar outro tipo de frequência e não aquela para que o «Jammers» estava preparado. Isto foi só conquistado no TO, parecendo que não, é uma garantia para a força saber que há ali um Gema, que lhe vai dar alguma inibição, alguma cobertura, mas convém que a própria força tenha conhecimento que aquilo está ali e que está a funcionar plenamente. O que cria uma certa irritabilidade e muitas vezes alguma suspeição, quando temos algo connosco e não sabemos se está em condições ou não. Foi uma área que foi trabalhada e que se tornou ajustada. Era uma área que em Portugal não tínhamos ajustado e como tal foi uma lacuna. Em termos de equipamento na parte da viatura, a condução no Afeganistão é muito reactiva em qualquer momento, qualquer ameaça surge e é implementada e a Força tem que reagir. Se a reacção pressupõe que estão ali máquinas/viaturas com homens, os condutores têm que ser indivíduos rápidos a reagir, para que consigam rapidamente sair da zona onde aconteceu o incidente. Isto pressupõe que o pessoal tem que ter esta prática de condução bastante agressiva, coisa que em Portugal não se faz. Daí que quando o pessoal chega ao TO só passado 1 ou 2 meses é que considero que estão prontos, em termos de conduta. Cá em Portugal há uma ou duas viaturas onde passam todos os condutores, não há uma secção/pelotão onde trabalhem com viaturas, a maneira como reagem, a maneira como conseguem entender o incidente e HMMWV, quais são as suas limitações, não conseguimos em Portugal saber as suas limitações, o que é uma lacuna muito grave. Pode ter efeitos indesejáveis para o potencial da Força. Quanto aos sistemas de armas que tínhamos lá, é o que temos cá, não há grande problema. Na parte das transmissões é do P/PRC 525, o batalhão que levei já não tinha esse problema. O P/PRC 525 que era o que as viaturas estavam equipadas. Havia várias limitações. O P/PRC 525 tem diversas gamas, mas há um hiato, uma zona de sombra que não se consegue comunicar com as Forças. Com é que resolvemos, na altura foi pedindo ao Escalão Superior ou socorrendo-nos do sistema que tinham a TACP da Força Aérea. Era através deles que localizávamos a Força no terreno. Quando a TACP ia, servia de retransmissor entre a força táctica e a parte do comando, prejudicando naturalmente (enquanto se faz esta mudança) a sua missão, que é estar pronto para dar apoio e

protecção à Força, quando haja necessidade. Esta é uma lacuna que deveria, em tempo oportuno, ser colmatada. Penso que Portugal e a Força aérea têm essa capacidade de dotar a força de outro tipo de comunicações. Que lhe dêem outras possibilidades em termos de comunicações SATCOM.

2.2. Quando se encontravam no TO e face à ameaça presente, sentiram a necessidade de utilizar equipamentos específicos.

2.2.1. Desses, quais os que utilizam mais regularmente?

Em termos de ameaça, tudo é inimigo. Quando estávamos no meio da população, a viatura passa a ser um alvo. Especialmente o apontador que está no cimo da viatura, que de repente é um alvo que está em movimento. Quando a Força chegou ao TO tínhamos 5 HMMWV, dos quais só 3 operacionais. O desejável seria que, à semelhança do que tinham todos os Americanos, cada viatura tivesse equipamento em termos de inibidores de frequência, e tivesse SATCOM para poder comunicar e prosseguir a missão. Foi uma coisa que detectámos e não estarmos limitados apenas a uma viatura tenha elementos para o comando e controlo completo na vertente de comunicações e outra viatura não tenha. Se essa viatura for danificada, há um vazio.

2.2.2. Quais os que considera essenciais?

Santa Bárbara, sim. E também como é típico das forças pára-quedistas o morteiro 60. É uma mais-valia. Só quando alguém utiliza vê que tem ali uma coisa leve e pequena, rapidamente prática, mas que consegue pôr as pessoas apreensivas. “Como é que aquele homem tão ligeiro tem potencial?” A força que levei, em Alcochete, teve possibilidade de gastar muitas munições e tornou-se evidente para a força que tinha ali um meio, que podia aumentar a capacidade. Como faz parte do material do batalhão, a força também se encontrava equipada com o LGA 40mm. É uma mais-valia que o comando tem pronto em caso de necessidade ou apoio de uma retirada, porque geralmente o confronto (que em termos de emboscada e em ataques mais para o Sul) é bater e fugir. Isto dá uma grande serenidade ao comandante quando tem este tipo de armamento e que pode a qualquer momento utilizar e dá-lhe a possibilidade de manobra. Nunca foi preciso, não tivemos necessidade de o utilizar. Em Portugal todo o pessoal que foi, em termos de Aprontamento, individualmente todos conheciam o sistema de armas. Independentemente de ser atirador, transmissões ou estar no abastecimento. Na altura toda a instrução foi dada em termos de familiarização. No TO, de modo a relembrar, passávamos por todos os módulos do Aprontamento, em termos de armamento, tarefas críticas. Toda a gente sabia como trabalhava o LGA 40mm e a metralhadora pesada Browning 12,7mm, incluindo o pessoal das transmissões. Pois havia sempre a preocupação de que todos os militares

conseguissem tirar proveito de um determinado sistema de armas, em caso de haver a necessidade de o utilizar (se o atirador normal por qualquer motivo não estava disponível).

2.3. Durante as operações que realizavam no TO do Afeganistão alguma vez sentiu a necessidade de utilizar determinados equipamentos que a FND/QRF não possuía?

2.3.1. Que equipamentos eram?

2.3.2. Encontravam-se disponíveis através do Escalão Superior?

a) Estavam disponíveis a tempo?

Em TO sim. Em termos da posição da Força porque lá tem a ver com os meios que a Nação dá. Se não tens ambulância com blindagens, é um problema teu. A blindagem é um problema teu. Nós preenchíamos aos requisitos que a ISAF na altura pedia, no entanto nós não tínhamos o Role 1. A primeira Força que levou um médico para o TO fui eu, porque até aí eram todos enfermeiros. Isto quer dizer que se eventualmente o pessoal chegasse ao Afeganistão, tivesse que ser sido certificado pela ISAF voltávamos para trás, porque não tínhamos capacidade, nem sequer em termos de capacidade de viatura. Apesar da viatura de recuperação se encontrar no terreno, esta não tinha a capacidade para fazer deslocar uma viatura em terreno acidentado com cerca de 7 toneladas e meia. Em terreno plano, conseguia, mas rebocar uma viatura daquelas só com um eixo, não tinha capacidade. Depois faltava a blindagem da ambulância. Não tínhamos ambulância com blindagem. Reconvertimos uma Panhard M11 em ambulância, sem alterar o que quer que fosse em termos de estrutura, para nos dar alguma protecção em termos de apoio sanitário. Em termos dos apoios que solicitávamos ao Escalão Superior, quer reconhecimento, quer dos meios que não tínhamos, os pedidos eram satisfeitos. Só tenho um pequeno reparo, quando cheguei ao Sul em Mozacala alguns dos meios que pedimos não estavam disponíveis, porque estavam direccionados para a grande operação que havia mais para Sul. Como estávamos a fazer uma operação secundária pedimos apoio em termos de reconhecimento e apoio no deslocamento da Força e nessa altura não foi dado. Eu acompanhei a operação através de helicópteros. O pessoal foi a um santuário e eu fui no helicóptero e consegui acompanhar 2 a 3 horas. Ali vemos a tropa a progredir, a regressar, chama atenção para pequenos pormenores, utilizando o reconhecimento aéreo. Em termos de apoio, tivemos apoio em tudo aquilo que foi solicitado, era-nos garantido, dependente da altura do País os meios e a maneira que os tinha ou não disponíveis. Quando era solicitado irmos a uma área que há muito tempo ninguém lá ia, desejavelmente gostaríamos de ter algum apoio, quer o apoio aéreo que a qualquer momento podia intervir, quer também em termos do reconhecimento prévio. Para fazer o reconhecimento prévio era o próprio comando a fazer o reconhecimento. Se querias fazer uma zona qualquer, pedias os meios e a seguir eram-te fornecidos os dados. Ia-se ao aeroporto e através dos helicópteros podíamos deslocar

até à zona para fazer o reconhecimento. Se fosse pedida informação, esta chegava diariamente e estava disponível, para se poder aplicar em termos de táticos. Toda a informação é dada na hora, é ao minuto: que acidente, o que envolveu, como é que está. Rapidamente, ao olhar para o monitor vai aparecendo tudo o que houve e onde. Se houver uma patrulha no terreno, sabemos onde vai com o sistema de geolocalização, a patrulha vai andando e podemos mandar mensagens através deste sistema, sendo então possível informar a patrulha sobre o local do acidente, de modo a que pudesse parar ou voltar. O Escalão Superior sempre que solicitado esteve disponível, porque se não forem eles a apoiar-nos, quem o fará? Os meios aéreos a certa altura começaram a ficar fracos e as Forças que os têm aproveitam-nos. No Sul, quando saíamos em patrulha pedíamos aos Italianos o RCIED e quando havia possibilidade vinham connosco.

2.3.3. Considera importante para as próximas Forças levar estes equipamentos para o TO do Afeganistão?

Extremamente importante. Esta Força deveria ter um módulo em termos de elemento de inactivação de IED. O próprio contacto que exercia com o COMISAF seria muito facilitado pois tendo indivíduos especializados nesta área e integrados na companhia permitia actuar no caso de serem detectados IED. Esta é uma postura que não compete à Força, mas esta demonstrou vontade de o levar, pois seria uma mais-valia. Vi também a actuação dos cães que são uma mais-valia para um cenário destes. Especialmente para quem tem uma força de quadrícula, que está mais implementado no terreno, mas como nós íamos para trabalhar em reforço, em complemento da outra força que estava lá, beneficiámos também dos apoios que nos davam e vimos que também deveria ser bom para nós ter alguma desta capacidade. Assim não estávamos sujeitos à disponibilidade das outras forças, para nos disponibilizar meios no tempo que eles queriam, ou partíamos sem esses meios, correndo muitos riscos. Os meios que estão lá quando é necessário actuar, são utilizados. Não estando, não são necessários, porque também não os temos.

É uma vantagem para qualquer Força que tenha um sistema que lhe consiga dar uma informação muito mais atempada. Consegue detectar eventuais ameaças num raio de acção muito superior. Tem uns olhos lá em cima que lhes estão a verificar um raio de acção de 4/5 km à frente como está o terreno. Podemos partir mais à vontade. Em tempo oportuno consegue circundar, tornear, decidir sem se confrontar, sem se empenhar do potencial incidente que possa existir. É uma mais-valia. Estas Forças com estas capacidades são mais seguras e conseguem cumprir a missão com outra facilidade.

3. Capacidades (capacidade de transporte, apoio de combate, NBQR, apoio logístico, reconhecimento, PSYOPS, INFOOPS, CIMIC, Operações Especiais, Sniper)

- 3.1. Durante o período em que se encontrava no TO do Afeganistão, quais a(s) capacidade(s) que considerou essenciais para o cumprimento da missão?
- 3.2. Destas capacidades, quais aquelas que possuíam, ou se tinham preparado?

Não levei snipers. Levei atiradores especiais, um por cada esquadra. Considero que num TO, um sníper tem que ter alguma estabilidade, por assim dizer em termos de missão. Sendo esta missão de reserva, uma força tem de actuar rapidamente. O meu conceito na altura é que a equipa de sníper tem um raio de acção muito curto. Não ponho em causa o sníper. Preferi dotar a força com atiradores especiais. Formei 30 atiradores especiais e cada esquadra tinha um. Houve também algumas aquisições em Portugal e meios ópticos que aumentavam a capacidade. Em termos de ameaças que existiam a 400/500m, eles conseguiam neutraliza-las, tinham mais possibilidades porque tinha mais elementos disponíveis. Não considerei os snipers, para a missão que tínhamos que desempenhar, fossem uma mais-valia. No tipo de tarefas que desenvolvi, ter estes homens, foi mais gratificante para a força, porque há mais serenidade para a Força em si do que ter alguns snipers, porque os homens sabem onde estão. Outra coisa é o que o atirador especial vai com a Força e tem uma mais-valia em termos de pelotão.

- 3.2.1. Quais as que tinham de recorrer ao Escalão Superior para obter?
 - a) Estavam disponíveis a tempo?
- 3.2.2. Considera importante desenvolver estas capacidades para as próximas Forças para o TO do Afeganistão?

Temos de entender o que é a reserva. Uma reserva é algo que o comando tem e que vai onde o Comandante vir que é necessário. As Forças que estão no terreno, essas sim têm de ter essa possibilidade, compreendo que haja PSYOPS, CIMIC, INFOOPS. No entanto quando se faz parte de uma reserva, esta têm de entrar cumprir algo rapidamente, restabelece, ocupa terreno. Nós estávamos só para actuar como reserva. Tínhamos grande mobilidade, não tínhamos grandes constrangimentos em termos de movimento. Deslocávamo-nos para onde determinássemos ir. Se houvesse uma missão apenas informávamos o sector a dizer que íamos para A, B ou C. Havia uma certa liberdade em termos de movimento, informávamos as forças responsáveis pelos sectores, só para terem uma noção que íamos passar por lá. De resto na reserva não havia grandes constrangimentos em termos de saída. Informávamos só que íamos. Dávamos informação ao comandante geral do RC capital.

Quando vejo helicópteros, vejo helicópteros de ataque ou na vertente de reconhecimento que pressupõe ter meios de apoio para o ataque. Para qualquer comando ter estas valências é uma mais-valia, possibilita uma grande mobilidade, pois estes têm corredores que são ilimitados. E para manobrar dá um grande apoio cá em baixo, vai-se mais confiante de que vai haver sucesso na missão. Os UAV, os *Mini-drones*, assim como os helicópteros são uma mais-valia, é uma conjugação de esforços. Se quando lá chegarmos e os pedirmos e se estão disponíveis, é bom para nós. Se não os temos, deveríamos considerar em Portugal que isto seria extremamente válido para nós. Quando não investimos nos UAVs, quanto mais em helicópteros. No aspecto tático é extremamente importante. No aspecto geopolítico e geoestratégico é um problema que tem a ver com o ambiente, com o governo, com Portugal.

4. Prontidão Operacional (ao nível da formação, conhecimentos teóricos e práticos, treinos operacionais, participação em exercícios)

4.1. Em retrospectiva ao tempo que exerceu funções de comando no TO do Afeganistão, considera que a Prontidão Operacional da FND/QRF era a mais apropriada para fazer face à ameaça com que se deparou?

4.2. Durante a fase de Aprontamento, ou antes mesmo, a FND/QRF já tinha participado em exercícios que visassem a Defesa contra o Terrorismo?

4.2.1. Considera que as Nossas Forças devem participar em exercícios do género?

4.3. Qual foi o tipo de técnicas/táticas ou procedimentos que praticaram mais durante a fase de Aprontamento?

Pressupõe que quando a Força entra em Aprontamento já tem o seu treino operacional em dia, isto é extremamente importante. Eu já tinha um ano de comando de batalhão, de treino de operações de batalhão. No batalhão também havia homens com experiência de algumas missões. Era a primeira vez que iam para o TO do Afeganistão, mas havia quadros com bastante experiência. A diferença que saliento tem a ver com a condução, tem a ver com alguns meios que deveríamos ter cá em Portugal. Nomeadamente a progressão com viaturas, com HMMWV, os lotes de Aprontamento que não existem cá, a parte referente aos IED foi curta em Portugal. No que concerne as informações que recebemos, chegamos lá e vemos que temos uma noção perfeita do que vamos encontrar. Esta era actualizada no dia-a-dia. Em termos do tiro, pessoalmente utilizei tudo o que tinha de munições do batalhão para o Aprontamento da Força. Sacrifiquei o resto do batalhão para dar a estes homens que iam para o TO um maior volume de tiro. Não houve ninguém que não disparasse o morteiro 60mm. Podemos ver que a força teve alguma sorte, que foi uma Força que partiu

de uma unidade constituída, que tinha o seu treino operacional. Já era comandante desta força há um ano e não vi grandes lacunas em termos de treino operacional. Também a parte de inibidores de frequência, assim como em termos de IED e condução que foram as lacunas que tivemos que aperfeiçoar. Saímos daqui sabendo o que íamos encontrar.

O Aprontamento pecou pelo seguinte: além de que os cursos, por parte dos estágios, deviam ser ajustados ao planeamento do comandante da Força e não ao planeamento anual das unidades de formação. Por exemplo: os condutores que são formados em Estremoz só em Julho, segundo calendário da formação, mas o Aprontamento para a missão começa em Março, têm de haver em Portugal uma adaptação ao início da Formação. Tirem os cursos que desejarem, para que a Força esteja na sua totalidade pronta e não ao longo do tempo, porque há sempre alguém a tirar cursos e fora do Aprontamento. O Aprontamento quando começa deveria haver um mês, mês e meio para os cursos e estágios. As unidades que dão formação deviam ajustar o seu calendário anual aos Aprontamentos, para que a Força começasse logo a trabalhar como um conjunto e não haver fraccionamentos e limitações em termos de potencial. Na altura notei estas lacunas, especialmente com o pessoal de transmissões, estes foram homens que só vi no último mês. Só tive um conhecimento maior dos homens no TO do Afeganistão: como é que era a sua conduta como homens, como militares. Para além da valia técnica tem que haver a valia humana. Pode ser muito bom tecnicamente, mas se um indivíduo tem problemas em termos de integração social, em vez de criar mais ênfase, é um indivíduo que está a fazer alguns cortes.

A parte que devia existir de plastron da grande ameaça que íamos encontrar não foi feita, foi realizada por nós, enquanto Força. Se houvesse em Portugal alguém na vertente de engenharia que a parte dos incidentes no TO do Afeganistão. Podia ser a partir daí que se criavam os incidentes e não da Força que tentam inventar os incidentes. Um indivíduo está preocupado com muita coisa e mais com os incidentes. Se estou preocupado com os incidentes, já estou a pensar como resolvê-lo e de certa forma vai-me facilitar a vida. O treino, em termos de incidentes, deveria partir de alguém que estivesse vocacionado para isto. Se a ameaça era da parte dos IED, há um vazio em Portugal de quem é responsável por isto. A escola de engenharia deveria dar informações específicas do que se passa, devia realizar um acompanhamento diário dedicado ao Afeganistão e não estar à espera dos relatórios que espelham aquilo que e a vida diária, não espelham resolução do problema em si. Como se encontrava o dispositivo, etc

5. Lições Aprendidas

5.1. Considerando todos os pontos que abordamos até aqui e após a sua experiência em funções de comando no TO do Afeganistão, quais as principais lições que extraiu?

Acima de tudo as Forças em Portugal devem estar preparadas no dia-a-dia para este tipo de ameaças. A parte operacional deve estar em dia porque assim conseguia algum ajustamento para a realidade. É de salientar que em termos de Aprontamento sanitário deveria ter sido feito de outra forma, a estomatologia muito tardia, houve atendimentos que não foram feitos. Houve lacunas em que poderia ter havido alguma perda de potencial de combate. Muito do pessoal das transmissões, teve conhecimento do material no TO. Em termos de lições aprendidas nunca me senti como QRF, sentia-me como uma força de reforço, que ia reforçar alguém, que não cumpria a missão porque não queria, mas em termos de intervir onde era necessário com reserva, nunca me senti como tal. E a minha postura nunca foi essa.

Obrigado pelo tempo disponibilizado

APÊNDICE D - ENTREVISTA AO TCOR SERRA PEDRO

Guião de Entrevista Comandante QRF/FND/ISAF

1. Questões relativas à Estrutura da Força (estrutura orgânica, missões das forças)

1.1. Enquanto a FND/QRF se encontrava no TO do Afeganistão, qual era o tipo de missões que a Força desempenhava mais regularmente?

Em termos de patrulhamento eram patrulhas de combate e segurança, em termos de defesa fizemos uma defesa de um ponto sensível que era o *Kandahar Airfield*. Fazia patrulhas motorizadas, apeadas e mistas. Geralmente patrulhava em áreas urbanas apeadas e mistas nocturnas. Diurnas, não fazíamos patrulhas apeadas. Em áreas como desertos eram diurnas, nocturnas e mistas. Não fazíamos apeadas porque o sítio onde patrulhámos áreas urbanas foi em Cabul e aqui há muito movimento / tráfego e durante o dia é muito complicado. Em áreas rurais não havia problema. Em Cabul só fizemos nocturnos. De vez em quando transformava-se em combate, fizemos também umas operações de cerco e busca. Em que nós fazíamos a busca e o cerco era feito pelas unidades do exército afegão, que tinham sido treinados pelo exército americano. Como funciona o apoio aos PRT: cada PRT costuma ter uma força de protecção própria. Uma que visitei em Arat, que era italiana, tinha uma companhia de Força de protecção só para esse PRT. São eles que garantem a segurança e escoltam as viaturas, para as escolas que estão a ser construídas. Nunca tivemos esta missão. Garanti segurança a uma distribuição de ajuda humanitária, que foi uma combinação entre mim e o comandante da companhia dinamarquesa e tratou-se da autorização através do comando regional. A própria Força, num período do Natal, fez uma pequena ajuda humanitária, que foi a distribuição de medicamentos que estavam a ficar fora de prazo.

1.2. Em que situações de Defesa contra o Terrorismo⁶³ era a FND/QRF utilizada?

O terrorismo todos tínhamos que fazer, porque eles andam lá. É uma adopção de medidas, e adoptamos medidas de anti-terrorismo. O cerco e busca é contra terrorismo. Capturámos 6 pessoas numa aldeia que estavam listados como talibã graúdos a 100 km de Farat.

⁶³ - Segundo definição da NATO (MC-472, 2002, p.1-3) são as de *Counter-Terrorism, Anti-Terrorism, Consequence Management, Military Cooperation, e Force Protection*.

Actuei pouco na RS de Cabul. A Força estava dependente do comandante da ISAF, não estava atribuída ao *Regional Command* de Cabul. Quando não empenhada em operações, estava atribuída a este, mas sempre que o comandante da ISAF pretendia empenhar a RF aqui ou acolá, nós íamos.

Tínhamos Caveats relativamente a fazer combate na alta montanha. A alta montanha apenas impedia, se fosse preciso faze-lo com equipamento e treino próprio. Nós realizarmos patrulhas a irem a 3000m era fácil, porque não considerava alta montanha. Só a partir dos 4000m. Se houvesse um itinerário a 4100m não deixava de fazer. Tem a ver com o tipo de terreno que vamos encontrar. Se for um terreno específico para tropa de montanha, não temos esse treino e não fazemos, especialmente em período de Inverno, porque os picos ficam cobertos de neve.

- 1.3. Quando realizava missões de Defesa contra o Terrorismo qual era a estrutura (em termos de comando, força de manobra, força de apoio de combate, apoio de serviços) utilizada pela sua força?

Tinha uma companhia com 3 pelotões e 1 secção anti-carro. Como organizava o cerco: isolávamos a aldeia coma distribuição dos 3 pelotões à volta da aldeia a bloquear todos os acessos. Tínhamos um ponto de entrada por onde entravam as Forças de busca (os Afegãos). Estes eram briefados o mais perto possível da ocorrência da operação por causa da fuga de informação. Por exemplo: se a missão era para ser amanhã de manhã, só eram briefados hoje á tarde. Fazíamos o deslocamento durante a noite e nunca fazíamos itinerários directos para chegar ao objectivo. Dávamos sempre grandes voltas. Montávamos o cerco, eles entravam, faziam o seu trabalho. Quando entravam unidades de PSYOPS americanas, no fim da operação, era complicado porque nós víamos os detidos, identificávamos e enviávamos as identificações para o Escalão Superior, depois os americanos tomavam conta deles e eles desapareciam. Depois de terminar a operação o COMISAF perguntava onde estavam os detidos e nós não sabíamos.

- 1.4. A estrutura da força foi modificada ao durante o tempo que estive no TO do Afeganistão?

- 1.4.1. Em que aspecto?

A Força não foi modificada enquanto eu lá estive. Só houve uma passagem do sector americano que pertencia à operação *Enduring Freedom*, que é a mesma operação do Iraque, para a Nato, que é hoje o *Regional Comand East*. Quando entrei estava sob controle dos EUA no *Enduring Freedom* e no período passou para a ISAF. Houve uma *Taskforce* do *Enduring Freedom* que passou a andar por todo o Afeganistão.

2. Questões relativas ao Equipamento (sistemas de armas, viaturas, UAV, observação,

2.1. Durante a fase de Aprontamento da FND/QRF, os equipamentos com que trabalhou eram os mesmos com que operou no TO? Não trabalhei cá com os HUMMWV, mas havia pessoal com experiência de condução dos veículos. Em termos de armamento não houve esse problema, tínhamos morteiretes 60mm, lança granadas automáticos, Santa Bárbara, MK19, rádios eram baseados em P/PRC 425, havia P/PRC 525 em experiência, mas o pessoal estava treinado em 525. Era o normal: metralhadoras pesadas Browning 12,7mm, as espingardas automáticas eram as nossas. Os «*Jammers*», eram uma coisa nova, mas para o utilizador era carregar no botão, podia ser só difícil montar numa viatura. Uma coisa nunca antes vista foram os «*Jammers*», quando se quer comunicar desliga-se, quando não se quer comunicar, liga-se.

Tínhamos rádios SATCOM, 2 da Força aérea e 1 dado pela ISAF. Não foi difícil trabalhar com estes rádios, porque o pessoal da FA estava apto a trabalhar com eles. Era material que nunca tinha sido visto por nós.

Tive a oportunidade de estabelecer contacto com a TACP, que é diferente de ter a oportunidade de trabalhar. Não sei como vai ser na nova QRF. A TACP tem uma capacidade de rotação diferente da RF. Nós fazíamos 6 meses de missão, eles faziam 2 a 2 meses e meio, vão rodando as equipas, o que não é bom. O ideal era iniciar-se um Aprontamento em Portugal com uma equipa e era acompanhada durante os 6 meses no Afeganistão e isso não se passa. Criam-se alguns problemas principalmente quando se quer substituir indivíduos do TACP e se está a meio de uma operação. Isto aconteceu-me e tive de por os pés contra a parede, para que não fosse substituído a meio da operação pus um novo em simultâneo, a assumir o comando do TACP e a meio da operação ele veio-se embora. É impossível coordenar a execução das operações que nos são atribuídas no Afeganistão, com as rotações que já estão pré-marcadas. O TACP é realmente o apoio de fogos, é o apoio aéreo que está disponível, só temos os nossos próprios morteiretes e os LGA que puderam fazer alguma coisa. À distância que operamos não há fogos de artilharia, só mesmo os aviões que nos disponibilizarem para aquela operação.

2.2. Quando se encontravam no TO e face à ameaça presente, sentiram a necessidade de utilizar equipamentos específicos.

2.2.1. Desses, quais os que utilizam mais regularmente?

2.2.2. Quais os que considera essenciais?

Para esse tipo de operações é o TACP, é muito importante disponibilizarem aviões para o apoio a operações. Gostaria de ter tido helicópteros orgânicos, a Força seria muito diferente, poderíamos conduzir as operações e forma diferente.

Fui apoiado por helicópteros que não eram nossos. Como tal tínhamos limitações. Mas fui reabastecido de helicópteros, quando fazíamos patrulhamento. Foram à frente equipas de contacto para fazer a manutenção a viaturas durante o patrulhamento. Não precisei para fazer MEDEVAC (*Medical Evacuation* - Evacuação Sanitária) E CASEVAC, mas também estavam disponíveis 24 horas durante as operações. Trabalhámos muito de helicópteros, fizemos muito reconhecimento terrestre apoiados por indivíduos montados por helicópteros e com os homens de metralhadoras de porta. Certo tipo de operações de colocações, que era nas linhas de alturas com acesso a vales, não nos era permitido fazer isto porque os helicópteros só aterravam em sítios seguros. Não é possível assegurar que o cume é seguro. Por isso não podíamos contar com os helicópteros. Era agradável ter posições nas linhas de altura para poder entrar no vale e antes de se entrar, ter raids em cima bem posicionados.

2.3. Durante as operações que realizavam no TO do Afeganistão alguma vez sentiu a necessidade de utilizar determinados equipamentos que a FND/QRF não possuía?

2.3.1. Que equipamentos eram?

2.3.2. Encontravam-se disponíveis através do Escalão Superior?

a) Estavam disponíveis a tempo?

Tínhamos acesso aos produtos que vinham do Escalão Superior. Material que poderíamos ter e faz falta é os MINI-UAV e não tínhamos, mas é o tipo de equipamento que poderia melhorar, porque quando se está a patrulhar e tem dúvidas do que pode haver atrás do morro, não custa nada fazer deslocar uma coisa dessas, ir lá filmar e depois avançarmos sabendo o que é que está para lá do morro. Outra coisa importante que podíamos ter para as patrulhas apeadas são os cães com capacidade de detecção de explosivos

2.3.3. Considera importante para as próximas Forças levar estes equipamentos para o TO do Afeganistão?

Tivemos os «*Jammers*», poucos mas tínhamos. Ultimamente já havia mais. Para a força para além dos TACP havia duas coisas fundamentais a ter: *Medic Mobile Team* (MMT), que implica ter uma ambulância blindada que não tínhamos. Nem tínhamos médico, só tínhamos enfermeiros. Para ir para uma missão punha num HMMWV um enfermeiro e em caso de necessidade os bancos de trás, serviam para transportar feridos nas mascas insufláveis. Tinha que ter uma viatura que acompanhasse as outras, por isso tinham que ser similares. Outra coisa era ter equipas EOD. MMT e equipas EOD andam a par, para onde vai uma vai a outra.

O LGA 40mm é uma arma muito boa, porque se formos emboscados, é uma bela reacção, não ficam muito tempo no sítio onde ficaram a emboscar e temos alcance para 1500m e para qualquer tipo de emboscada. As emboscadas são feitas com armamento tipo metralhadoras ligeiras, espingardas automáticas e RPG-7 que estão sempre ao alcance de um LGA. É uma arma que se inclui sempre numa patrulha. Os «*Jammers*» que não tinha muitos, mas que tive a sorte de ter um IED que rebentou a 100m atrás da coluna porque tínhamos o «*Jammers*» ligado. Teve a capacidade de empastelar o IED, que só rebentou quando saiu fora do alcance do «*Jammers*». Fiz muitos patrulhamentos que não tive hipótese de colocar o «*Jammers*», mas é muito importante que todos tenham.

3. Capacidades (capacidade de transporte, apoio de combate, NBQR, apoio logístico, reconhecimento, PSYOPS, INFOOPS, CIMIC, Operações Especiais, Sniper)

- 3.1. Durante o período em que se encontrava no TO do Afeganistão, quais a(s) capacidade(s) que considerou essenciais para o cumprimento da missão?
- 3.2. Destas capacidades, quais aquelas que possuíam, ou se tinham preparado?
 - 3.2.1. Quais as que tinham de recorrer ao Escalão Superior para obter?
 - a) Estavam disponíveis a tempo?
 - 3.2.2. Considera importante desenvolver estas capacidades para as próximas Forças para o TO do Afeganistão?

PSYOPS, CIMIC tínhamos nas operações que conduzíamos e no Escalão Superior. Depois da acção entravam sempre. Se eram bem PSYOPS, CIMIC eu tinha dúvidas o que é que eram, mas entravam e essa era a sua missão oficial. Numa QRF não há lógica ter esse tipo de coisa. Tem lógica ter organicamente uma *Medic Mobile Team* e as equipas de OED, porque quando as coisas acontecem os outros não vão lá. Quem os tem, por exemplo os alemães têm, mas se houver risco para a tropa deles, eles não os metem lá. Se tivermos patrulhamentos extensos a 200km da FOB, eles não vão lá. Podemos ter a sorte de ter pessoal para dar o suporte inicial e ter um helicóptero disponível e montar uma zona de aterragem segura para ir ter a um sítio.

Em termos de apoio do Escalão Superior esteve muito bom porque tínhamos viaturas americanas. Como as tropas americanas estão em todos os pontos o Afeganistão, o reabastecimento classe 9, que era o que nós precisávamos para o HMMWV, em 2 / 3 dias o problema era resolvido, porque tínhamos os sobressalentes que queríamos. O mesmo não acontecia com as Panhard M11. Não tínhamos nenhum técnico de acordo com os Franceses e não havia o fornecimento de peças e tínhamos muitos que tinham que encostar por falta de peças.

Os comandantes levaram sníper das operações especiais. Não tive snípers. Se pudesse ter era bom. Não precisavam de ser das operações especiais porque se houver um

indivíduo difícil de desalojar 1 sníper pode ter um tiro certo e livrar-nos do tipo indesejável. Se me perguntarem se prefiro um sníper ou um LGA, eu prefiro este porque cria uma barreira de fogo que ninguém lá fica.

Não há grande ameaça. Tínhamos equipamento para toda a gente. Não há grande ameaça NBQ e até hoje não há relato de nenhum acidente no Afeganistão deste tipo. Para todos os homens, existe equipamentos completos. Se houver alguma ameaça e aparecer o vector MBQ estamos preparados.

4. Prontidão Operacional (ao nível da formação, conhecimentos teóricos e Prontidão Operacional (ao nível da formação, conhecimentos teóricos e práticos, treinos operacionais, participação em exercícios))

4.1. Em retrospectiva ao tempo que exerceu funções de comando no TO do Afeganistão, considera que a Prontidão Operacional da FND/QRF era a mais apropriada para fazer face à ameaça com que se deparou?

4.2. Durante a fase de Aprontamento, ou antes mesmo, a FND/QRF já tinha participado em exercícios que visassem a Defesa contra o Terrorismo?

4.2.1. Considera que as Nossas Forças devem participar em exercícios do género?

A companhia que eu estive era. Estive muito tempo com a companhia com que estive no Afeganistão. Fizemos o Aprontamento de NRF (2 anos de preparação) e tivemos 3 meses de Aprontamento específico para o Afeganistão. Era pessoal que estava muito rotinado em todo o tipo de tarefas. Difícil de conseguir ter uma Força tão bem preparada como eu tive. Para o Afeganistão são bem precisos 6 meses de Aprontamento e se estendesse mais alguma coisa não se perdia nada.

4.3. Qual foi o tipo de técnicas/táticas ou procedimentos que praticaram mais durante a fase de Aprontamento?

O Aprontamento foi especificamente para o tipo de ameaça do Afeganistão. Fizemos muito tiro, tiro em áreas edificadas, tiro em áreas edificadas com eliminação de pessoal no interior dos edifícios, de algum pessoal outros não, o pessoal ao entrar nos edifícios ser criterioso no pessoal a abater, coisas que não tinham sido treinadas até aí. Depois todo aquele tipo de reacção em emboscada, reacção aos IED, planeamento de patrulhamento para evitar padrões de patrulhamento normais. Evitar ter um padrão igual, é muito importante, é a coisa mais importante para a protecção da força num teatro e operações como o Afeganistão. É nunca pisar o mesmo trilho ou nunca pisar trilho nenhum, é

atravessar a estrada na perpendicular. A mentalização para este tipo de atitude é muito importante. Havia pessoal que recebia uma missão destas e andava para a frente e para trás até que numa das idas lá ficava a viatura. É preciso as pessoas estarem orientadas para este tipo de missão, porque quando uma pessoa recebe este tipo de missão vai ficar a andar em cima do trilho e não é isso que se pretende.

A parte pior de um Aprontamento é reunir o pessoal todo, especialmente o que é extra companhia, isto representa 80%, 10% são as DIFS, e distribuí-las e os outros 10% é a preocupação do Aprontamento técnico – tático da companhia. Ficou a cargo do comandante da companhia. Eu tinha toda a parte do apoio do destacamento de apoio ao serviço que era da QRF e reunir o pessoal.

5. Lições Aprendidas

5.1. Considerando todos os pontos que abordamos até aqui e após a sua experiência em funções de comando no TO do Afeganistão, quais as principais lições que extraiu?

A missão correu muito bem e tive homens muito profissionais a trabalhar comigo. Tenho uma lição aprendida com a Força aérea e com a relação de comando da TACP quando lá cheguei. Embora tenha corrido bem, teve todos os ingredientes para correr mal. Eu tinha apenas autoridade para coordenar, assim como eles tinham para coordenar comigo. O TACP não fazia parte do RF, tinha uma dependência administrativa logística da RF e estava directamente dependente do comandante da ISAF, tal e qual como a RF era uma TACP que embora portuguesa estava atribuída ao COMISAF. Problemas disto: enquanto andávamos a fazer operações normais, o COMISAF ou porque não se apercebeu, ou como pensava que como eles eram portugueses tinham apoio da FA portuguesa nunca atascaram o TACP. Até que chegou a altura em que fomos fazer a segurança lá *Kandahar Airfield*. Não precisavam do TACP para nada, porque tinham esquadrões Apache. Quando os da torre diziam que havia uma ameaça, faziam disparar os Apache. Quando o comandante da ISAF se apercebeu disto, deu uma tarefa diferenciada para o TACP e foram apoiar uma task force romena para Zabol a este e Kandahar. A *task force* era mista com 1 comandante romeno e 1 americano, numa zona onde morria uma pessoa por dia. Eles andavam para lá em TACON com um tenente-coronel romeno. Explorei a situação eu tenente-coronel o exército português não posso ter um TACON do TASP da FA portuguesa, mas o tenente-coronel romeno pode ter e eu só tenho autoridade para coordenar. Esse TASP deve realmente pertencer à força e estar debaixo do comando do comandante da QRF. A FA correu um risco quando deixados sob comando da ISAF.

Obrigado pelo tempo disponibilizado

APÊNDICE E - ENTREVISTA AO MAJOR CAMPINHA HENRIQUES

Guião de Entrevista Comandante Companhia QRF/FND/ISAF

1. Questões relativas à Estrutura da Força (estrutura orgânica, missões das forças)

1.1. Enquanto a FND/QRF se encontrava no TO do Afeganistão, qual era o tipo de missões que a Força desempenhava mais regularmente?

A primeira missão foi a defesa de um ponto crítico: o aeroporto de Kandahar no sul. Depois fomos projectados para oeste para Herat onde desempenhámos 3 operações de patrulhamento com demonstração de presença em Farat. De seguida 3 operações de cerco e busca, onde fazíamos o anel exterior. Montámos checkpoints, em conjunto com forças do exército Afegão (ANA), sendo a missão de efectuar o controlo realizada pelo Exército Afegão e as NF realizavam o cerco. É um cerco um bocado, suis generis, porque estamos a falar do deserto, onde também o terreno é um corredor de mobilidade. Fizemos um cerco para montarmos o checkpoint, tivemos que dirigir as viaturas. Também actuamos como checkpoint, com um perímetro de 5 kms. Quando houvesse suspeitos entregávamos estes ao ANA. Quando viemos para Cabul fizemos operações de patrulhamento com as forças italianas e francesas, vigilância, demonstração de presença. Numa delas fizemos patrulhamento aéreo e por terra e na outra fizemos uma segurança de itinerário com os italianos, segurámos o itinerário durante 24 horas para eles fazerem uma operação de cerco e busca num vale. Fizemos mais uma dentro da ajuda à população que onde actuamos como force protection de uma equipa de finlandeses em que foram a um campo de refugiados para a distribuição de ajuda humanitária. Também nós fizemos ajuda humanitária. Outra foi a segurança de paiol.

1.2. Em que situações de Defesa contra o Terrorismo⁶⁴ era a FND/QRF utilizada?

1.2.1. Quais?

A segurança do aeroporto era defesa contra o terrorismo. Podemos considerar que qualquer uma das situações de cerco e busca é defesa contra o terrorismo. Utilizei métodos

⁶⁴ - Segundo definição da NATO (MC-472, 2002, p.1-3) são as de *Counter-Terrorism, Anti-Terrorism, Consequence Management, Military Cooperation, e Force Protection*.

usados na guerra do ultramar, caso o sistema da nomadização, que era uma companhia tinha um pelotão de reserva e os outros 2 estavam a fazer o cerco.

1.3. Quando realizava missões de Defesa contra o Terrorismo qual era a estrutura (em termos de comando, força de manobra, força de apoio de combate, apoio de serviços) utilizada pela sua força?

Ao nível da organização da força quando fazia patrulha em Cabul, as viaturas que saíam eram 3, metade do pelotão. Se bem que considero 4 por causa do perigo da utilização de explosivos. Com 3 viaturas é difícil fazer a segurança. Uma está imobilizada, as outras 2 não chegam. Estamos a falar de 15 indivíduos, se forem 4 são 20, quase um pelotão pelo menos na minha estrutura, depende de outros comandantes que podem ter mais. Se fosse eu usava 4, (se bem que o mínimo que aconselhavam eram 3), que era o que usávamos no ultramar. Se estamos a falar de operações de patrulhamento em regiões de deserto. Eu geralmente usava o mínimo que era 6 viaturas por pelotão. Punha mais 2 no comando, usava 8 viaturas, que permite desde logo uma demonstração de força de presença. A ameaça em princípio tem mais receio e tem mais capacidade de flexibilidade, mais mobilidade e mais segurança. Quando em missões de cerco e busca geralmente empenhava a companhia toda: usava os 3 pelotões, as 20 viaturas mais o TACP, o pessoal do apoio aéreo é muito importante, quer para a evacuação em MEDEVAC, quer para ter algum apoio aéreo. Quando era o cerco e busca era sempre a companhia que deslocava com as 20 viaturas, que baixa à frente desvio atrás e tinha sempre uma reserva feita por um pelotão. O sistema da nomadização, como foi desempenhado em África, tinha 1 pelotão mais afastado da área em reserva, que se ia deslocando à medida que os outros 2 estavam no cerco, poucas vezes bloqueei o itinerário. Tentar ser o mais assimétrico possível, só quando não havia hipótese de ser assim, de ter de passar um desfiladeiro, mas tive sorte porque das poucas vezes que passei pedi apoio aéreo e eles deram sempre apoio e senti-me seguro.

2. Questões relativas ao Equipamento (sistemas de armas, viaturas, UAV, observação,

2.1. Durante a fase de Aprontamento da FND/QRF, os equipamentos com que trabalhou eram os mesmos com que operou no TO?A nível dos equipamentos, nesse aspecto, nós não somos um Exército rico, temos que tentar trabalhar com o que temos, o ideal seria ter o equipamento e viatura iguais aos que ia utilizar. No caso das viaturas, encontravam-se equipados como lá estavam, o caso das transmissões seriam iguais, não teriam tanta capacidade como lá. O que trabalhamos cá foi suficiente. Mas penso que 1 a 2 HMMWV

para uma força para treinar é pouco. Devia fazer tiro de combate com HMMWV, realizar todo o tipo de reacções a emboscada, a ameaças sniper, e a todo o tipo de ameaça que se encontram lá, o ideal seria treinar como as viaturas que estão no TO. Uma das coisas que devíamos ter para além do tiro, é a condução do HMMWV. No Aprontamento fizemos muito tiro, o que é bom. Uma coisa é conduzirmos aqui outra é conduzirmos no trânsito caótico asiático, em que o condutor tem que estar preocupado em não bater em ninguém e os indivíduos que estão dentro da viatura têm que estar a montar segurança, porque no meio daquela gente toda pode aparecer um fanático. Esta condução devia ser treinada cá, assim como um conjunto de técnicas utilizadas pelas forças americanas e inglesas como por exemplo: como bloquear uma rotunda, uma estrada, como é que faço um transporte de protecção de uma viatura HMMWV. Não chegámos a treinar estes procedimentos cá, treinar a condução defensiva era o que se devia treinar. Em relação aos equipamentos: os coletes, o capacete e a arma que tinha foram os que levei. Impensável deixar uma arma que já está calibrada para mim e começar da estaca zero. O ideal é que este material individual vá e venha connosco. Quanto ao tiro, nós fizemos tiro no Aprontamento, mas no caso do lança-granadas automático cá fizemos pouco tiro, e acabámos por fazer lá, porque estavam quase todos no TO. O ideal era fazermos todo o de treino com armamento cá e depois de chegar lá, e quando houvesse tempo também realizar algumas sessões de tiro. Uma das coisas que acho importante é o material de transmissões. Porque no Aprontamento treinámos com o 525 e depois a montagem nas viaturas era mais antiga. O 525 é uma boa aposta.

2.2. Quando se encontravam no TO e face à ameaça presente, sentiram a necessidade de utilizar equipamentos específicos.

2.2.1. Desses, quais os que utilizam mais regularmente?

2.2.2. Quais os que considera essenciais?

O equipamento específico para a protecção da força era o «*Jammers*», que era fundamental para a sua segurança. Tivemos um ataque e o «*Jammers*» só estava a funcionar a 50%, o ataque foi possível devido a essa percentagem. Por acaso funcionou com um telemóvel que atrasou o rebentamento do IED e só após as viaturas passarem é que ele rebentou. Só depois do incidente é que foram pôr os «*Jammers*» a funcionar. São muito importantes porque podem salvar vidas. Existem alguns «*Jammers*» do tipo *manpack* que os ingleses utilizam para fazer patrulhamento apeado. Quando nós fazíamos tentávamos ter a viatura ao pé para termos essa capacidade. Seria bom tentarmos adaptar isto para nós. Na questão do armamento a metralhadora pesada Browning 12.7 é boa para este tipo de operações, mas às vezes é demasiado pesada se a tiver de usar na cidade, no deserto já não, porque é um calibre bom para desfazer tudo. Também usámos o MG e a Galil que são boas armas. Mas se estiver na cidade não posso fazer um disparo de aviso com uma metralhadora pesada Browning 12.7, mas já posso fazer com a metralhadora

ligeira MG-3, com a espingarda automática G3 ou com a espingarda automática Galil. O Lança Granadas Automático 40mm (Santa Bárbara) é um bom sistema, não só como dissuasor, mas também na parte a ser utilizada enquanto arma. No que concerne o armamento mais ligeiro, em vez de ser uma G3 ou a Galil poderíamos ter uma arma como a G36, ou que dispusesse de meios auxiliares de pontaria, tal como os infra-vermelhos ou um tipo de mira qualquer, era sem dúvida um tiro com mais eficácia. Uma coisa é em terreno aberto fazer um disparo, outra é fazer um disparo no meio da multidão. Se tiver uma arma com todos estes meios, não é preciso ser excelente atirador. Quanto mais pequena, mais eficaz, no entanto a arma que temos serve. Ao nível do colete começámos a levar ao princípio, um que conferia protecção até 7.62mm. Ao nível dos coletes tácticos devíamos ter um colete mais leve e com a capacidade de 5.56mm. De preferência com capacidade 2 em 1: o colete balístico com capacidade de colete de arma, para a própria mobilidade do indivíduo se deslocar, para não ser demasiado pesado. O armamento que temos lá é bom, temos o LG6, aparelhos de visão nocturna, mas se tivermos um sniper ou um atirador especial em cada pelotão pode ser bom para a segurança da força para montar uma segurança a um itinerário ou durante a noite e quiser abater um indivíduo no meio da população é bom. Dando um exemplo real: em Kandahar, estamos a falar de um perímetro de 17 kms interior, nós fazíamos esta defesa, era a defesa próxima, mas entre esta e a defesa intermédia, 1 anel de 5 a 10 kms, eles punham equipas snipers durante a noite a operar, para detectar indivíduos que lançavam rockets ou podiam nos flagelar. No fundo será uma maneira subversiva de lutar contra eles.

2.3. Durante as operações que realizavam no TO do Afeganistão alguma vez sentiu a necessidade de utilizar determinados equipamentos que a FND/QRF não possuía?

2.3.1. Que equipamentos eram?

2.3.2. Encontravam-se disponíveis através do Escalão Superior?

a) Estavam disponíveis a tempo?

2.3.3. Considera importante para as próximas Forças levar estes equipamentos para o TO do Afeganistão?

A nível de equipamentos à medida que pedíamos eles cediam o material, por vezes demoravam algum tempo. Eu estava com uma das companhias mais bem equipadas, como os americanos e como as forças especiais, quer do exército português quer a nível internacional, porque nós só éramos 1 companhia. Os americanos e os ingleses como tinham um exército com bastantes efectivos por isso tinham muita dificuldade em que todos os militares tivessem o material. Os ingleses por vezes andavam em viaturas sem serem blindadas e havia outros que não tinham viaturas blindadas e «*Jammers*» e nós tínhamos.

3. Capacidades (capacidade de transporte, apoio de combate, NBQR, apoio logístico, reconhecimento, PSYOPS, INFOOPS, CIMIC, Operações Especiais, Sniper)

- 3.1. Durante o período em que se encontrava no TO do Afeganistão, quais a(s) capacidade(s) que considerou essenciais para o cumprimento da missão?
- 3.2. Destas capacidades, quais aquelas que possuíam, ou se tinham preparado?
 - 3.2.1. Quais as que tinham de recorrer ao Escalão Superior para obter?
 - a) Estavam disponíveis a tempo?
 - 3.2.2. Considera importante desenvolver estas capacidades para as próximas Forças para o TO do Afeganistão?

Ao nível dos UAV, chegou a haver em Cabul uma equipa alemã que tinha e se quiséssemos solicitar, podíamos. Em Kandahar usámos sempre UAV na vigilância de campo, nos estávamos no JDOC que é um género de Centro conjunto de defesa de operações, e eles operavam se houvesse alguma informação também nos davam, eles é que observavam, estavam numa cabine à parte. Sem dúvida que uma companhia / batalhão tiver essa capacidade é uma grande vantagem, não só para salvar vidas mas também para parte da decisão do comandante. Também estamos a falar da própria localização da viatura, via satélite, sabemos por onde eles andam. Na altura o Major Bernardino pediu o sistema de localização que os americanos utilizam por comutador dentro das viaturas e tínhamos localização por satélite, quem estava no posto em Cabul sabia onde é que nós estávamos no terreno e tinha as coordenadas sempre em constante. Mas isso foi dado pelo ISAF, por sermos QRF da ISAF.

A nível das equipas EOD, era uma melhoria para a Força, assim como a equipa de engenheiros, uma vez que podiam ceder às forças que vão para o TO. Mas lá fora o pessoal da infantaria têm formação nesta área para fazer face às necessidades, pois não temos equipas suficientes para resolverem de todas as situações. É uma mais-valia porque haveria mais especialista no IED, porque cada vez evoluem mais, são mais eficazes e mais elaborados. Aumentavam a capacidade de segurança, além disso estas forças poderiam dar briefings à força com actualização constante de IED, fazendo com que pudéssemos induzir aos nossos militares um sistema de alerta, para sabermos quais eram os indícios de provável IED.

Ao nível dos UAV, chegou a haver em Cabul uma equipa alemã que tinha e se quiséssemos solicitar, podíamos. Em Kandahar usámos sempre UAV na vigilância de campo, nos estávamos no JDOC que é um género de Centro conjunto de defesa de operações, e eles operavam se houvesse alguma informação também nos davam, eles é que observavam, estavam numa cabine à parte. Sem dúvida que uma companhia / batalhão tiver essa capacidade é uma grande vantagem, não só para salvar vidas mas também para parte da decisão do comandante. Também estamos a falar da própria localização da viatura, via satélite, sabemos por onde eles andam. Na altura o major Bernardino pediu o sistema de localização que os americanos utilizam por comutador dentro das viaturas e tínhamos localização por satélite, quem estava no posto em Cabul sabia onde é que nós estávamos

no terreno e tinha as coordenadas sempre em constante. Mas isso foi dado pelo ISAF, por sermos QRF da ISAF.

Ao nível das equipas EOD, era uma melhoria para a Força, assim como a equipa de engenheiros, uma vez que podiam ceder às forças que vão para o TO. Mas lá fora o pessoal da infantaria têm formação nesta área para fazer face às necessidades, pois não temos equipas suficientes para resolverem de todas as situações. É uma mais-valia porque haveria mais especialista no IED, porque cada vez evoluem mais, são mais eficazes e mais elaborados. Aumentavam a capacidade de segurança, além disso estas forças poderiam dar briefings à força com actualização constante de IED, fazendo com que pudéssemos induzir aos nossos militares um sistema de alerta, para sabermos quais eram os indícios de provável IED.

Muitas vezes, por exemplo quando fizemos a segurança de itinerário com os italianos tínhamos que ter uma equipa de CIED, de engenheiros para fazer a abertura do itinerário. Mais uma vez refiro a guerra no ultramar: fazíamos a abertura do itinerário com uma equipa de desminagem, iam a picar o itinerário, iam com o detector de minas, faziam equipas de guarda de flanco à esquerda e à direita e depois ia uma equipa próxima a fazer segurança aos indivíduos que iam a fazer a limpeza depois tínhamos um comando da força e uma reserva à retaguarda para fazer face a quaisquer umas das situações. Estamos a falar do tempo em que se fazia 1km numa hora, fazíamos com mais segurança o que eles fazem, mas também têm meio mais evoluídos. Hoje em dia o pessoal está com mais pressa, fazem uma coisa parecida, passava uma equipa de engenheiros, de CIED e verificava, os sítios mais prováveis, os aquedutos, as bermas só depois vinha o resto da força e depois montava-se a segurança. Mas diria que em África fazíamos com mais segurança

A parte de operação psicológica estava induzida no cerco e busca porque havia 2 maneiras de actuar: primeiro, fazíamos o anel exterior e depois os americanos entravam com os militares do ANA e faziam busca casa a casa e se houvesse algum suspeito, era detido e depois vinha a operação psicológica e a acção CIMIC “vem aí um engenheiro para fazer um poço, um medico para ajudar, vamos construir uma escola...” (as necessidades básicas que não têm). Depois da força bruta faziam essa acção psicológica.

A outra maneira de actuar: os italianos primeiro faziam a acção de CIMIC, depois localizavam o objectivo e iam fazer a busca ao local suspeito (até houve um rapaz que partiu a perna e foi evacuado pelo ISAF). Os americanos com uma acção musculada, os europeus com uma atitude menos musculada, com uma tentativa de conquistar a população. Penso que por causa deste aspecto os americanos têm mais problemas. Como por exemplo uma vez uma patrulha americana no centro de Cabul e atropela uns indivíduos, em vez de parar para o socorrer, correndo riscos, entram em pânico disparam tiros para o ar, arrancam, atropelam mais uns quantos e ferem outros tantos. Passado 15 dias ia uma coluna a passar no centro de Cabul, é accionado um IED e morreram 5. Para mim isto foi retaliação.

Podemos ter uma atitude musculada, mas devemos ter a noção de bom senso. Havia sempre qualquer coisa contra uma nação, quando esta tratava mal a população. Uma pessoa tem de ter a capacidade para tentar resolver os problemas, como faz nas operações e paz, correndo o risco, mas tentando resolver a situação, tentando manter a segurança, não fugindo à sua culpabilidade.

4. Prontidão Operacional (ao nível da formação, conhecimentos teóricos e práticos, treinos operacionais, participação em exercícios)

4.1. Em retrospectiva ao tempo que exerceu funções de comando no TO do Afeganistão, considera que a Prontidão Operacional da FND/QRF era a mais apropriada para fazer face à ameaça com que se deparou?

Preparação da força apropriada depende da experiência que a força possua. Se a força possuir alguma experiência de operação de apoio à paz, há uma certa vantagem para que consiga adaptar-se melhor ao TO, do que se não tiver nenhuma. Nesse aspecto fui beneficiado, porque a companhia que tinha mais de 50% do pessoal tinha mais do que 1 missão e por isso tinham muita maturidade e experiência. Se bem que as características do TO são diferentes das operações que fiz. Ao nível de prontidão operacional a parte do tiro, a condição física é o normal. Isto é essencial especialmente o tiro e a prática do tiro e o tiro instintivo e o tiro de combate são fundamentais e são mais eficazes na utilização da arma.

4.2. Durante a fase de Aprontamento, ou antes mesmo, a FND/QRF já tinha participado em exercícios que visassem a Defesa contra o Terrorismo?

4.2.1. Considera que as Nossas Forças devem participar em exercícios do género?

No Aprontamento fui beneficiado num aspecto: a companhia com a qual fui, fui adjunto da Companhia como tenente, comandante de companhia como capitão, lugar que voltei a ocupar após o CPOS e quando fui promovido a major. Já conhecia muito bem os homens, a muitos dei o curso de combate, e foi uma vantagem para mim. Já tinha um background com eles. Outra vantagem foi a NRF6 que a companhia fez, preparou toda a parte de operações convencionais, ofensivas, defensivas, patrulhas e só depois é que entrou nas operações à paz e isso deu um ano inteiro de preparação para irmos para o TO. Depois tive mais 2 a 3 meses de Aprontamento, o ideal eram os 6 meses.

4.3. Qual foi o tipo de técnicas/táticas ou procedimentos que praticaram mais durante a fase de Aprontamento?

As situações que treinámos mais foi o patrulhamento com viaturas apeadas e montadas, a reacção a emboscada próxima e afastada, a reacção ao IED, apoio a reacção ao IED, toda a parte das NEP que a força fez e treinámos com base nessa NEP. Transcrevemos o que estava no papel para o terreno, com viaturas, e muito tiro e muita repetição destas técnicas que foram todas treinadas na parte em São Jacinto, na parte do Aprontamento em Beja com a companhia de comando que lá estava que foi os juízes e avaliadores da parte da força.

5. Lições Aprendidas

5.1. Considerando todos os pontos que abordamos até aqui e após a sua experiência em funções de comando no TO do Afeganistão, quais as principais lições que extraiu?

Lições aprendidas há muitas: uma é que as nossas forças ao entrarem para este tipo de teatro assimétrico deviam ter mais doutrina na área do terrorismo, estamos a usar a doutrina os nossos NEP. O manual que possuímos são da guerra subversiva é de 1961-63, muitas das coisas que apliquei para além dos NEP, que tirei da Companhia de Comandos do TCor Ruivo, fui buscar a este manual: cerco e busca, nomadização, limpeza de itinerários, reacção a emboscadas. Outra fui buscar a manuais americanos e às Special Forces: condução de viaturas, como devia fazer numa rotunda, para parar o trânsito, para bloquear uma estrada, se uma viatura está emboscada, se uma viatura está bloqueada, a colocação do pneu à frente do HMMWV que permite arrastar outra viatura, uma espécie de tira extractora para rebocar uma viatura em movimento, estas instruções podíamos ter no manual que ajudaria a preparação da força e com a experiência aprendida lá, permitia uma melhor preparação para estas missões.

Obrigado pelo tempo disponibilizado

APÊNDICE F - ENTREVISTA AO MAJOR FERREIRA

Guião de Entrevista

Comandante Companhia QRF/FND/ISAF

1. Questões relativas à Estrutura da Força (estrutura orgânica, missões das forças)

1.1. Enquanto a FND/QRF se encontrava no TO do Afeganistão, qual era o tipo de missões que a Força desempenhava mais regularmente?

As mais frequentes eram Patrulhas de Reconhecimento e Segurança no âmbito de Operações planeadas pelo RC-C (Regional Command Cabul) e pelo ISAF HQ em apoio a outros Comandos Regionais, nomeadamente ao RC-S (Regional Command South). Em Cabul, além dos patrulhamentos efectuados em diversas Manoeuvre Boxes (MB) em apoio aos Batalhões Italiano, Turco e Francês, como Reserva do Cmdt da ISAF tínhamos que garantir um elevado grau de prontidão (1 Pel a 60', e a Companhia a 2H) pronta a actuar em qualquer ponto do Afeganistão. Efectuávamos também escoltas a movimentos logísticos e escolta e segurança a entidades (principalmente portuguesas). No RC-S foi-nos atribuída uma área de responsabilidade (MB na região de Gahsni) onde efectuámos a segurança do itinerário HW1 (principal itinerário de reabastecimento que circunda o Afeganistão), assim como patrulhas de reconhecimento e segurança em diversas áreas/povoações que apoiavam os insurgentes talibã nos ataques às Forças da Policia Afegã (ANP), do Exército Afegão (ANA), Forças da NATO e a colunas logísticas na HW1.

1.2. Em que situações de Defesa contra o Terrorismo⁶⁵ era a FND/QRF utilizada?

1.1.1. Quais?

Neste caso em particular, não considero que a FND/QRF seja utilizada em situações de Defesa contra o Terrorismo. Antes prefiro chamar-lhe operações COIN pelas seguintes razões:

- A complexidade da Guerra do Afeganistão resulta de uma intervenção levada a cabo em 2001 pelos EUA e mais tarde apoiados pela NATO, em resposta aos atentados terroristas de 11 de Setembro. Neste sentido, poderemos considerar que a nossa actuação

⁶⁵ - Segundo definição da NATO (MC-472, 2002, p.1-3) são as de *Counter-Terrorism, Anti-Terrorism, Consequence Management, Military Cooperation, e Force Protection*.

no Afeganistão se encontra alinhada com os nossos aliados no combate ao Terrorismo Transnacional, e assim sendo na Defesa contra o Terrorismo;

- - Quanto à nossa actuação específica no terreno, penso que não estamos propriamente a falar de terrorismo mas sim de “Insurgência” (muitos autores, principalmente nacionais preferem chamar-lhe de “Subversão”). Apesar de este termo não existir no léxico português e tal como a “Suversão”, tem como objectivo a tomada do poder, na minha opinião a palavra “Insurgência” aplica-se melhor ao Afeganistão (tal como ao Iraque). Pois recuando um pouco no tempo, a origem deste movimento insurgente é um pouco diferente de um movimento subversivo, ou seja, em 2001, no Afeganistão, foi derrubado por Forças Estrangeiras o regime talibã que se encontrava no Poder. Os talibã não possuindo Forças Convencionais capazes de enfrentar a Coligação inicial e a NATO, combatem-na segundo métodos não convencionais, ou seja, adoptam uma Guerra de Insurgência, muito similar a uma Guerra Subversiva, com o objectivo principal de recuperar o poder que detinham (apoiados pela rede Terrorista Al-Qaeda).

- Concluindo e particularizando um pouco mais, considero que a FND/QRF é utilizada em operações COIN no Afeganistão, em prol da Defesa contra o Terrorismo Transnacional.

1.2. Quando realizava missões de Defesa contra o Terrorismo qual era a estrutura (em termos de comando, força de manobra, força de apoio de combate, apoio de serviços) utilizada pela sua força?

Tendo em conta a resposta anterior, em termos de Organização da Força para as Operações e missões realizadas, esta dependia da tipologia das mesmas. O apoio de serviços era sempre garantido pelo Destacamento de Apoio de Serviços da FND. Em missões de escalão Companhia, a mesma era organizada em Força de Manobra, Força de Apoio e Reserva, o Comando integrava normalmente a Força de Manobra (Cmndt) ou e a de Apoio (2º Cmndt).

2. Questões relativas ao Equipamento (sistemas de armas, viaturas, UAV, observação,

2.1. Durante a fase de Aprontamento da FND/QRF, os equipamentos com que trabalhou eram os mesmos com que operou no TO? Apenas ao nível dos sistemas de armas. No que diz respeito a viaturas, apenas um pequeno estágio de 15 dias para os condutores. Relativamente às comunicações foram utilizados alguns equipamentos da família do PRC 425 e 525.

2.2. Quando se encontravam no TO e face à ameaça presente, sentiram a necessidade de utilizar equipamentos específicos.

2.2.1. Desses, quais os que utilizam mais regularmente?

Face à ameaça presente, todo o armamento e equipamento é importante, no entanto ao nível dos equipamentos destacam-se os JAMMERS (inibidores de frequência), TACSAT (Rádios Tácticos via satélite - apenas as Equipas TACP (da Força Aérea) possuíam estes equipamentos de comunicação), e o AFTS (sistema da ISAF de localização e transmissão de dados por satélite).

2.2.2. Quais os que considera essenciais?

Os referidos anteriormente, com especial relevância par os TACSAT (face à tipologia de terreno e distância a que as operações decorrem o Comando e Controlo é bastante limitado, apenas com o recurso aos nosso rádios VHF e HF, assim como relativamente à interoperabilidade com as outras forças).

2.3. Durante as operações que realizavam no TO do Afeganistão alguma vez sentiu a necessidade de utilizar determinados equipamentos que a FND/QRF não possuía?

2.3.1. Que equipamentos eram?

Sim, os TACSAT.

2.3.2. Encontravam-se disponíveis através do Escalão Superior?

Não

2.3.3. Considera importante para as próximas Forças levar estes equipamentos para o TO do Afeganistão?

É essencial equipar as Forças Portuguesas com TACSAT, assim como com rádios VHF compatíveis com os das Forças NATO.

3. Capacidades (capacidade de transporte, apoio de combate, NBQR, apoio logístico, reconhecimento, PSYOPS, INFOOPS, CIMIC, Operações Especiais, Sniper)

3.1. Durante o período em que se encontrava no TO do Afeganistão, quais a(s) capacidade(s) que considerou essenciais para o cumprimento da missão?

EOD, CIED, Apoio de combate e Logístico, Reconhecimento.

3.2. Destas capacidades, quais aquelas que possuíam, ou se tinham preparado?

Reconhecimento, Apoio de Combate e Logístico. Além destas a Força possuía Atiradores Especiais e uma Equipa de Protecção de Altas Entidades.

3.2.1. Quais as que tinham de recorrer ao Escalão Superior para obter?

EOD, CIED.

a) Estavam disponíveis a tempo?

Normalmente sim.

3.2.2. Considera importante desenvolver estas capacidades para as próximas Forças para o TO do Afeganistão?

A capacidade EOD e CIED penso que é fundamental para uma força deste tipo num Teatro como este.

4. Prontidão Operacional (ao nível da formação, conhecimentos teóricos e práticos, treinos operacionais, participação em exercícios)

4.1. Em retrospectiva ao tempo que exerceu funções de comando no TO do Afeganistão, considera que a Prontidão Operacional da FND/QRF era a mais apropriada para fazer face à ameaça com que se deparou?

Sim. Considero que a Força estava perfeitamente preparada para fazer face à ameaça existente no TO.

4.2. Durante a fase de Aprontamento, ou antes mesmo, a FND/QRF já tinha participado em exercícios que visassem a Defesa contra o Terrorismo?

4.2.1. Considera que as Nossas Forças devem participar em exercícios do género?

Sim. Cada vez mais, face à hegemonia e poderio dos nossos aliados e das alianças de que fazemos parte é de prever a nossa intervenção em Teatros de Operações onde a assimetria é um facto, assim como a actuação ambientes tipicamente subversivos.

5. Lições Aprendidas

5.1. Considerando todos os pontos que abordamos até aqui e após a sua experiência em funções de comando no TO do Afeganistão, quais as principais lições que extraiu?

- - Como lições identificadas concluí que no campo da Guerra Irregular, e fruto da experiência da Guerra nas ex-províncias ultramarinas, o Exército Português possui a doutrina adequada e transcrita no Manual da Guerra Subversiva de 1963. As Tácticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) apreendidos em África e que constam do Manual são de elevada utilidade num TO como o do Afeganistão. Claro que é necessária uma adaptação a novas realidades, fruto da evolução tecnológica, também ela ao dispor dos terroristas e dos movimentos subversivos.
- - Ao nível do treino e preparação CIED das Forças que são enviadas para este tipo de Teatros de Guerra, fruto da experiência das FND e de alguns militares que desempenharam funções nos QG das forças internacionais no Afeganistão e no Iraque, as Forças Armadas Portuguesas deveriam já dispor de estágios e cursos específicos com maior consistência teórico-prática, à semelhança da instrução e treino que recebem já no TO, que apesar de ser de elevada utilidade, considero que a mesma poderia perfeitamente ser mais aprofundada em Território Nacional (TN) e complementada no TO.

Obrigado pelo tempo disponibilizado

ANEXOS

ANEXO A – DADOS ESTATÍSTICOS DE INCIDENTES TERRORISTAS ENTRE 1968 E 2008

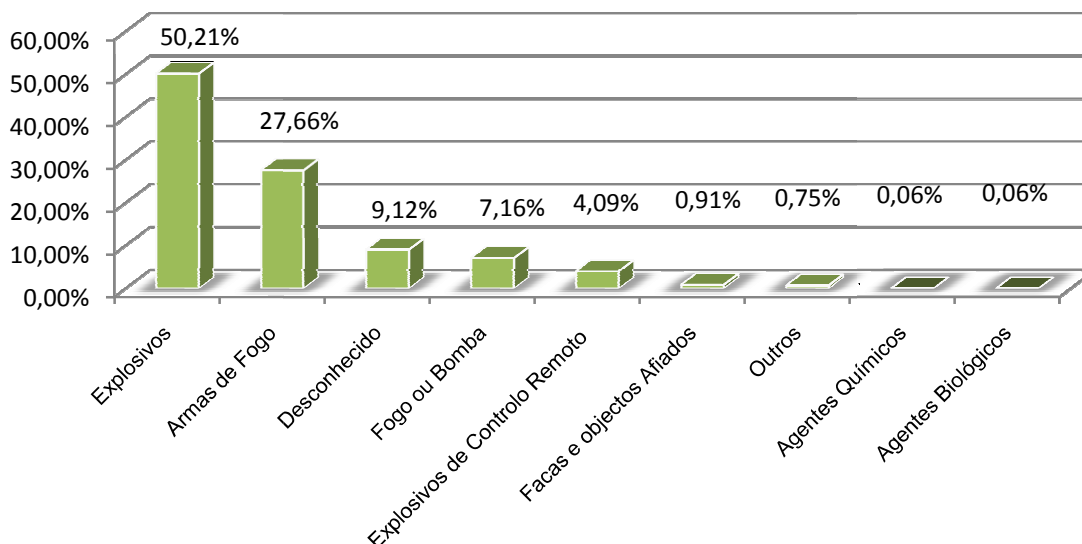


Gráfico 1: Armas Utilizadas em Incidentes Terroristas de 1968-2008.

Fonte: RAND Database of Worldwide Terrorism Incidents.

Tabela 1 – Armas Utilizadas em Incidentes Terroristas de 1968-2008.

Tipo de Arma	Quantidade de Incidentes	Percentagem
Explosivos	1817	50,21%
Armas de Fogo	1001	27,66%
Desconhecido	330	9,12%
Fogo ou Bomba	259	7,16%
Explosivos de Controlo Remoto	148	4,09%
Facas e objectos Afiados	33	0,91%
Outros	27	0,75%
Agentes Químicos	2	0,06%
Agentes Biológicos	2	0,06%
Total	3619	100,00%

Fonte: RAND Database of Worldwide Terrorism Incidents.

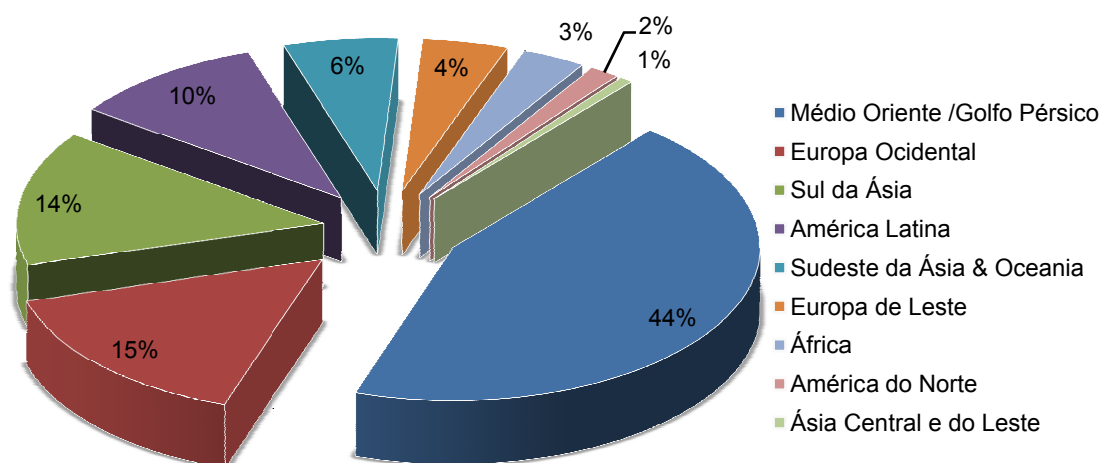


Gráfico 2: Regiões Utilizadas para Incidentes Terroristas entre 1968-2008

Fonte: RAND Database of Worldwide Terrorism Incidents.

Tabela 2: Regiões Utilizadas para Incidentes Terroristas entre 1968-2008

Região	Quantidade de Incidentes	Porcentagem
Médio Oriente / Golfo Pérsico	1594	44%
Europa Ocidental	560	15%
Sul da Ásia	515	14%
América Latina	369	10%
Sudeste da Ásia & Oceania	218	6%
Europa de Leste	162	4%
África	120	3%
América do Norte	56	2%
Ásia Central e do Leste	25	1%
Total	3619	100%

Fonte: RAND Database of Worldwide Terrorism Incidents

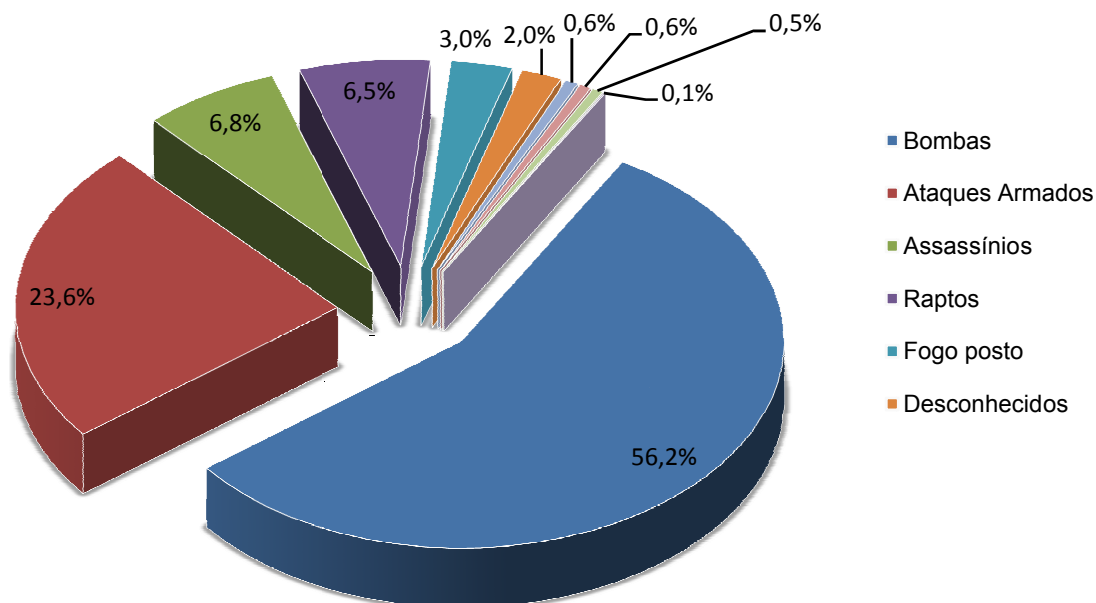


Gráfico 3: Táticas Utilizadas entre 1968-2008

Fonte: RAND Database of Worldwide Terrorism Incidents

Tabela 3: Táticas Utilizadas entre 1968-2008

Táticas Utilizadas	Quantidade de Incidentes	Porcentagem
Bombas	2033	56,2%
Ataques Armados	855	23,6%
Assassínios	246	6,8%
Raptos	237	6,5%
Fogo posto	110	3,0%
Desconhecidos	72	2,0%
Barricada/Reféns	23	0,6%
Desvio Aviões	21	0,6%
Outros	19	0,5%
Ataques Não Convencionais	3	0,1%
Total	3619	100%

Fonte: RAND Database of Worldwide Terrorism Incidents